



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 2182-0147



Padrões de
fecundidade
Decisão de ter ou não
ter filhos
Intenção e desejo de
ter filhos
Número ideal
de filhos

Estudos sobre a
fecundidade em
Portugal

edição de 2021

Inquérito à Fecundidade

Iceland 
Liechtenstein
Norway grants

IEFC 2019

FICHA TÉCNICA

Título

Inquérito à Fecundidade - 2019

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo
Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Monografia

População

Edição digital

ISBN 978-989-25-0567-1



O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2021

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 2182-0147

edição de 2021
**Inquérito à
Fecundidade**

Iceland
Liechtenstein
Norway grants

SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO

IEFEC 2019

ÍNDICE

<i>Ter ou não ter filhos: razões da decisão</i>	9
<i>Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos</i>	31
<i>Infecundidade permanente e voluntária: as pessoas sem filhos e sem intenção de os vir a ter</i>	59
<i>Segundo filho: uma transição incerta</i>	95
<i>A fecundidade como indicador avançado dos ciclos económicos em Portugal</i>	121

NOTA INTRODUTÓRIA

O contexto demográfico português em 2013, pelas suas características e implicações, veio evidenciar a pertinência de um estudo detalhado sobre a fecundidade, opção só viável a partir da realização de um inquérito específico que recorreu a uma amostra representativa de mulheres, entre 18 e 49 anos, e de homens, entre 18 e 54 anos, residentes em Portugal.

Passados seis anos tornou-se relevante voltar a observar os comportamentos no que respeita à fecundidade, ao ideal de filhos, às intenções, bem como as perceções e os constrangimentos que pesam sobre a decisão de ter e não ter filhos, por parte de mulheres e homens.

Alguns indicadores de natalidade e fecundidade, no período que mediou as duas operações estatísticas, mostraram uma (pequena) recuperação da fecundidade, nomeadamente, o aumento nas taxas de fecundidade geral e específicas, nas várias ordens de nascimento (1.º filho, 2.º filho, etc.) e algum abrandamento no aumento da idade da mulher ao nascimento dos filhos. Sublinha-se, ainda, a redução do peso relativo da população feminina em idade fértil (dos 18 aos 49 anos) no total da população feminina residente em Portugal. Também entre 2013 e 2019, entraram seis novas gerações de mulheres no grupo etário demograficamente designado em “idade fértil” e, nesse mesmo período, seis gerações saíram desse grupo, o mesmo acontecendo na população masculina do grupo etário dos 18 aos 54 anos.

O Inquérito à Fecundidade 2019 (IFEC 2019) foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants 2014-2021) no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género, junto de uma amostra selecionada de residentes no território nacional. Ao atualizar o conhecimento sobre a fecundidade em Portugal, o IFEC 2019 considerou múltiplas dimensões deste fenómeno, nomeadamente no que respeita aos padrões de fecundidade, às intenções e desejo de ter filhos, ao ideal de filhos, à idade à maternidade/paternidade, à idade em que desejavam ter tido o primeiro filho, de acordo com características demográficas e socioeconómicas, como a idade, o nível de instrução, o *background* migratório ou a condição perante o trabalho, os contextos familiares de origem, bem como os atuais contextos conjugais, situações de fertilidade e saúde reprodutiva e ainda as perceções e constrangimentos que pesam sobre a decisão de ter ou não ter filhos. A informação obtida constitui, assim, uma fonte relevante de investigação e de apoio à definição e avaliação de políticas relacionadas com a família e a natalidade.

A recolha de informação decorreu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, ou seja, os resultados reportam-se a um período anterior à atual pandemia da COVID-19, pelo que os eventuais efeitos da pandemia nos padrões de fecundidade da população

não são captados nos resultados do IFEC 2019. As entrevistas, presenciais no domicílio das pessoas selecionadas, decorreram em cerca de 11 mil alojamentos, distribuídos por todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foi inquirida uma amostra de mulheres dos 18 aos 49 anos, representativa da população feminina a nível de país e da região NUTS II, e de homens dos 18 aos 54 anos, representativa da população masculina a nível de país, que resultou num total de 7 709 entrevistas conseguidas (2 531 homens e 5 178 mulheres).

A preparação dos conteúdos do IFEC 2019 beneficiou do conhecimento de quatro especialistas na área: Vanessa Cunha, Isabel Tiago de Oliveira, Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa, que coordenou a equipa de investigadoras, a quem o INE agradece a disponibilidade.

O INE agradece aos técnicos envolvidos na preparação do inquérito, formação, recolha, tratamento dos dados e análise dos resultados e ainda a todos os entrevistadores. O INE reconhece também a importância fundamental dos prestadores de informação, sem os quais não seria possível apresentar os resultados que agora se divulgam. A todas as pessoas entrevistadas, o INE expressa o seu agradecimento.

Os resultados do Inquérito foram publicados em dezembro de 2020, através de Destaque à Comunicação Social, ao qual foram associadas tabelas de resultados¹, e uma base de microdados anonimizada para investigadores.

A Publicação que agora se edita é constituída por um conjunto de cinco artigos que, longe de esgotarem a riqueza da informação disponível, revelam as suas múltiplas potencialidades para fins analíticos.

O primeiro artigo, “Ter ou não ter filhos: razões da decisão”, de Rosa e Oliveira, discute as decisões de parentalidade, relevando que a decisão de ter ou não ter filhos não é tanto uma questão de mulheres ou de homens, de baixos ou de altos rendimentos, de se residir ou não em áreas urbanas, de se ter nascido em Portugal ou no estrangeiro, de se ter a nacionalidade portuguesa ou outra, de se ser mais ou menos escolarizado, de se trabalhar por conta própria ou por conta de outrem. A decisão de parentalidade é, acima de tudo, uma questão de vontade, motivo que se destaca em relação às circunstâncias/dificuldades vividas no momento.

O segundo artigo, “Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos”, de Cunha, Atalaia e Marinho, avalia o efeito do tipo de núcleo parental, e a relevância da conjugalidade e da parentalidade não residentes, nas intenções de fecundidade. Os resultados confirmam a importância da diversidade

¹ Disponíveis em: <https://destaques.inec.pt/>

interna dos núcleos parentais jovens na intenção de aumentar a fecundidade, principalmente no caso dos núcleos de casais recompostos sem filhos comuns, e a relevância da parentalidade não residente: ter filhos e enteados fora do núcleo é um fator determinante nas intenções de fecundidade.

O terceiro artigo, “Infecundidade permanente e voluntária: as pessoas sem filhos e sem intenção de os vir a ter”, de Clemente, Lages e Malta, analisa o fenómeno da infecundidade (*childlessness*) permanente e voluntária (não tinham nem pretendiam ter filhos no momento da entrevista). A análise permitiu traçar o perfil sociodemográfico dessas pessoas e conhecer as suas opiniões sobre a parentalidade e a conciliação entre a vida profissional e os filhos. Sendo uma população heterogénea evidenciaram-se dois tipos de infecundidade voluntária: decorrente de uma escolha individual de não ter filhos (infecundidade convicta) ou resultante das circunstâncias da vida (infecundidade condicionada).

O quarto artigo, “Segundo filho: uma transição incerta”, de Freitas, Maciel e Mendes, procura compreender o que conduz a que a maioria dos portugueses esperem ter dois ou mais filhos, mas tenham apenas um. Nele são identificados os fatores que melhor diferenciam os que já transitaram para o segundo filho dos que ainda não o fizeram. Conclui-se que, tanto para os que têm apenas um filho como para os que têm dois ou mais, a vontade própria ou do cônjuge/companheiro e fazer parte do projeto de vida são os motivos mais comumente apontados como muito importantes para a intenção de ter mais filhos. Verifica-se, também, que têm maior probabilidade de (ainda) não terem transitado para o segundo filho aqueles com desejos de fecundidade mais baixos, rendimentos inferiores, níveis de escolaridade mais elevados e que tiveram o primeiro filho mais tarde.

Por fim, no artigo “A fecundidade como indicador avançado dos ciclos económicos em Portugal”, de Bravo, de natureza diversa dos anteriores, investiga-se o poder preditivo dos indicadores de fecundidade para sinalizar pontos de inflexão na tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal, no período de 2000 a 2020. Os resultados empíricos confirmam a existência de uma relação de causalidade de Granger entre a fecundidade e a taxa de crescimento do PIB trimestral e sugerem que a fecundidade é um indicador avançado do ciclo económico antecipando em três trimestres os pontos de inflexão na atividade económica. Os resultados sugerem ainda que o comportamento da fecundidade em Portugal é pró-cíclico em relação à dinâmica da criação de riqueza.

TER ou NÃO TER FILHOS: RAZÕES DA DECISÃO

Maria João Valente Rosa¹

Isabel Tiago de Oliveira²

RESUMO

Muito se tem dito e escrito sobre a natalidade e a fecundidade em Portugal, um tema sempre presente desde que o país, no quadro europeu, perdeu o já raro traço de ter descendências numerosas e passou a ser, como os restantes no quadro da União Europeia, um país de descendências reduzidas.

Na complexa equação sobre a decisão de parentalidade, os contextos em que se nasce e vive podem ser mais ou menos potenciadores da intenção de ter filhos, influenciando as mulheres e os homens nas suas decisões de ter ou não ter filhos. Contudo, essas decisões, que começam por ser um assunto do foro privado e individual, da livre escolha dos casais, não são unicamente reflexo do meio ou das circunstâncias concretas vividas, embora estas possam atenuar ou enfatizar tais desejos e implicar com os momentos de se ter um filho. Existem outras dimensões a considerar, como a vontade de ter ou de não ter filhos, motivo que se destacou no Inquérito à Fecundidade de 2019 (IFEC 2019).

Inspirado nos resultados do IFEC 2019, o presente artigo incide sobre a importância desta dimensão – a vontade – nas opções de parentalidade, reflexão que integra duas partes essenciais: uma primeira, em que se discute o argumento da vontade, interrogando os sentidos dessa razão; e, uma segunda, que procede à análise da importância dos factores “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” nas decisões de parentalidade.

Palavras-chave:
fecundidade;
natalidade;
parentalidade;
nascimentos; vontade
de ter ou não ter filhos;
“constrangimentos
socioeconómicos”;
Inquérito à
Fecundidade; IFEC.

As análises,
opiniões e
conclusões aqui
expressas são
da exclusiva
responsabilidade
das autoras e
não refletem
necessariamente a
posição do INE.

¹ Professora da Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/UNL); Investigadora integrada do Centro de Investigação Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa. ORCID: 0000-0002-9034-0943. Email: mjvr@fsh.unl.pt

² Professora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Investigadora integrada do Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-IUL). ORCID: 0000-0002-9350-4130. Email: isabel.oliveira@iscte-iul.pt

1. INTRODUÇÃO³

Muito se tem dito e escrito sobre a natalidade e a fecundidade em Portugal, um tema sempre presente desde que o país, no quadro europeu, perdeu o já raro traço de ter descendências numerosas e passou a ser, como os restantes no quadro da União Europeia (UE), um país de descendências reduzidas.

O ano de 1982 marcou, de certo modo, uma viragem em Portugal. Foi o último ano a registar mais de 150 mil nascimentos. Foi, também, o primeiro ano a revelar um Índice Sintético de Fecundidade (ISF) inferior a 2,1 filhos por mulher, deixando de estar assegurada a substituição de gerações⁴. Quase quatro décadas passadas, Portugal observa, hoje, um número de nascimentos e um ISF ainda menores do que no início da década de oitenta: o número de nascimentos é inferior a 90 mil/ano e o ISF não chega a 1,5 filhos por mulher.

A compreensão dos baixos níveis de natalidade pode ser, em parte, explicada pelo efeito da estrutura etária.

Sabemos que a fase fértil da mulher é limitada – estatisticamente compreendida entre os 15 e os 49 anos – e que, nesse período, existem idades mais férteis do que outras – as mais férteis normalmente situadas entre os 20 e os 29 anos. Ora, de 1982 para 2019, o número de mulheres dos 15 aos 49 anos diminuiu – passou de 2.408,8 mil para 2.282,2 mil –, a percentagem de mulheres nas idades menos férteis aumentou – entre os 40 e os 49 anos, passou de 24,8% para 36,2% – e a percentagem de mulheres nas idades mais férteis diminuiu – entre os 20 e os 29 anos, passou de 31,1% para 23,8%. Assim, a retracção do número de mulheres em idade de procriar e nas idades em que a capacidade biológica para se ter filhos é maior, pode servir como parte da explicação para o decréscimo e o baixo número de nascimentos observados na actualidade.

A outra razão para a baixa natalidade são os baixos níveis de fecundidade e o seu padrão tardio: menor número de filhos por mulher (*quantum*) e adiamento do projecto de ter filhos (*tempo*)⁵.

Os contextos em que se nasce e vive podem ser mais ou menos potenciadores da intenção de ter filhos, influenciando as decisões finais das mulheres e dos homens. Por isso, os níveis e os padrões de fecundidade variam em função das épocas históricas e das re-

³ Artigo escrito de acordo com a antiga ortografia.

⁴ O valor do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) de 2,1 filhos por mulher é considerado como o valor mínimo que garante a substituição das gerações nos países desenvolvidos, ou seja, para que cada mulher seja 'substituída' por uma futura mãe.

⁵ A transição tardia para a parentalidade leva a que no caso das mulheres a probabilidade de se transitar para o segundo ou mais filhos diminua, devido ao limite etário do período fértil e à menor fertilidade nas idades superiores.

giões, não sendo explicados por uma única razão ou dimensão social. A fecundidade (*tempo* e *quantum*) é, por isso, um fenómeno social total.

Os baixos níveis de fecundidade e a tardia concretização do projecto de parentalidade não aconteceram por acaso. Mergulham raízes no desenvolvimento social, acompanhando designadamente: o avanço dos métodos contraceptivos, o aumento da instrução da população (e, muito em especial, das mulheres), a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a redução da mortalidade infantil, a alteração do valor da criança, a urbanização e o menor controle social.

Actualmente, o panorama da União Europeia e nacional é de baixos níveis de fecundidade e de maternidade tardia. Com valores de ISF menores do que 2,1 filhos por mulher, nenhum país tem assegurada a substituição de gerações e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é já superior a 26 anos em todos os países da UE (Eurostat).

Várias são as hipóteses e teorias que tentam dar sentido a este actual panorama, enfatizando a dimensão microeconómica, a igualdade de género, a conciliação de tempos família-trabalho, as redes e interações sociais, entre outras (Hiilamo, 2019; Sobotka et al., 2019). As análises também têm enfatizado, em momentos particulares da História, o impacto de certas circunstâncias nos níveis e tempos de fecundidade. Foi o caso da recente crise financeira. Nesse período, vários países chegaram a valores de ISF particularmente baixos, como foi o caso de Portugal que, entre 2012 e 2014, apresentou um ISF menor do que 1,3 filhos, nível considerado extremo e designado por *lowest-low fertility* (Kohler et al, 2002). Contudo, ultrapassados os efeitos dessa crise financeira, embora os valores de ISF tivessem aumentado ligeiramente, tal como aconteceu em Portugal, os níveis de fecundidade permaneceram inferiores ao limiar de 2,1 filhos por mulher, pelo que se concluiu que os baixos níveis de fecundidade observados nesse período não eram transitórios ou circunstanciais (Vignoli et al, 2020).

As decisões sobre ter ou não filhos, que começam por ser um assunto do foro privado e individual, da livre escolha dos casais, não são unicamente reflexo do meio ou das circunstâncias concretas vividas, embora estas possam atenuar ou enfatizar tais desejos e implicar com os momentos de se ter um filho. Da complexa equação sobre a decisão de parentalidade existem outras dimensões a considerar, como a vontade de ter ou de não ter filhos, motivo que se destacou no Inquérito à Fecundidade de 2019 (IFEC 2019).

ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, PERÍODO EM QUE DECORREU O IFEC 2019, O PANORAMA SOCIOECONÓMICO EM PORTUGAL PODIA SER CONSIDERADO RELATIVAMENTE SATISFATÓRIO

Inspirado nos resultados do IFEC 2019, o presente artigo incide sobre a importância desta dimensão – a vontade – nas opções de parentalidade, reflexão que integra duas partes essenciais: uma primeira, em que se discute o argumento da vontade, interrogando os sentidos dessa razão; e, uma segunda, que procede à análise da importância das dimensões “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” na decisão de ter ou de não ter filhos.

2. O(S) SENTIDO(S) DA VONTADE DE TER FILHOS

Antes do início da pandemia COVID-19, período em que decorreu o IFEC 2019⁶, o panorama socioeconómico em Portugal podia ser considerado relativamente satisfatório. Por exemplo: os níveis de desemprego eram baixos e o rendimento médio disponível das famílias (a preços constantes), assim como a poupança bruta em percentagem do rendimento disponível, foram superiores aos de anos anteriores. Mesmo assim, os resultados do IFEC 2019 permitiram concluir que o desejo de descendências numerosas não existia para a esmagadora maioria da população.

Segundo o IFEC 2019, o número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que estas pessoas pensam vir a ter no futuro – i.e. a “fecundidade final esperada” – foi de 1,69 filhos (1,75 para as mulheres e 1,65 para os homens). Quanto à “fecundidade desejada” – i.e. o número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter, conceito que se afasta da vivência real, sendo independente, portanto, de quaisquer constrangimentos circunstanciais (financeiros, familiares, de trabalho ou outros) – o valor obtido foi de 2,15 filhos (2,19 para as mulheres e 2,12 para os homens).

Num quadro em que os níveis de “fecundidade final esperada” e de “fecundidade desejada” estão longe de uma ambição por descendências que ultrapassem, de forma significativa, a reposição das gerações, faz sentido entender as motivações associadas à decisão de ter ou não ter filhos: ou seja, perceber se a população portuguesa não tem um número elevado de filhos porque não pode ou porque não quer.

A vontade destacou-se como o motivo mais importante para a decisão, tanto de não ter filhos, como de não ter mais filhos. A vontade expressa não significa necessariamente uma opção duradoura para toda a vida, tanto mais por não estar totalmente imune às condições experienciadas em cada momento. Porém, a vontade também não está totalmente aprisionada por circuns-

tâncias concretas de vida, pois no questionário existiam outras possibilidades de resposta para essa decisão de ter ou não filhos, e que foram menos escolhidas pela população, como é o caso de, por exemplo: ‘motivos financeiros’, ‘condições de habitação’, ‘estabilidade/progressão profissional’, ‘conciliação entre a vida profissional e a vida familiar’ ou ‘não ter parceira/o ou não ter parceira/o com o perfil certo’.

2.1 A VONTADE DE NÃO TER FILHOS

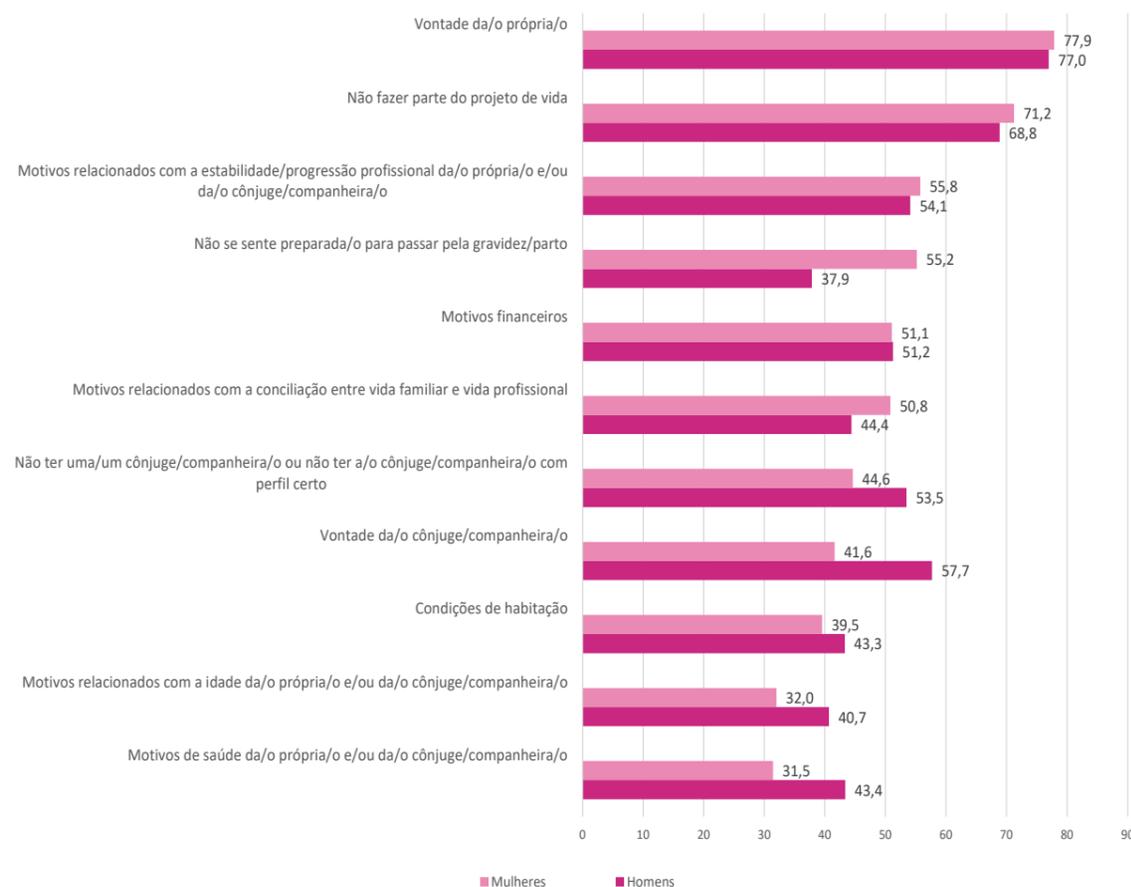
Segundo o IFEC 2019, uma em cada dez pessoas no período fértil (8,4% das mulheres e 11,0% dos homens) declarou não ter filhos nem esperar vir a ter. Estes valores foram ligeiramente superiores aos registados no Inquérito à Fecundidade realizado em 2013 (IFEC 2013), pois a percentagem de pessoas no período fértil que declarou, em 2013, não ter nem esperar vir a ter filhos foi de 8,6% (7,7% das mulheres e 9,4% dos homens).

Embora para uma parte das pessoas no período fértil, a razão de não ter filhos possa ser involuntária (motivada por razões de saúde ou outras), o primeiro motivo destacado como ‘muito importante’ ou ‘importante’ para a decisão de não ter filhos, por quem não os tinha, foi a ‘vontade da/o própria/o’ – 77,9% das mulheres e 77,0% dos homens referiram-no – e o segundo motivo foi ‘não faz parte do projecto de vida’ – referido por 71,2% das mulheres e 68,9% dos homens (Figura 1).

A VONTADE DESTACOU-SE COMO O MOTIVO MAIS IMPORTANTE PARA A DECISÃO, TANTO DE NÃO TER FILHOS, COMO DE NÃO TER MAIS FILHOS

⁶ O período de recolha de dados decorreu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020.

Figura 1. Motivos considerados como 'muito importantes' ou 'importantes' (%) para a decisão de não ter filhos por pessoas sem filhos, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

A decisão de não ter filhos nem pretender tê-los, não é um exclusivo da actualidade ou de Portugal. Aliás, as percentagens de pessoas, no período fértil, que não desejavam ter filhos foram no IFEC 2019 de 7,0% (6,9% das mulheres e 7,1% dos homens), menores que as observadas noutros países europeus, como Espanha, onde segundo o [Inquérito à Fecundidade de 2018](#) realizado nesse país, entre os 18 e os 55 anos, 12,7% das mulheres e 16,0% dos homens não desejavam ter filhos.

São inúmeros os estudos científicos que se têm dedicado ao assunto denominado por *childless* ou *childlessness* definitivo, termos que, aliás, já integram bases de dados estatísticas de organismos internacionais, como por exemplo acontece com a [OCDE](#). Associado a estes, o termo de *childfree* (Gotman, 2017) – entendendo-se que ter um filho ou desejá-lo não é um pressuposto “natural” à situação de se ser mulher ou homem na idade adulta – está também, recentemente, a merecer algum destaque.

Sobre a decisão voluntária de não ter filhos, podem ser múltiplos os motivos apontados para a justificar, uns de carácter mais individual/pessoal, como o não sentir qualquer empatia com o facto de se ser mãe ou pai, e outros de carácter mais colectivo/social, os quais, embora comecem a ser enunciados, ainda se encontram pouco estudados do ponto de vista científico. É o caso, por exemplo, de medos em relação ao futuro, como o de um “apocalipse climático” (Schneider-Mayerson e Leong, 2020) ou de a “insustentabilidade planetária” resultante da sobrepopulação mundial, preocupações que não são, aliás, recentes⁷. Outro tipo de medos em relação ao futuro, que não as questões ambientais ou de sustentabilidade do planeta, são ainda considerados, nomeadamente os associados a incertezas económicas ou ao agravamento da pressão financeira sobre as gerações vindouras.

Mas, para além do medo em relação ao futuro, a vontade de não ter filhos também pode derivar de outras experiências como: o “contágio social” (Hiilamo, 2019) ou a “pressão social” (Bernardi e Klärner, 2014).

O “contágio social” relaciona-se com a partilha de experiências – entre amigos, familiares, colegas, ou de modo cada vez mais amplo, através das redes sociais – que podem influenciar negativamente o desejo de ter filhos, em especial para as mulheres.

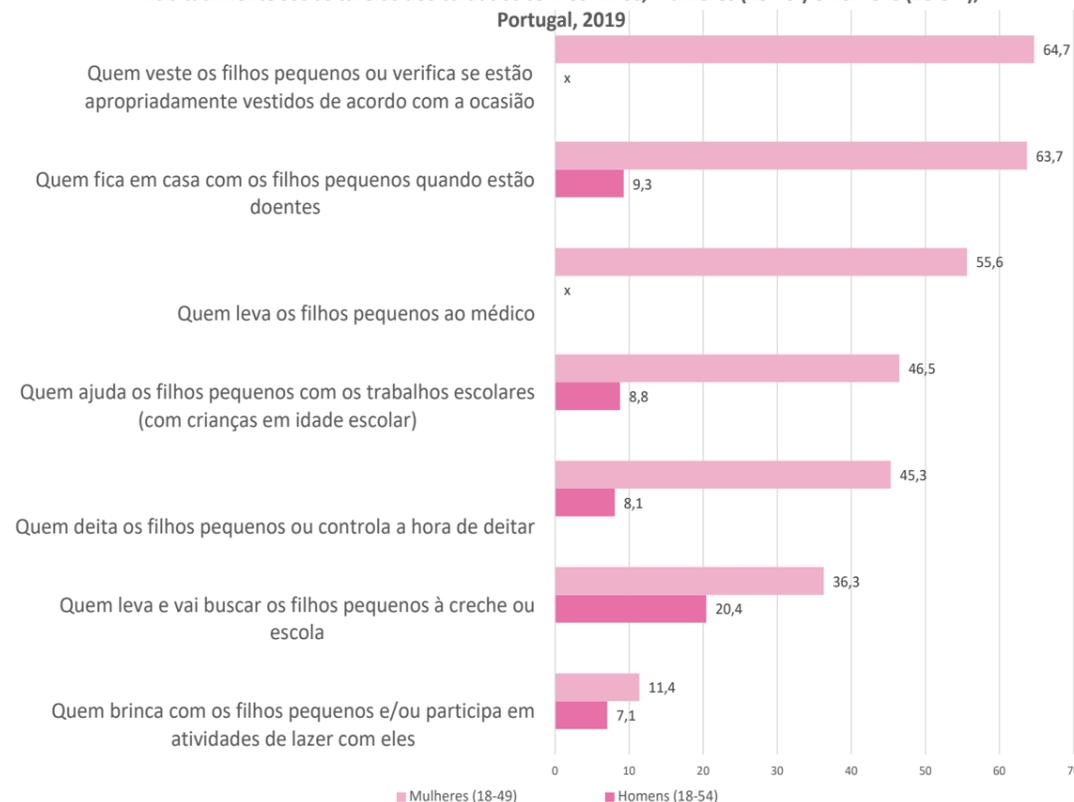
As experiências de maior escassez de tempo para, quem tem filhos, se dedicar a outras realizações ficou, aliás, particularmente evidente nos resultados do IFEC 2019, pelos efeitos pessoais e profissionais particularmente penalizadores quando se é mãe.

Na realidade, a simetria de partilha de responsabilidades parentais entre mãe e pai está longe de ser alcançada em Portugal, normalmente em desfavor da mulher-mãe. De acordo com o IFEC 2019, quem se encarregou dos cuidados essenciais com os filhos pequenos, os quais impactam com outros tempos, nomeadamente com o tempo de trabalho, foram sobretudo elas. Por exemplo, são as mulheres-mães que maioritariamente referiram assumir a responsabilidade exclusiva de importantes tarefas dos cuidados com os filhos como: ‘vestir os filhos pequenos’, ‘ficar em casa quando os filhos estão doentes’, ‘levar os filhos ao médico’ (Figura 2), embora tal desequilíbrio entre papéis de pai e mãe seja menor nas gerações mais jovens.

O “CONTÁGIO SOCIAL” RELACIONA-SE COM A PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS – ENTRE AMIGOS, FAMILIARES, COLEGAS, OU DE MODO CADA VEZ MAIS AMPLO, ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS – QUE PODEM INFLUENCIAR NEGATIVAMENTE O DESEJO DE TER FILHOS, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES

⁷ Já no início do século XIX, Thomas Malthus alerta para o facto de as populações, quando não controladas, aumentarem muito mais rapidamente que os meios de subsistência, o que deverás ser evitado, propondo como via o controle de nascimentos através do casamento.

Figura 2. Proporção de pessoas (%) a viver com o cônjuge ou companheira/o que referiram realizar habitualmente sós as tarefas dos cuidados com os filhos, mulheres (18-49) e homens (18-54), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

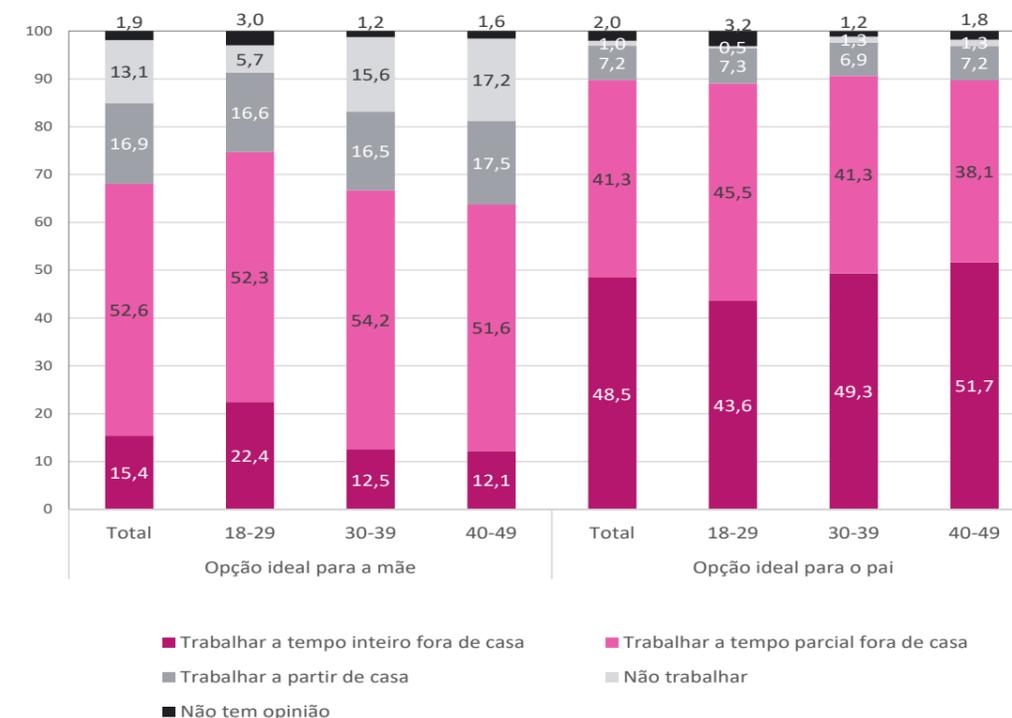
Nota: para algumas tarefas não são referidos valores por terem elevados erros de amostragem (situações assinaladas com X)

NÃO É IGUAL A PERCEPÇÃO SOBRE O MODO COMO A MULHER, QUANDO É MÃE, E O HOMEM, QUANDO É PAI, SE DEVEM RELACIONAR COM O TRABALHO

Quanto à “pressão social”, esta também pode influir sobre a vontade de não ter filhos, em especial para as mulheres em idade fértil, maioritariamente inseridas no mercado de trabalho e com expectativas de realização profissional.

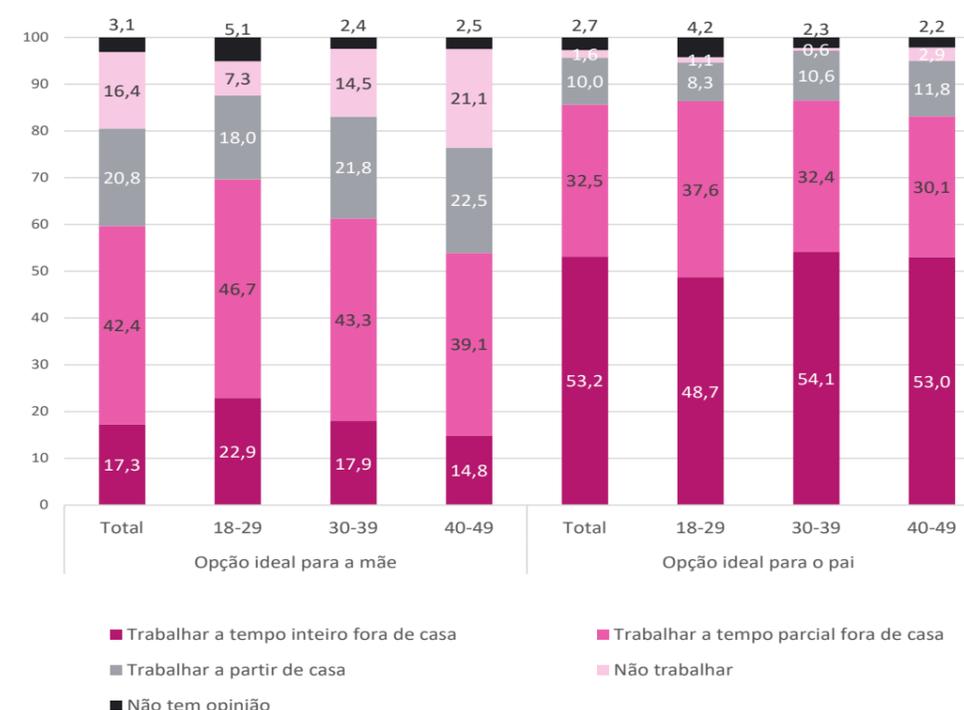
Com efeito, sendo a parentalidade, habitualmente, um projecto a dois, não é igual a percepção sobre o modo como a mulher, quando é mãe, e o homem, quando é pai, se devem relacionar com o trabalho. No caso das mulheres quando são mães, entende-se que estas devem estar mais em casa (mais próximas dos filhos); no caso dos homens quando são pais, entende-se que eles devem estar mais próximos do trabalho. As respostas do IFEC 2019 à pergunta sobre qual é a opção ideal para o pai e para a mãe conciliarem o trabalho com a vida familiar foram, a este respeito, ilustrativas. No caso da mãe, a situação mais referida como ideal (mulheres ou homens) foi a de ‘trabalhar a tempo parcial fora de casa’; no caso do pai a opção mais referida como ideal (mulheres ou homens) foi a de ‘trabalhar a tempo inteiro fora de casa’ (Figuras 3.1 e 3.2).

Figura 3.1. Opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2019 - Mulheres



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

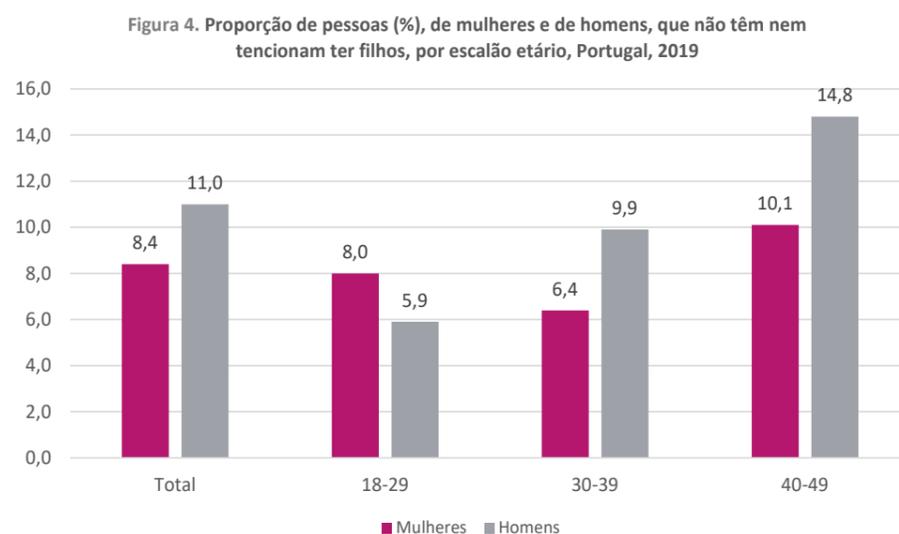
Figura 3.2. Opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2019 - Homens



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Embora se tenha verificado uma certa sintonia de opiniões entre homens e mulheres, acerca de como a mãe e o pai devem conciliar o trabalho com a família, entre as gerações mais novas e as mais velhas observaram-se diferenças interessantes. Por exemplo, são os mais jovens que apresentaram maiores percentagens de respostas a considerarem que as mães devem trabalhar ‘a tempo inteiro fora de casa’ e menores percentagens de respostas sobre a possibilidade de as mães não deverem trabalhar; para os pais, os mais jovens também se revelaram mais favoráveis (do que os mais velhos) para a situação de os pais trabalharem a ‘tempo parcial a partir de casa’ e menos favoráveis para a situação de os pais trabalharem a ‘tempo inteiro fora de casa’.

Acresce, ainda, que a maior convergência nas gerações mais jovens, quer em termos de papéis quer de expectativas entre mulher-mãe e homem-pai, relativa às tarefas relacionadas com ‘o cuidar dos filhos’ e com a ‘conciliação trabalho-família’, não foram necessariamente inibidoras da vontade de os jovens homens serem pais, pois se globalmente são eles que não tencionavam ter (mais) filhos, nas gerações mais jovens, observou-se precisamente o contrário (Figura 4).



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

2.2 A VONTADE DE TER UM FILHO

Em Portugal, a maioria das pessoas no período fértil, mulheres (91,6%) e homens (89,0%), tinha ou queria ter pelo menos um filho biológico. O que está em causa não é, portanto, o projecto de parentalidade.

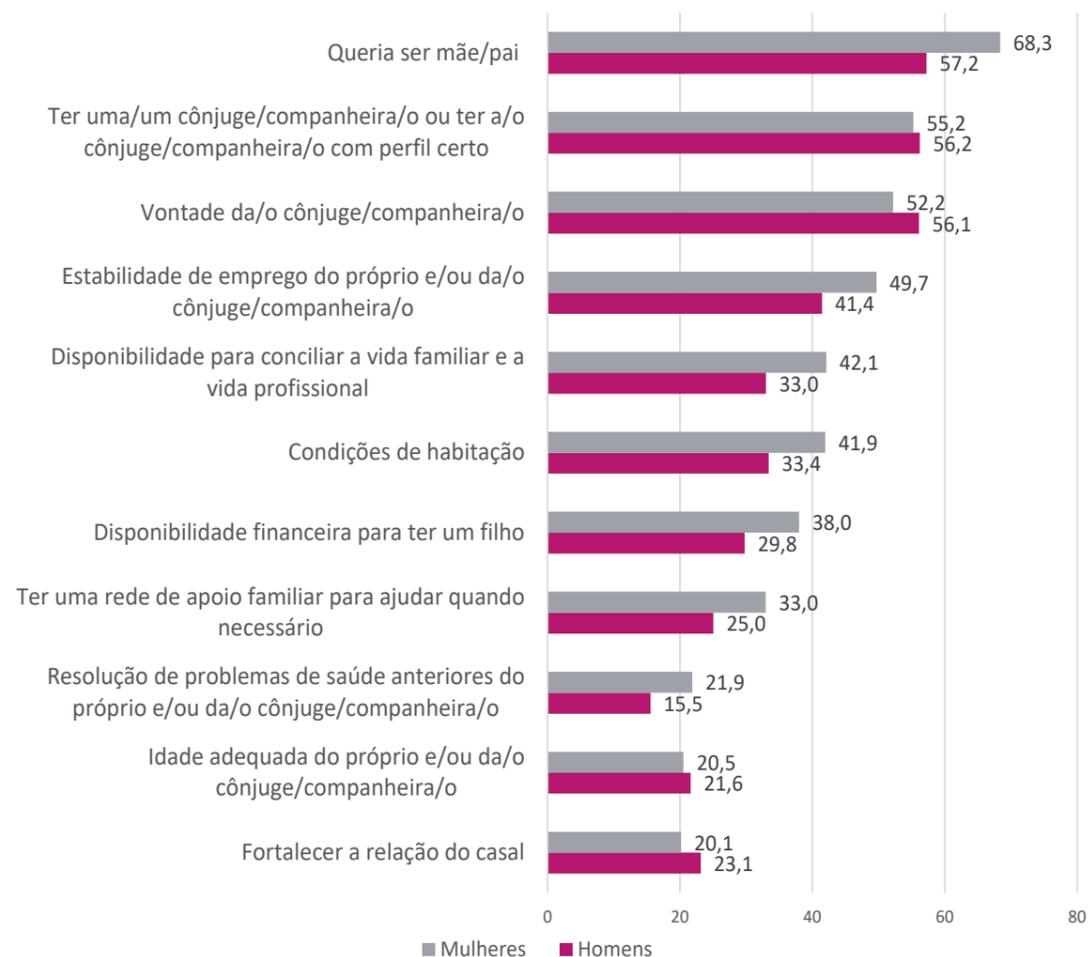
Contudo, mais de metade dos nascimentos em Portugal eram, para as mães, primeiros filhos e a maioria das pessoas no período fértil (80,2% das mulheres e 84,5% dos homens) que declarou, no IFEC 2019, ainda querer ter filhos, não tinha algum. Assim, falar de parentalidade significa cada vez mais falar a “primoparentalidade”. Por outro lado, a parentalidade está cada vez mais associada ao adiamento dos nascimentos (*tempo*). Com efeito, a idade média das mães ao nascimento do 1º filho é cada vez mais alta, em Portugal. Em 2019, foi de 30,5 anos, mais 5 anos do que em meados da década de 90 do século passado. O adiamento do projecto de parentalidade ressaltou, ainda, de forma bem evidente dos resultados do IFEC 2019, pois a maioria dos homens (58,5%) e quase metade das mulheres (45,1%) tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam, com um prazo de concretização dessa ambição algo dilatado para muitos. Na realidade, considerando apenas as pessoas que tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam, constata-se que, segundo o IFEC 2019, esse adiamento foi, para uma parcela considerável de mulheres (36,0%) e de homens (47,7%), de pelo menos cinco anos.

O ter filhos cada vez mais tarde constitui uma tendência fundamental das últimas décadas e está estreitamente associado à menor fecundidade das populações (Bongaards e Feneey, 1998; Sobotka, 2004, Sobotka, 2017), pois parte dos nascimentos adiados não são efetivamente recuperados. O aumento da idade com que os jovens saem de casa dos pais e da conseqüente idade aquando da primeira coabitação, o prolongamento dos percursos escolares com o conseqüente retardar da entrada na vida activa (Mendes et al, 2016) ou razões circunstanciais ou de oportunidade, tais como a segurança no emprego e a estabilidade profissional, são factores que concorrem para esse adiamento de início da parentalidade. Mas a vontade de ter um filho é um elemento também importante a considerar, a qual pode estar associada ou não aos percursos de vida e às circunstâncias vividas em cada momento.

O TER FILHOS CADA VEZ MAIS TARDE CONSTITUI UMA TENDÊNCIA FUNDAMENTAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS E ESTÁ ESTREITAMENTE ASSOCIADO À MENOR FECUNDIDADE DAS POPULAÇÕES. POIS PARTE DOS NASCIMENTOS ADIADOS NÃO SÃO EFETIVAMENTE RECUPERADOS

Sobre os motivos que justificam a decisão de ter tido o primeiro filho na altura que teve, 'queria ser mãe/pai', muito em especial no caso das mulheres, surgiu como a primeira razão considerada como muito importante (Figura 5).

Figura 5. Motivos considerados como 'muito importantes' (%) para a decisão de ter tido o primeiro filho (planeado) na altura em que o teve, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019

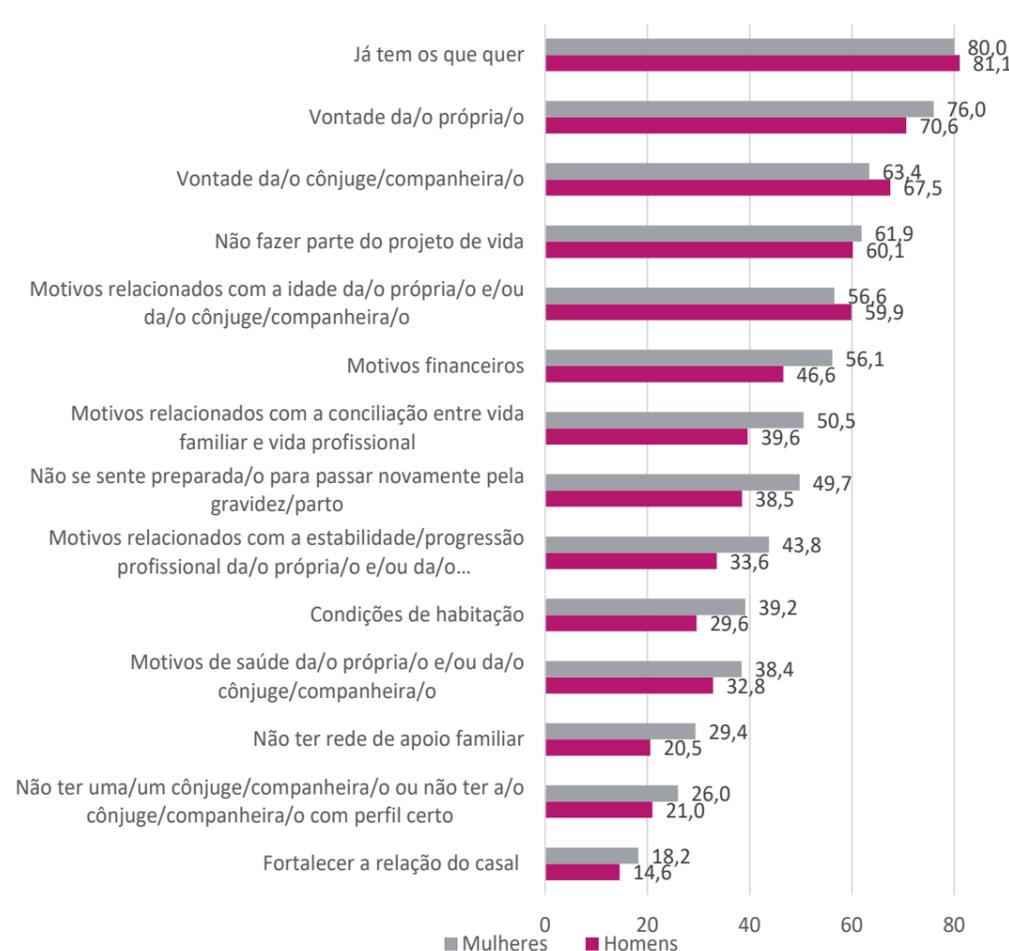


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Relativamente, ainda, às pessoas que tinham filhos e à pergunta sobre os motivos para não quererem ter mais filhos, também não foram as razões financeiras ou de trabalho que obtiveram mais respostas como motivos considerados como 'muito importantes' ou 'importantes', mas sim: 'já tem os que quer' (80,0% das mulheres e 81,1% dos homens referiram-no) ou a 'vontade do(a) próprio(a)' (referido por 76,0% das mulheres e 70,6% dos homens) (Figura 6).

Em suma, ficou evidente, nos resultados do IFEC 2019, a importância da vontade na decisão de ter ou não ter filhos. Mas se, em muitos casos, essa vontade pode jogar no sentido de não se terem filhos ou de não se terem mais filhos, é de admitir que esse

Figura 6. Motivos considerados como 'importantes' ou 'muito importantes' (%) para a decisão de não ter mais filhos por pessoas que já têm filhos e/ou existia uma gravidez, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

factor pode também influenciar em sentido contrário, para certos grupos populacionais. Serve de exemplo a população masculina que recorreu a métodos de procriação medicamente assistida (PMA), comportamento revelador de uma vontade expressa de ter um filho. Assim, e não obstante a sua baixa expressão estatística (não chegando, no IFEC 2019, a 3% do total de mulheres ou de homens, no período fértil) observou-se que os homens já próximos do final do período fértil (45-49 anos) revelaram um nível de "fecundidade realizada" (i.e. o número de filhos biológicos tidos) muito superior (de 1,6) na situação de terem recorrido à PMA, por comparação aos que não recorreram à PMA (de 1,23).

3. OS MOTIVOS PARA TER OU NÃO TER FILHOS: DA “VONTADE” AOS “CONSTRANGIMENTOS SOCIOECONÓMICOS”

O(s) percursos de (in)fecundidade são desenhados entre o que se quer (“vontade”) e o que se pode (“constrangimentos socioeconómicos”).

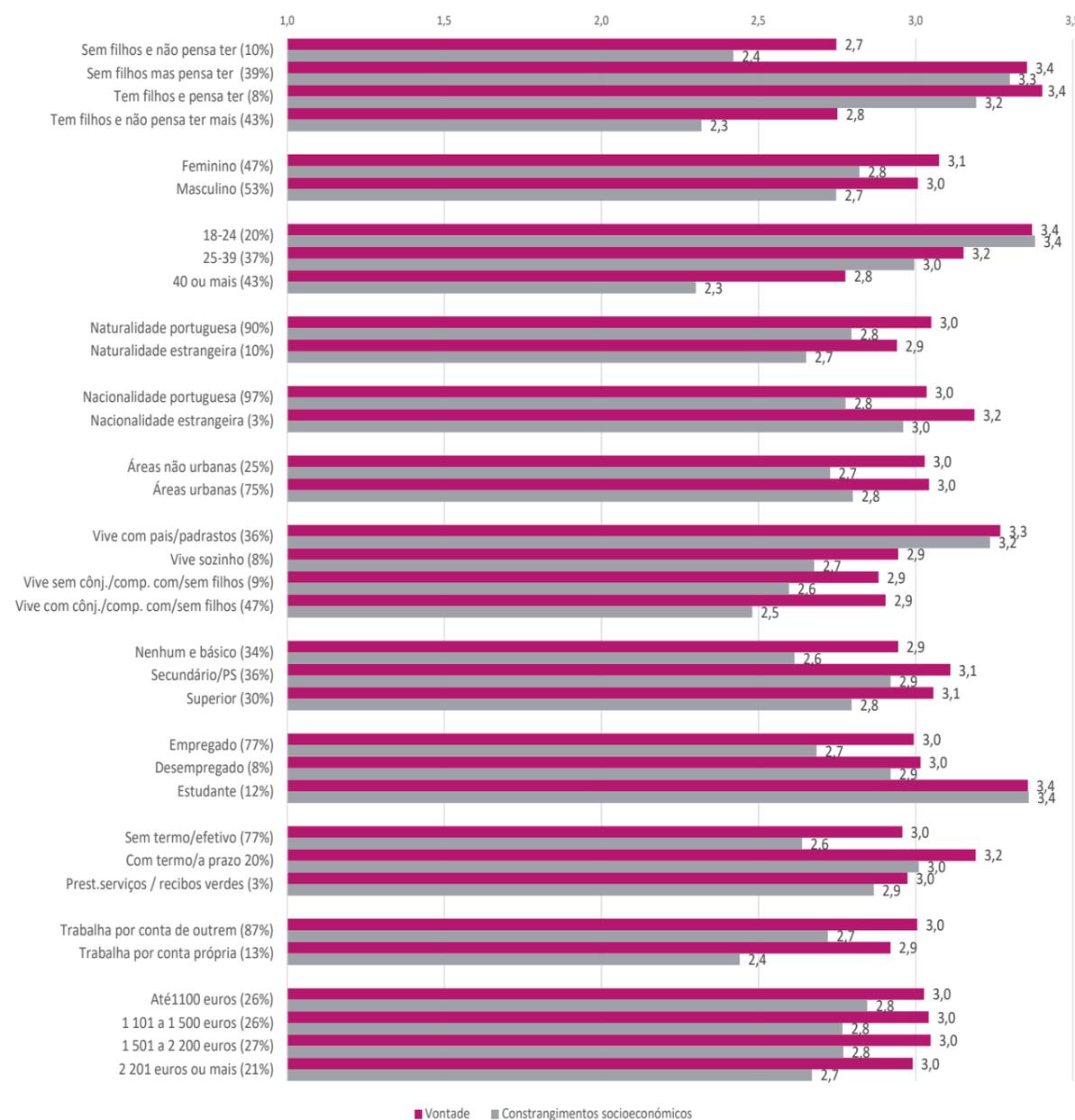
Na análise dos resultados do IFEC 2019, procurou-se distinguir essas duas dimensões, considerando dois grupos de motivações para ter ou não ter filhos. A dimensão “vontade”, que inclui, como motivos, a ‘vontade do próprio’, a ‘vontade do cônjuge/companheiro’, ‘fazer parte do projeto de vida’ e ‘sentir-se preparado para a gravidez/parto’; a dimensão “constrangimentos socioeconómicos”, que inclui, como argumentos, os ‘motivos financeiros’, a ‘estabilidade/progressão profissional’, a ‘conciliação família/trabalho’ e as ‘condições de habitação’. Para cada dimensão – “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” – foram calculadas as respectivas médias a partir da importância atribuída pelos indivíduos aos diversos motivos. Os resultados obtidos variaram entre 1 (nada importante) e 4 (muito importante).

3.1 A “VONTADE”: O GRANDE MOTIVO PARA TER OU NÃO TER FILHOS

Na maioria das situações, a importância atribuída à “vontade” e aos “constrangimentos socioeconómicos” foi muito expressiva: os valores médios tendem a situar-se acima do ponto médio (2,5) da escala de importância, para a maioria da população, quaisquer que sejam as suas características sociodemográficas (Figura 7).

Foram poucas as exceções – isto é, valores médios inferiores a 2,5 – e só se verificaram na dimensão “constrangimentos socioeconómicos” para algumas situações particulares: quem não tinha nem pensava ter filhos, quem já tinha filhos e não queria ter mais, quem tinha 40 ou mais anos, quem vivia com o cônjuge e quem trabalhava por conta própria.

Figura 7. Importância (em valor médio) da 'Vontade' e dos 'Constrangimentos Socioeconómicos', Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Nota: As percentagens em parêntesis, em cada categoria, representam a proporção de cada grupo no universo. A soma destas percentagens nem sempre corresponde a 100%, porque se omitiram categorias com importância residual.

Observou-se, ainda, que quem atribuiu mais importância à “vontade” tinha também tendência a atribuir mais importância aos “constrangimentos socioeconómicos”: a correlação entre o grau de importância concedido a estas duas dimensões foi positiva e de 0,48.

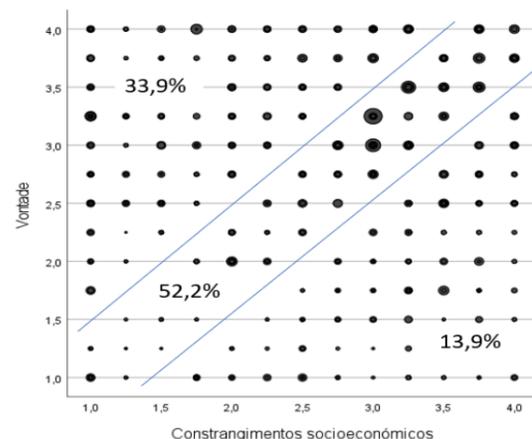
A “VONTADE” DESTACOU-SE COMO O FACTOR MAIS SIGNIFICATIVO NA DECISÃO DE TER OU DE NÃO TER FILHOS, EMBORA NEM TODAS AS DECISÕES OU OPÇÕES DE PARENTALIDADE SE ESGOTEM NESTA DIMENSÃO

Contudo, embora a “vontade” e os “constrangimentos socioeconómicos” não se oponham, não tiveram necessariamente igual importância para todos (Figura 8)⁸. Na realidade, 33,9% dos inquiridos sobrevalorizou a “vontade” face aos “constrangimentos socioeconómicos”, mas esta sobrevalorização da “vontade” foi mais frequente em algumas situações⁹. A idade mais avançada, a estabilidade conjugal e o facto de os indivíduos não pensarem ter filhos parecem, portanto, potenciar o factor “vontade” (Figura 9). Na realidade, foram os mais velhos quem, mais frequentemente, deu mais importância à “vontade” (48,2% dos que têm 40 ou mais anos); quem vivia numa situação de conjugalidade (44,4%); quem tinha filhos e não pensava ter mais no futuro (46,9%) e quem não tendo filhos também não os pensava ter (40,0%).

3.2 A “VONTADE” NÃO É TUDO

No inquérito à fecundidade (IFEC 2019), a “vontade” destacou-se como o factor mais significativo na decisão de ter ou de não ter filhos, embora nem todas as decisões ou opções de parentalidade de se esgotem nessa dimensão. Na realidade, a “vontade” foi mais importante para 33,9% dos indivíduos, teve a mesma importância que os “constrangimentos socioeconómicos” para 52,2% e, por último, foi menos importante para 13,9% das pessoas (Figura 8).

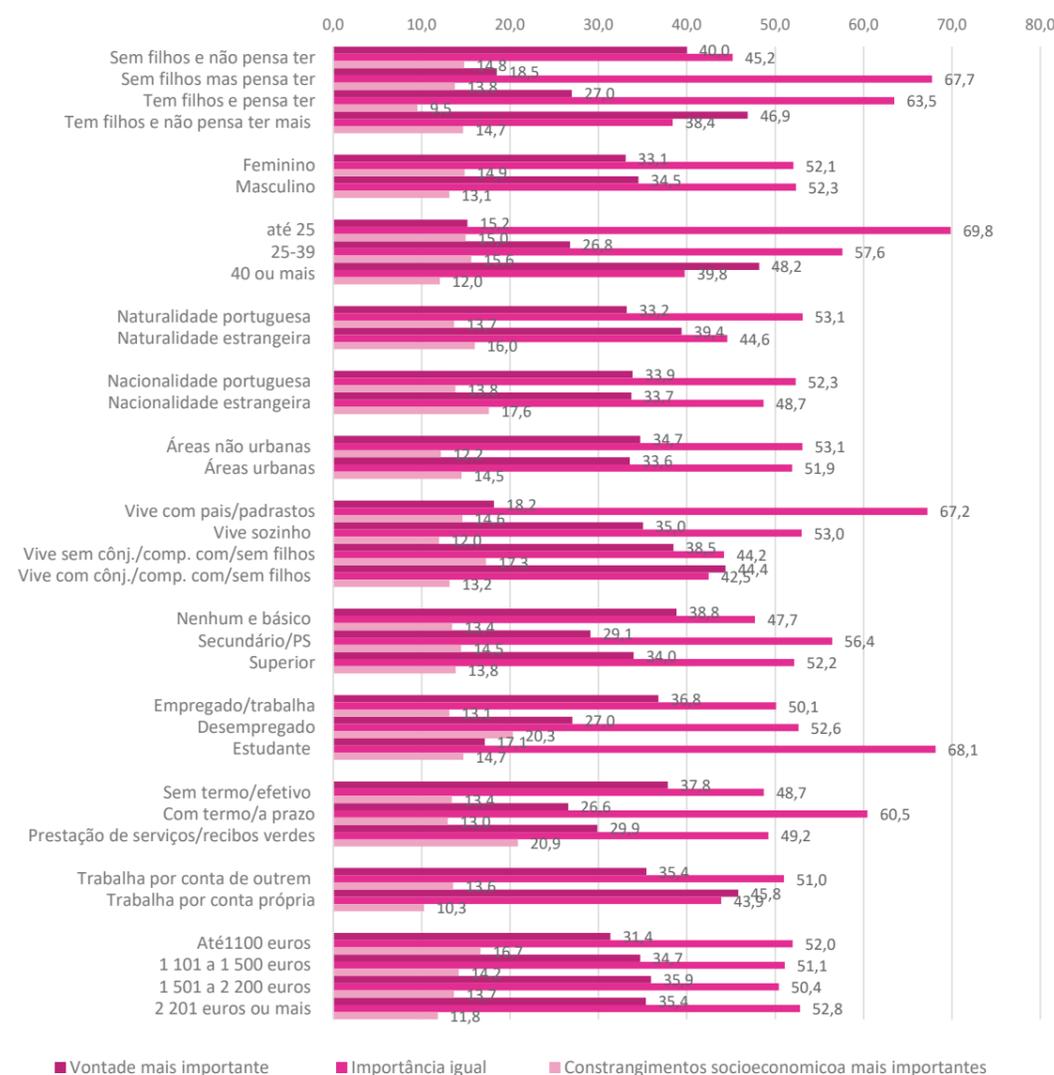
Figura 8. Distribuição dos indivíduos (%) segundo a importância da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos”



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.
Nota: a dimensão dos pontos é proporcional ao número de pessoas em cada situação.

⁸ A importância da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos” variam entre 1 e 4. Se as diferenças (em valor absoluto) forem menores que 0,25 considerou-se que a importância era igual; se as diferenças forem iguais ou superiores a 0,75 considerou-se que a importância de um dos factores (“vontade” ou “constrangimentos socioeconómicos”) era superior à de outra; os casos de diferenças iguais a 0,5 foram excluídos destes perfis.
⁹ A associação entre as três situações possíveis (maior valorização da “vontade”, maior valorização dos “constrangimentos socioeconómicos”, ou igual valorização) e as categorias sociodemográficas baseou-se na análise conjunta do Qui Quadrado, do V de Cramer e dos resíduos *standartizados* ajustados.

Figura 9. Distribuição dos indivíduos(%) segundo a dimensão mais importante, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Quanto às situações em que a valorização igual da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos”, aconteceu mais frequentemente¹⁰ são de realçar os mais jovens (nas idades até aos 25 anos, 69,8% dão igual importância) ou ainda não chegaram aos 40 anos (57,6%); os estudantes(68,1%); quem tencionava ter filhos, não os tendo (67,7%) ou já os tendo (63,5%); e quem vivia com pais ou padrastos (67,2%) (Figura 9).

Sobre as pessoas que atribuíram mais importância aos “constrangimentos socioeconómicos” do que à “vontade”, o grupo menos expressivo (correspondeu a apenas em 13,9% dos casos), há uma situação que assumiu particular significado: a de estar desempregada (20,3%)¹¹ (Figura 9).

¹⁰ Ver nota 9.

¹¹ Ver nota 9.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de hoje está muito diferente, pelo que situações entendidas como atípicas no passado, quando se falava de filhos, estão a naturalizar-se. É o caso de a parentalidade pressupor cada vez menos a existência prévia de um casamento formal – a maioria dos nascimentos em Portugal nascem fora do casamento (56,8% em 2019) – ou de a existência de poucos filhos, ou nenhum, já não ser sinónimo, em especial para as mulheres, de infertilidade (não o conseguir), mas também de uma manifestação de desejo de não querer ser mãe. Daqui emerge um novo referencial social, o qual se desenha de forma cada vez mais nítida, em que a parentalidade deixa de ser um assunto de interesse eminentemente feminino¹², no qual as ambições das mulheres e dos homens sobre ter filhos vão convergindo e em que, nas decisões de parentalidade, a vontade se destaca em relação às circunstâncias/dificuldades vividas no momento.

Através dos resultados do IFEC 2019 percebemos que a decisão de ter ou não ter filhos não é tanto uma questão de mulheres ou de homens, de baixos ou de altos rendimentos, de se residir ou não em áreas urbanas, de se ter nascido em Portugal ou no estrangeiro, de se ter a nacionalidade portuguesa ou outra, de se ser mais ou menos escolarizado, de se trabalhar por conta própria ou por conta de outrem. A decisão de parentalidade é, acima de tudo, uma questão de vontade.

A vontade revelou-se como o factor mais determinante em Portugal, tanto para mulheres como para homens (no período fértil), na decisão de ter ou não ter filhos. Mesmo sabendo que a vontade não deixa de ser também afectada pelo meio ou circunstâncias vividas, tais constrangimentos externos têm os seus limites na compreensão dos comportamentos ou das opções de querer ou não ter filhos.

A vontade, maioritariamente inclinada para não ter filhos (pois 43,0% das pessoas não pensavam ter mais filhos para além dos que já tinham e 9,9% não tinham nem pensavam vir a ter filhos) não significa, contudo, que ela seja efectivamente concretizada no caso de quem pretende ter filhos (grupo maioritariamente integrado por pessoas que ainda não os têm e por mais jovens). O IFEC 2019 revelou que, em Portugal, a fecundidade realizada ficou muito aquém da fecundidade desejada: 51,3% das mulheres (com 40 ou mais anos) e 48,0% dos homens (com 50 ou mais anos) tiveram menos filhos do que desejavam.

Embora o grande factor que emerge desta análise, sobre as motivações para ter ou não filhos, seja iminentemente individual,

o papel das políticas públicas, não é negligenciável. Não só para as pessoas que querem ter filhos, mas também para as pessoas que não querem (atendendo a que a expressão dessa vontade pode, em muitos casos, ser apenas temporária) as políticas públicas podem fazer alguma diferença, no sentido da redução, quer de incertezas, nomeadamente perante o mercado de trabalho, quer dos desequilíbrios de papéis e expectativas entre homens e mulheres, tanto no exercício da actividade profissional como na parentalidade.

¹² Por exemplo, enquanto em 1980 o Inquérito Português à Fecundidade (INE) só considerou as mulheres, actualmente, embora ainda de forma desigual, os estudos sobre a fecundidade que incluem os homens são cada vez mais frequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, L. e Klärner, A. (2014). Social networks and fertility. Demographic Research, vol. 30, art. 22, 641-670.

BONGAARTS J., e Feeney, J. (1998). On the quantum and tempo of fertility. Population and Development Review 24(2), 271–291.

CUNHA, V. (2018). Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade entre mulheres e homens e natalidade. Desafios Demográficos: a natalidade. Conselho Económico e Social, ed. Almedina, 89-108.

DOEPKE, M. e Kindermann, F. (2018-rev). Bargaining over babies: theory, evidence, and policy implications. National Bureau of Economic Research (WP 22072).

GOTMAN, Anne (2017). Le choix de ne pas avoir d'enfant, ultime libération?. Travail, genre et sociétés, 2017/1 (n° 37), 37- 52.

HIILAMO, Heiki (2019). Why fertility has been declining in Finland after the Global Recession? A theoretical approach. Finnish Yearbook of Population Research, 54, 29-51.

KOHLER, H-P., Billari, F. C. e Ortega, J. A. (2002). The Emergence of Lowest-Low Fertility in Europe During the 1990s. Population and Development Review, 28 (4), 641-680.

SCHNEIDER-MAYERSON, M. e Leong, K. L. (2020). Eco-reproductive concerns in the age of climate change. Climatic Change, 163, 1007–1023. (2020). <https://doi.org/10.1007/s10584-020-02923-y> Springer Nature

MENDES, M. F. (coord), Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., Infante, P. e Freitas, R. (2016). Determinantes da Fecundidade em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ROSA, M.J.V. e Mendes, M.F. (2014). Os sentidos da fecundidade em Portugal". Inquérito à Fecundidade 2013, Instituto Nacional de Estatística, 95 – 109.

SOBOTKA, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?. Population and Development Review, 30(2), 195-220.

SOBOTKA, T. (2017). Post-transitional fertility: the role of childbearing postponement in fuelling the shift to low and unstable fertility levels, Journal of Biosocial Science, 49(S1), S20-S45.

SOBOTKA, T., Matysiak, A., Brzozowska, Z. (2019). Policy responses to low fertility: How effective are they?. W.P. nº 1, UNFPA

VIGNOLI, D., Guetto, R., Bazzani, G., Pirani, E. e Minello, A. (2020). A reflection on economic uncertainty and fertility in Europe: The Narrative Framework. Genus, vol. 76, doi: 10.1186/s41118-020-00094-3.

WEEKS, J. R. (2008). Population: An introduction to concepts and issues. 10ª ed. WadsworthGroup.

ANEXO A - IMPORTÂNCIA MÉDIA DE CADA UM DOS MOTIVOS, SEGUNDO O SEXO E A SITUAÇÃO NA PARENTALIDADE

	Total	Sexo		Situação de Parentalidade			
		Mulheres	Homens	Sem filhos e não pensa ter	Sem filhos, mas pensa ter	Tem filhos e pensa ter	Tem filhos e não pensa ter
Vontade	3,04	3,07	3,01	2,75	3,35	3,4	2,75
Vontade do próprio	3,3	3,4	3,2	3,2	3,5	3,6	3,1
Fazer parte do projeto de vida	3,1	3,1	3,1	2,9	3,4	3,4	2,8
Sentir-se preparado/a para gravidez/parto	2,7	2,8	2,6	2,4	3	3,2	2,4
Vontade do cônjuge/companheiro	3,1	3	3,1	2,5	3,5	3,4	2,8
Constrangimentos Socioeconómicos	2,78	2,82	2,75	2,42	3,3	3,19	2,32
Financeiros	2,9	3	2,9	2,5	3,4	3,3	2,5
Estabilidade/progressão profissional	2,7	2,8	2,7	2,5	3,3	3,1	2,2
Conciliação entre vida familiar e vida profissional	2,8	2,8	2,7	2,4	3,2	3,2	2,4
Condições de habitação	2,7	2,7	2,7	2,3	3,4	3,1	2,1
Motivos não incluídos nas dimensões anteriores							
Saúde	2,6	2,6	2,6	2,2	3,1	2,7	2,1
Idade do próprio e/ou cônjuge/companheiro	2,6	2,6	2,6	2,2	2,5	2,8	2,7
Ter cônjuge/companheiro ou ter o perfil certo	2,6	2,6	2,7	2,4	3,4	3,4	1,8
Fortalecer a relação do casal	2,2	2,1	2,2	1,8	2,8	2,5	1,7
Ter rede de apoio familiar	2,5	2,6	2,5	2	3,2	3	1,9
Não quer ter um filho único (já tem os que quer)	3,3	3,3	3,2	3,9	3,1	2,9	3,3
Quer ter uma filha ou um filho (só para quem tem)	2,7	2,7	2,7		2,6	2,7	

Fonte: Inquérito à Fecundidade, 2019.

Nota: A importância varia numa escala entre 1 e 4, em que 1 corresponde a nada importante e 4 a muito importante. As médias foram calculadas para todas pessoas com respostas válidas (correspondente a 4.488.171 pessoas).

INTENÇÕES DE FECUNDIDADE NOS

NÚCLEOS PARENTAIS JOVENS:

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS NÚCLEOS
MONOPARENTAIS, DE CASAIS “SIMPLES” E
RECOMPOSTOS¹

*Vanessa Cunha*²

*Susana Atalaia*³

*Sofia Marinho*⁴

RESUMO

A partir dos resultados do IFEC 2019, o presente artigo dá a conhecer as intenções de fecundidade de mulheres e homens residentes nos núcleos parentais jovens – monoparentais, de casais “simples” e recompostos sem e com filhos em comum. Através de modelos de regressão logística multinomial, análise de correspondências múltiplas (ACM) e de clusters, explora-se o impacto do tipo de núcleo parental e a relevância da conjugalidade e da parentalidade não residentes nas intenções de fecundidade.

Os resultados confirmam a importância preditiva da diversidade interna dos núcleos parentais jovens na intenção de aumentar a fecundidade, principalmente no caso dos núcleos de casais recompostos sem filhos comuns. E atestam a relevância da parentalidade não residente:

- 1 Este estudo foi financiado com fundos nacionais pela FCT, I.P., ao abrigo do projeto PARENT - Ref. PTDC/SOC-SOC/29367/2017 e da Norma Transitória (DL57/2016/CP-NT-SOC-04; DL 57/2016/CP1441/CT0018), MCTE, no âmbito das atividades de investigação das autoras no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- 2 Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ORCID: 0000-0003-2576-3111. Email: vanessa.cunha@ics.ulisboa.pt.
- 3 Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; professora adjunta convidada na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Santarém. ORCID: 0000-0002-7271-6062. Email: susana.atalaia@ics.ulisboa.pt.
- 4 Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ORCID: 0000-0002-0307-2072. Email: sofia.marinho@ics.ulisboa.pt.

Palavras-chave:
núcleos parentais;
intenção de
fecundidade;
conjugalidade;
monoparentalidade;
recomposição familiar;
filhos; enteados;
Inquérito à
Fecundidade; IFEC.

As análises,
opiniões e
conclusões aqui
expressas são
da exclusiva
responsabilidade
das autoras e
não refletem
necessariamente
a posição do INE.

ter filhos e enteados fora do núcleo é um fator determinante nas intenções de fecundidade. A indecisão, que traduz alguma abertura para ainda aumentar a fecundidade, também se associa à diversidade interna dos núcleos, tendo a monoparentalidade e a recomposição sem filhos em comum um peso mais decisivo. Na intenção e na indecisão face à fecundidade, mulheres e homens partilham trajetórias biográficas, familiares e contextos materiais, confirmando a importância da existência de parceiros conjugais não coabitantes na intenção ou indecisão dos núcleos monoparentais. A não intenção está ancorada em trajetórias e contextos de vida genderizados, moldados pela diversidade interna dos núcleos parentais, em que a existência de filhos/enteados não residentes é decisiva.

1. INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 70 do século XX, que a sociedade portuguesa tem conhecido importantes mudanças sociais cúmplices da maior liberdade de mulheres e homens na construção das suas trajetórias biográficas. Daqui resultam experiências familiares mais fluidas e diversificadas, que se refletem em tendências demográficas persistentes: adiamento e redução da fecundidade, diminuição dos casamentos (sobretudo católicos), aumento das uniões de facto e dos divórcios, aumento dos nascimentos fora do casamento (com e sem coabitação dos pais) e dos nascimentos de pais com filhos anteriores não comuns. Mas refletem-se, também, nas estatísticas censitárias, na diminuição do número de filhos nos agregados domésticos e no aumento de casais em união de facto e de famílias recompostas e monoparentais.

Tendo por base os resultados do IFEC 2019, o presente artigo explora a relação entre núcleos parentais jovens – monoparentais, de casais “simples” e recompostos sem ou com filhos em comum⁵ – e intenções de fecundidade. Estes núcleos, constituídos por pessoas em idade reprodutiva⁶ com, pelo menos, 1 filho/enteado menor residente, são a porta de entrada para a compreensão da fecundidade atual na sociedade portuguesa, caracterizada pelo progressivo adiamento dos nascimentos, pela redução dos nascimentos de segunda ordem e superiores, elevada incidência de filhos únicos e persistência do ideal dos 2 filhos.

Pretende-se perceber, antes de mais, o impacto do tipo de núcleo parental na maior ou menor abertura ao aumento da fecundidade por parte de mulheres e de homens em idade reprodutiva. Mas também a relação entre as variáveis familiares e sociodemográficas/económicas que caracterizam estes núcleos e as diferentes

intenções de fecundidade. Ensaia-se hipóteses sobre a relação entre “novas famílias” (núcleos monoparentais e recompostos) e intenções de fecundidade (Billari, 2005); e sobre o possível impacto das “constelações” familiares (Pailhé et al., 2014), como a parentalidade e a conjugalidade não residentes, nas intenções de fecundidade.

Em termos metodológicos, optou-se por uma abordagem que combina a identificação dos principais preditores das intenções de fecundidade (regressão logística multinomial) com a identificação das inter-relações entre variáveis (análise de correspondências múltiplas), seguida de uma análise de clusters (K-means cluster).

2. A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E A MUDANÇA DA VIDA FAMILIAR EM PORTUGAL

A Revolução de 1974 constituiu um virar de página na história portuguesa do século XX, abrindo a porta à democratização e profunda transformação de uma sociedade até então arredada dos processos de modernização em curso em muitos países europeus. Se foi lento o caminho percorrido para superar os atrasos sociais e económicos resultantes de quase cinco décadas de Estado Novo, foram mais céleres as mudanças a nível familiar, graças à intensa produção legislativa posterior ao 25 de Abril. Sob o cunho reformista da Constituição de 1976, vários foram os diplomas legais aprovados nesse período que tiveram um forte impacto na vida familiar, inscrevendo na lei a democratização das relações entre cônjuges e entre progenitores e descendência. A revisão do Código Civil, nos artigos relativos ao divórcio (ainda em 1975), pôs termo ao seu impedimento para os casamentos católicos que vigorava desde 1940 e ampliou os fundamentos para o requerer; e nos artigos relativos ao casamento e à filiação (1977), erradicou as figuras jurídicas do poder marital e do filho ilegítimo, que validavam a desigualdade e a discriminação na vida familiar, das mulheres face aos homens e dos filhos nascidos fora do casamento face aos filhos nascidos dentro do casamento. No direito do trabalho foi instituído o direito universal à proteção da maternidade em contexto laboral (1976); e foi consagrada a igualdade e a não discriminação no trabalho e no emprego (1979), que visava garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento das mu-

NÚCLEOS, CONSTITUÍDOS POR PESSOAS EM IDADE REPRODUTIVA COM, PELO MENOS, 1 FILHO OU ENTEADO MENOR RESIDENTE, SÃO A PORTA DE ENTRADA PARA A COMPREENSÃO DA FECUNDIDADE ATUAL NA SOCIEDADE PORTUGUESA

EM 1976 NO DIREITO DO TRABALHO FOI INSTITUÍDO O DIREITO UNIVERSAL À PROTEÇÃO DA MATERNIDADE EM CONTEXTO LABORAL E CONSAGRADA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO E NO EMPREGO

⁵ Para simplificação da leitura, a referência genérica a “núcleos recompostos” inclui as recomposições dos dois tipos, i.e., sem e com filhos em comum ao casal.

⁶ Compreendida entre os 18 e os 49 anos, no caso das mulheres, e entre os 18 e os 54 anos, no caso dos homens.

lheres face aos homens, consolidando o reconhecimento público das legítimas pretensões das mulheres à participação na esfera laboral e à independência financeira⁷.

Com efeito, a profunda reforma do ordenamento jurídico teve um forte impacto na vida individual e familiar, que passaram a estar libertas da normatividade legal e ideológica anterior, prescritiva de um modelo único de família: um homem e uma mulher unidos pelo sacramento do matrimónio católico, com estatutos hierarquizados e papéis sociais distintos (provedor económico/doméstica) e respetiva descendência legítima (e numerosa). Também a Igreja Católica deixou de deter a autoridade que lhe era anteriormente conferida – de regulação, controlo e monopólio da ritualização da vida familiar – e que em muito servia a ideologia dominante. Este contexto foi fundamental para a transformação da vida privada em Portugal (Almeida, 2011), abrindo espaço à desinstitucionalização e diversificação das experiências biográficas e familiares, tanto a nível das suas lógicas de constituição, dissolução e reconfiguração, como a nível das dinâmicas e dos sentidos atribuídos à vida em comum, nomeadamente à conjugalidade e à parentalidade, removendo o estigma social que recaía sobre as franjas da população que viviam à margem da moral dominante, como as mães solteiras, os filhos ilegítimos ou os casais coabitantes.

2.1. CASAMENTOS, DIVÓRCIOS E NASCIMENTOS: TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DE MODERNIZAÇÃO

Não é de estranhar que estas mudanças tenham animado processos de laicização, individualização e modernização dos comportamentos familiares e reprodutivos, com tradução numa nova paisagem social e demográfica que então despontava. Ficava para trás um regime demográfico pré-moderno (Bandeira, 1996; Rowland, 1997), num processo de transição semelhante ao que muitos outros países europeus vinham a experienciar desde a década de 60, conhecido por Segunda Transição Demográfica (van de Kaa, 1987; Sobotka, 2008). Mas se houve indicadores que evoluíram de forma gradual, outros conheceram mudanças céleres e intensas. É o caso dos indicadores de divorcialidade, que dispararam com as alterações ao Código Civil,

OS INDICADORES DE DIVORCIALIDADE DISPARARAM COM AS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO CIVIL

⁷ Que evoluiu para a elevada participação das mulheres no mercado de trabalho a tempo inteiro, uma das mais elevadas da Europa especialmente entre as mães de crianças pequenas (0-5 anos) e a mais elevada entre as mães menos escolarizadas (Cunha e Marinho, 2018). Dados de 2019 do Eurostat (Labour Force Survey, online data code: LFST_HHEREDCH, última atualização em 20/04/2021) confirmam esta realidade: em Portugal, 80,0% das mães com crianças pequenas estavam empregadas, valor bem acima da média dos 28 países da União Europeia (UE28) (63,8%) e apenas superado pelo da Suécia (83,7%) e da Eslovénia (81,6%); no caso das mulheres menos escolarizadas (ISCED 0-2), eram 66,3%, o valor mais elevado e praticamente o dobro da média da UE28 (35,5%). Deste quadro normativo e de ampla aceitação social (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016; Wall et al., 2016) resulta a baixa assimetria, no tempo alocado por mulheres e homens ao trabalho pago, de acordo com uma comparação entre 18 países da UE28 (Cunha e Atalaia, 2019).

anual de 99,7% (1974-75) e de 214,1% (1975-76)⁸. Em 1977 atingia-se o pico dessa década, com mais de sete mil divórcios, um valor dez vezes superior ao de 1974. Sinal inequívoco de que esta era uma mudança que se impunha na sociedade portuguesa, indo ao encontro da necessidade sentida por muitos casais, incluindo os casados pela Igreja, de formalizarem a rutura conjugal.

Já os indicadores de nupcialidade e fecundidade, conheceram um ligeiro pico nos dois anos que se seguiram ao 25 de Abril, uma conjuntura efémera à qual se seguiu a tendência de declínio persistente (Cunha, 2014). No caso da nupcialidade, os casamentos registaram o máximo em 1975, mas logo em 1976 iniciaram a tendência de declínio, menos acentuada nas décadas de 80 e 90, mas reforçada na viragem do milénio. Entre 2000 e 2019, a taxa bruta de nupcialidade passou de 6,2‰ para 3,2‰. Internamente, esta tendência foi pautada pela gradual perda da hegemonia dos casamentos católicos e pela abertura, em 2010, da sociedade portuguesa aos casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo.

No caso da fecundidade, a tendência foi muito acentuada. Finalmente estavam reunidas as condições que permitiam à população portuguesa aceder a uma sexualidade não reprodutiva dentro e fora da vida conjugal, mais liberta do risco de uma gravidez não desejada por via do planeamento familiar em desenvolvimento (Almeida et al., 2004), pondo em marcha um ideal de família mais pequena, democrática, afetiva e centrada no bem-estar da criança, que para tal requeria uma forte vigilância contracetiva (Almeida, 2016; Cunha, 2007). Apesar de não ter sido imediata a passagem de um paradigma contracetivo de tipo tradicional e precário, para um paradigma contracetivo moderno de elevada eficácia⁹, foi preciso menos de um quarto de século para Portugal reduzir o índice sintético de fecundidade (ISF) a metade. Passou-se de uma situação de elevada fecundidade (ISF de 2,99 filhos em 1971) para uma situação de muito baixa fecundidade (ISF inferior a 1,50 filhos desde 1994). Na viragem do milénio, quando a tendência europeia era de ligeiro aumento do ISF, Portugal manteve a tendência de declínio, caindo para valores abaixo de 1,30 entre 2012 e 2014. A recuperação posterior para valores pré-contexto de austeridade (1,42 em 2019) não deixou de expor os contrastes marcantes na vulnerabilidade à crise e na capacidade de retoma, por parte de um território profundamente fraturado e desigual do ponto de vista demográfico e económico (Atalaia e Cunha, 2017).

NA VIRAGEM DO MILÉNIO, QUANDO A TENDÊNCIA EUROPEIA ERA DE LIGEIRO AUMENTO DO ISF, PORTUGAL MANTEVE A TENDÊNCIA DE DECLÍNIO

⁸ Salvo indicação em contrário, as estatísticas demográficas do INE, I.P., consultadas no seu portal oficial em abril de 2021, constituem a fonte das estatísticas apresentadas e dos cálculos próprios efetuados.

⁹ Complementado pelas possibilidades oferecidas pela interrupção voluntária da gravidez (IVG). Sobre o papel regulador da IVG na fecundidade portuguesa e o processo histórico de construção do seu atual enquadramento legal ver Baptista (2017).

**OS NASCIMENTOS
FORA DO
CASAMENTO TÊM
REGISTADO UMA
TENDÊNCIA DE
CRESCIMENTO
ININTERRUPTO**

Nesta tendência de declínio da fecundidade destacam-se mudanças de fundo a nível dos comportamentos reprodutivos, a saber: o intenso adiamento dos nascimentos, nomeadamente do primeiro filho (29,9 anos para as mulheres em 2019)¹⁰, mas também do segundo filho (Cunha, 2016); e a redução dos nascimentos de segunda ordem e superiores (Oliveira, 2016), com reflexo na elevada incidência de filhos únicos na sociedade portuguesa (Cunha, 2014; 2016; Freitas, 2019; Mendes, 2016). A este nível, outras duas mudanças emblemáticas também se impuseram, refletindo os processos de desinstitucionalização e diversificação da vida familiar que caracterizam a Segunda Transição Demográfica: os nascimentos fora do casamento, com ou sem coabitação dos pais; e os nascimentos que ocorrem em conjugalidades com filhos anteriores não comuns ao casal. No passado, dada a estreita articulação entre casamento e procriação, a nupcialidade constituía um fator determinante da fecundidade. Os nascimentos fora do casamento, de mães solteiras e casais coabitantes, não constituíam uma escolha. Resultavam do difícil acesso ao matrimónio por parte de determinadas franjas da população socialmente excluídas, assim como das restrições, sobretudo para as mulheres, à sexualidade pré-matrimonial (Bandeira, 1996; Ferreira e Aboim, 2002).

Ora, os nascimentos fora do casamento têm registado uma tendência de crescimento ininterrupto, que se acentuou no início deste milénio, passando de 22,2% em 2000, para 50,7% em 2015 (ano em que superaram os ocorridos dentro do casamento) e 56,8% em 2019. Uma rápida convergência com os países onde a tendência é mais prevalente, atualmente liderados pela França, que coloca Portugal na dianteira da Europa do Sul. Internamente, este indicador reflete duas realidades distintas: uma, mais expressiva, que é a dos nascimentos que ocorrem dentro de uma união de facto (fora do casamento com coabitação dos pais); e outra, de menor expressão, que é a dos nascimentos das mães sós (fora do casamento sem coabitação dos pais). Contudo, o que se verifica desde 1995 (ano a partir do qual há informação desagregada) é que esta última começa a ganhar peso, passando de menos de um quarto do total dos nascimentos fora do casamento, para cerca de um terço em 2019. Sintoma da intensificação de processos de individualização, através da desvinculação entre reprodução e conjugalidade, possível sobretudo para as mulheres tendo em conta os avanços no campo da regulamentação do acesso à procriação medicamente assistida (PMA)¹¹; ou da vida em casal face à residência comum? Ou sintoma da deterioração das condições

¹⁰ Segundo estimativas provisórias do Eurostat (online data code: TPS00017, última atualização em 27/04/2021) era de 29,4 anos, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho para o conjunto dos 27 países que constituem a atual União Europeia (UE27), ou seja, sem contabilizar o Reino Unido.

¹¹ Em 2016 é alargado o âmbito do recurso à PMA a “todas as mulheres independentemente do diagnóstico de infertilidade” e aos “casais de sexo diferente ou os casais de mulheres, respetivamente casados ou casadas ou que vivam em condições análogas às dos cônjuges, bem como todas as mulheres independentemente do estado civil e da respetiva orientação sexual” (Lei nº 17/2016, de 20 de junho).

que sustentam a constituição normativa da vida familiar (autonomia residencial e económica, estabilidade laboral), atendendo que esta tendência se consolidou no auge do período de austeridade, marcado pela quebra sem precedentes da natalidade (Atalaia e Cunha, 2017)? Perguntas para as quais não há respostas seguras. O que é certo é que esta realidade, juntamente com o aumento do número de divórcios de casamentos fecundos, mas também da dissolução das uniões de facto fecundas (que escapa à análise demográfica), desembocam em situações de monoparentalidade, em regra, feminina (Marinho, 2014).

Já os nascimentos que ocorrem em conjugalidades com filhos anteriores não comuns ao casal dão conta de uma das realidades que compõem as famílias recompostas (Atalaia, 2014). Definindo-se pela constituição de um casal coabitante que traz, para a relação, filhos anteriores de um ou de ambos – e, conseqüentemente, pelo estabelecimento de laços sociais que ligam adultos e crianças dentro deste núcleo (padrasto/madrasta e enteado/a) – as famílias recompostas podem ainda ir além desta formação inicial com o nascimento de um filho em comum. É, justamente, esta realidade específica – a dos casais com filhos comuns e não comuns – que é captada pelo indicador em questão. Entre 1995 e 2019, os nascimentos de pais com filhos anteriores não comuns mais do que duplicaram em termos absolutos, passando de 7 389 para 14 824, respetivamente. Crescimento particularmente expressivo num contexto de forte redução da natalidade. Em 2019, estes nascimentos já representavam 17,1% do total.

Tal como as famílias monoparentais jovens (i.e., com filhos menores de idade), as famílias recompostas resultam, hoje, mais de situações de divórcio ou separação do que de viuvez. Esta realidade é cúmplice da evolução do divórcio (e da rutura das uniões de facto) e traduz novas orientações normativas face à conjugalidade (Aboim, 2006; Wall, 2005), ancoradas em valores de realização pessoal e relacional, e face ao divórcio, entendido como a porta de saída para um “desencontro” conjugal (Torres, 1996). A maior liberdade de mulheres e homens na construção das suas trajetórias biográficas, conjugais e parentais redundam, assim, em experiências familiares mais fluidas e diversificadas e numa maior complexificação dos laços familiares.

**A MAIOR LIBERDADE
DE MULHERES
E HOMENS NA
CONSTRUÇÃO DAS
SUAS TRAJETÓRIAS
BIOGRÁFICAS,
CONJUGAIS
E PARENTAIS
REDUNDA EM
EXPERIÊNCIAS
FAMILIARES
MAIS FLUIDAS E
DIVERSIFICADAS
E NUMA MAIOR
COMPLEXIFICAÇÃO
DOS LAÇOS
FAMILIARES**

2.2. NÚCLEOS PARENTAIS JOVENS E DINÂMICAS DA FECUNDIDADE

Se as mudanças na vida familiar estão espelhadas na evolução das estatísticas demográficas das últimas décadas, o mesmo é verdade relativamente às estatísticas censitárias. Um estudo aprofundado das famílias nos Censos (Delgado e Wall, 2014)¹² deu conta do impacto das transformações demográficas no número, dimensão e composição interna dos agregados domésticos. Entre 1960 e 2011, registaram-se quatro grandes linhas de mudança relativamente aos agregados: 1) aumento do seu número, mas diminuição da sua dimensão média; 2) duplicação dos agregados de pessoas sós; 3) diminuição dos agregados de famílias complexas; 4) estabilidade do peso das famílias simples no total dos agregados, mas com diminuição dos casais com filhos e aumento dos casais sem filhos e das famílias monoparentais (Wall, Cunha e Ramos, 2014)¹³. Estas mudanças prendem-se, logicamente, com as tendências demográficas acima identificadas, mas também com outras, tais como o envelhecimento da população portuguesa e a crescente autonomia residencial dos núcleos familiares e das pessoas sós.

A análise dos núcleos de casais com filhos (Atalaia, 2014; Cunha e Atalaia, 2014) e monoparentais jovens (Marinho, 2014) permitiu captar o impacto do divórcio, da informalização da conjugalidade e do declínio da fecundidade nas dinâmicas de evolução destas famílias. Mais divórcios e uniões de facto e menos filhos são, assim, as três grandes linhas de força que reorientam a composição interna dos núcleos parentais. No entanto, trata-se de uma análise que encerra limitações para conhecer as atuais dinâmicas da conjugalidade e da parentalidade, pois devolve o “retrato da família residente” no momento censitário. De fora ficam, por exemplo, os filhos e/ou os enteados que já não vivem, ou nunca viveram, no agregado (vivem com o outro progenitor, já são autónomos, faleceram, etc.); mas também os parceiros conjugais voluntária ou involuntariamente não coabitantes (autonomia residencial, emigração prolongada, institucionalização, etc.). Isto significa que, nos Censos, um “núcleo de casal com filhos” pode ser percebido pelos próprios como sendo uma família recomposta, embora o filho não comum ao casal tenha deixado de residir no agregado; e que num “núcleo monoparental” pode haver conjugalidade, mesmo que não coabitante numa base temporária ou permanente (Sobotka e Toulemon 2008). Limitações mais sérias colocam-se,

12 O estudo Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança (Delgado e Wall, 2014), resultou da parceria entre o Instituto Nacional de Estatística, IP e o Observatório das Famílias e das Políticas de Família, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Contou com uma vasta equipa de trabalho: Anabela Delgado (coord.), Cátia Nunes, Cláudia Pina e Graça Magalhães, do INE, IP; Karin Wall (coord.), Sofia Aboim, Sofia Marinho, Susana Atalaia, Vanessa Cunha e Vasco Ramos, do ICS-ULisboa/OFAP; e, ainda, Ana Caetano, Maria das Dores Guerreiro e Pedro Vasconcelos, do CIES-IUL.

13 Para melhor compreensão da terminologia utilizada consultar: “Anexo: Notas Metodológicas” (Wall, Cunha e Ramos, 2014).

sem dúvida, à compreensão das dinâmicas de fecundidade, quer da realizada quer da por realizar. De facto, não se pode conhecer a fecundidade realizada a partir dos filhos residentes, pois um casal com 1 filho, por exemplo, não é necessariamente um casal de filho único. Por outro lado, há uma total invisibilidade da fecundidade realizada nos agregados domésticos sem filhos residentes (de casal ou de pessoa só); mas também nos núcleos recompostos em que apenas um dos cônjuges tem filhos residentes. Ser apenas padrasto ou madrasta num agregado doméstico não significa que não se tenha tido filhos.

No quadro atual de muito baixa fecundidade importa apreender a articulação entre dinâmicas macro e micro que concorrem para tal (Billari, 2005). No caso da sociedade portuguesa, a literatura mais recente tem procurado aprofundar as determinantes sociodemográficas, económicas e políticas da fecundidade, assim como as determinantes e as motivações que justificam as escolhas e as decisões reprodutivas e não reprodutivas (Atalaia e Cunha, 2017; Conselho Económico e Social, 2018; Cunha et al., 2016; Freitas, 2019; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016)¹⁴. Contudo, permanece por explicar a relação entre composição doméstica e familiar e dinâmicas da fecundidade (Pailhé et al., 2014). É, portanto, fundamental conhecer as intenções dos núcleos parentais jovens, pois são eles os principais responsáveis por decisões reprodutivas com impacto nos atuais níveis de fecundidade. Se uma das especificidades da muito baixa fecundidade portuguesa consiste na elevada incidência de filhos únicos e na redução dos nascimentos de segunda ordem ou superior, e não tanto no aumento das situações de infecundidade permanente, voluntária ou involuntária, como acontece noutros países europeus (Cunha, 2014, 2016; Freitas, 2019; Oliveira, 2016; Sobotka, 2016), urge compreender a relação entre as “novas” formações parentais, com tendência a aumentar, e as intenções de fecundidade.

3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Num contexto ainda normativo de transição para a parentalidade e de ideal de descendência ancorado nos 2 filhos (INE, 2020), que tipo de núcleos mais contribuem para aumentar a fecundidade? Se, à partida, a instabilidade e as dissoluções conjugais podem ser percebidas como cúmplices da baixa fecundidade, alguns autores entendem o contrário, que podem constituir um *fertility trigger* (Billari 2005, Sobotka e Toulemon 2008), a oportunidade para se aceder a novas conjugalidades fecundas.

A transição para o segundo filho, provavelmente a decisão reprodutiva mais fraturante na sociedade portuguesa (Cunha, 2016) tem aqui, justamente, uma oportunidade para se concretizar. E

SER APENAS PADRASTO OU MADRASTA NUM AGREGADO DOMÉSTICO NÃO SIGNIFICA QUE NÃO SE TENHA TIDO FILHOS

É, FUNDAMENTAL CONHECER AS INTENÇÕES DOS NÚCLEOS PARENTAIS JOVENS, POIS SÃO ELES OS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS POR DECISÕES REPRODUTIVAS COM IMPACTO NOS ATUAIS NÍVEIS DE FECUNDIDADE

14 Ver ainda os restantes artigos da presente publicação.

AS FAMÍLIAS, EM SENTIDO LATO, EXTRAVASAM AS FRONTEIRAS DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS, QUANDO NÃO MESMO AS PRÓPRIAS FRONTEIRAS DO PARENTESCO

mesmo a transição para o terceiro filho, menos comum, mas marcante na experiência da recomposição familiar (Atalaia, 2014). No entanto, nesta equação não podemos deixar de ponderar dois elementos. O primeiro, é o impacto do adiamento estrutural em todas as transições familiares, como é o caso de Portugal, que se encaixa num padrão tardio de transição para a vida adulta (*latest late pattern*, Billari, 2005). Este cenário de adiamento de todas as transições, não poderá comprometer, por si só, eventuais intenções de fecundidade, mesmo quando a dissolução conjugal abre a porta a uma recomposição familiar? E terão, mulheres e homens, as mesmas oportunidades para as realizarem em idades tardias? O segundo elemento a considerar é o da maior liberdade e fluidez na construção da vida biográfica e familiar nas sociedades atuais. As famílias, em sentido lato, extravasam as fronteiras dos agregados domésticos, quando não mesmo as próprias fronteiras do parentesco (Wall e Gouveia, 2014). Também assim é com os laços conjugais e os laços parentais, sejam os biológicos ou adotivos, que ligam pais/mães e filhos, sejam os sociais, que ligam padrastos/madrastas e enteados (Atalaia, 2012). Os parceiros conjugais não coabitantes, por um lado, e os filhos e enteados menores não residentes, por outro, fazem parte das novas “constelações” (Pailhé et al., 2014), ou formatos mais fluidos e difusos da vida familiar. Como tal, mais difíceis de captar, sem dúvida, mas nem por isso menos relevantes para se compreenderem as intenções de fecundidade dos núcleos parentais jovens.

Por conseguinte, a partir de resultados do IFEC 2019, procuramos conhecer as intenções de fecundidade de mulheres e homens em idade reprodutiva, residentes em Portugal, que vivem em núcleos parentais jovens, ou seja, com pelo menos 1 filho¹⁵ ou enteado menor de idade: monoparentais, de casais “simples” (só com filhos comuns no núcleo) e recompostos (com pelo menos 1 filho não comum no núcleo) sem ou com filhos em comum. Pretende-se perceber, por um lado, o impacto da diversidade interna dos núcleos parentais jovens nas intenções de fecundidade; e, por outro, o impacto da existência de laços parentais e conjugais fora do núcleo nessas intenções, nomeadamente, a existência de filhos e/ou enteados não residentes e, no caso dos núcleos monoparentais, também a existência de parceiros conjugais não coabitantes. Pretende-se, ainda, conhecer a relação entre algumas variáveis sociodemográficas, económicas e familiares, comumente utilizadas nos estudos da fecundidade, e os diferentes núcleos parentais jovens.

15 Nesta análise dos núcleos parentais jovens, as autoras adotam o conceito de “filho” em sentido amplo, i.e., biológico ou adotivo, não fazendo qualquer distinção entre eles. A existência de filhos biológicos é aferida pela variável “fecundidade realizada”, que é utilizada na regressão e na ACM. Salvo indicação em contrário, a referência a filho(s) remete sempre para aquele sentido amplo.

A ANÁLISE DO IFEC 2019 CENTROU-SE EM TRÊS VARIÁVEIS CHAVE:
- AS INTENÇÕES DE AUMENTAR A FECUNDIDADE;
- OS NÚCLEOS PARENTAIS JOVENS;
- O SEXO

A nossa análise do IFEC 2019 centrou-se em três variáveis chave: as intenções de aumentar a fecundidade¹⁶ (intenção, 42,8%; não intenção, 51,5%; indecisão, 5,6%) os núcleos parentais jovens¹⁷ (monoparentais, 14%; de casais “simples”, 78,8%; recompostos sem filhos comuns, 3,4%; recompostos com filhos comuns, 3,8%) e o sexo (homens, 52,8%; mulheres, 47,2%); incluindo ainda dois conjuntos de variáveis, um respeitante à vida familiar e outro às características sociodemográficas e económicas das pessoas inquiridas (Quadros 1 e 2, em Anexo). A vida familiar foi analisada através das seguintes variáveis: estado civil; situação na conjugabilidade residente; intenção de coabitação a curto prazo; fecundidade realizada; existência e tipologia de filhos e enteados não residentes; número de filhos e enteados residentes e não residentes; escalão etário do filho/enteado mais novo residente; e escalão etário do filho/enteado mais novo não residente. As características sociodemográficas e económicas foram identificadas através das seguintes variáveis de caracterização individual: sexo; escalão etário; nível de escolaridade; condição perante o trabalho; tipo de contrato de trabalho; e escalão de rendimento mensal líquido do agregado.

Os procedimentos analíticos comportaram três etapas. Primeiro identificámos os principais preditores da vida familiar e sociodemográficos/económicos da intenção e da indecisão de aumentar a fecundidade e comparámos o seu peso respetivo, recorrendo a modelos de regressão logística multinominal em que introduzimos como categoria de referência a não intenção de fecundidade. Para ajustar o modelo final, agrupámos categorias que apresentavam um número reduzido de observações nas variáveis e colocámos em omissão a categoria viúvo da variável estado civil. O modelo de regressão final (Quadro 3, em Anexo) foi obtido a partir da amostra de 3 511 pessoas, sendo introduzido o ponderador/extrapolador do INE no modelo final.

Em segundo lugar, para obter uma visão integrada das estruturas de interdependência entre os núcleos parentais jovens de mulheres e homens e a intenção de fecundidade, bem como entre estas e as características familiares e socioeconómicas das pessoas inquiridas, recorreremos à Análise de Correspondências Múltiplas

16 Esta variável foi construída a partir de duas outras: intenção de ter filhos biológicos (E1. *Pensa vir a ter filhos [biológicos]?*, para quem não tinha); e intenção de ter mais filhos biológicos (E2. *Pensa vir a ter mais filhos [biológicos]?*, para quem tem). As quatro categorias de resposta, para ambas as perguntas, eram: sim, não, não pode ter filhos, não sabe. A nova variável, “intenções de aumentar a fecundidade” passou a ter três categorias: “intenção” (quem respondeu *sim*, a uma ou a outra), “não intenção” (quem respondeu *não* ou *não pode ter filhos*, a uma ou a outra), e “indecisão” (quem respondeu *não sabe*, a uma ou a outra).

17 Esta variável foi construída a partir de outras que dão conta da existência de determinados laços familiares no agregado doméstico: RA1.VA1. Existência de cônjuge (sim, não); RA1.VA2. Existência de companheiro(a) (sim, não); RA1.VA3. Existência de filho(a) (sim, não); RA1.VA4. Existência de enteado(a) (sim, não). No caso das pessoas que vivem com cônjuge/companheiro(a) e filhos, foi ainda preciso distinguir, para cada um dos filhos, comuns dos não comuns ao casal: RA3. O(A) [NOME_FILHONV_R_x] também é filho(a) do(a) Sr.(a) [NOME_CONJ/NOME_COMP]?

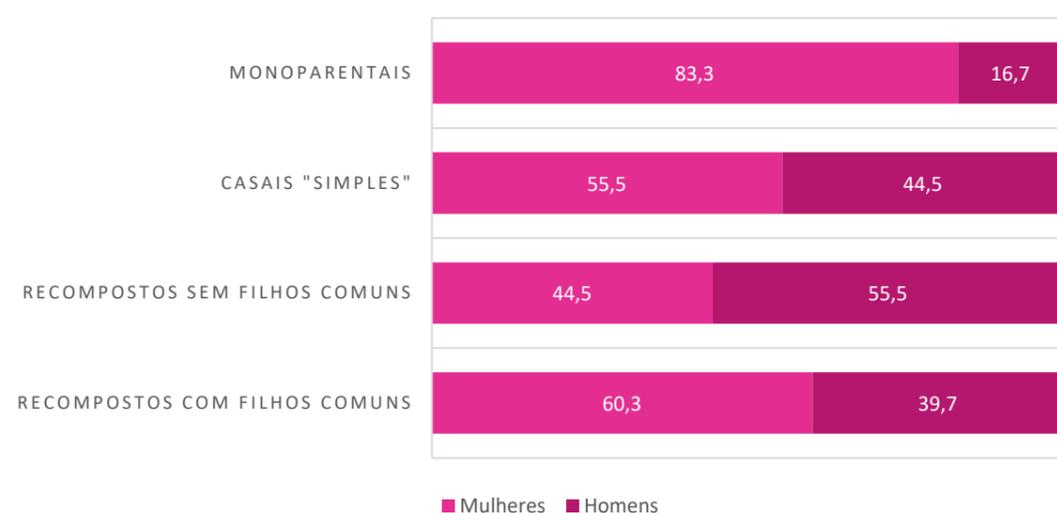
OS HOMENS VIVIAM MAIS EM CONJUGALIDADE DO QUE AS MULHERES, SEJA EM CASAIS "SIMPLES" SEJA EM RECOMPOSIÇÃO FAMILIAR, E AS MULHERES VIVIAM MAIS EM SITUAÇÃO DE MONOPARENTALIDADE DO QUE OS HOMENS

(ACM). Como variáveis ativas, introduzimos na ACM as variáveis utilizadas na regressão logística multinomial (Quadro 4, em Anexo), com exceção do número de filhos e enteados residentes e não residentes, do estado civil e do tipo de contrato de trabalho, que foram introduzidas como variáveis suplementares, dada a colinearidade com as variáveis ativas. Por fim, fizemos uma análise de clusters das pontuações dos objetos de cada dimensão da ACM, utilizando o método K-means cluster e cumprindo os critérios de robustez estatística e facilidade de interpretação (Everit et al., 2011).

4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO

De acordo com os resultados do IFEC 2019, 46,5% da população residente em Portugal em idade reprodutiva vivia com filhos e/ou enteados de todas as idades. Destes, 83,8% pertenciam a núcleos parentais jovens, ou seja, viviam com, pelo menos, 1 filho ou enteado residente menor de idade. Uma análise por sexo (Figura 1) permite perceber que as mulheres e os homens residentes nestes núcleos viviam sobretudo em casais "simples", i.e., apenas com filhos comuns. Não obstante, os homens viviam mais em conjugalidade do que as mulheres, seja em casais "simples" seja em recomposição familiar, e as mulheres viviam mais em situação de monoparentalidade do que os homens.

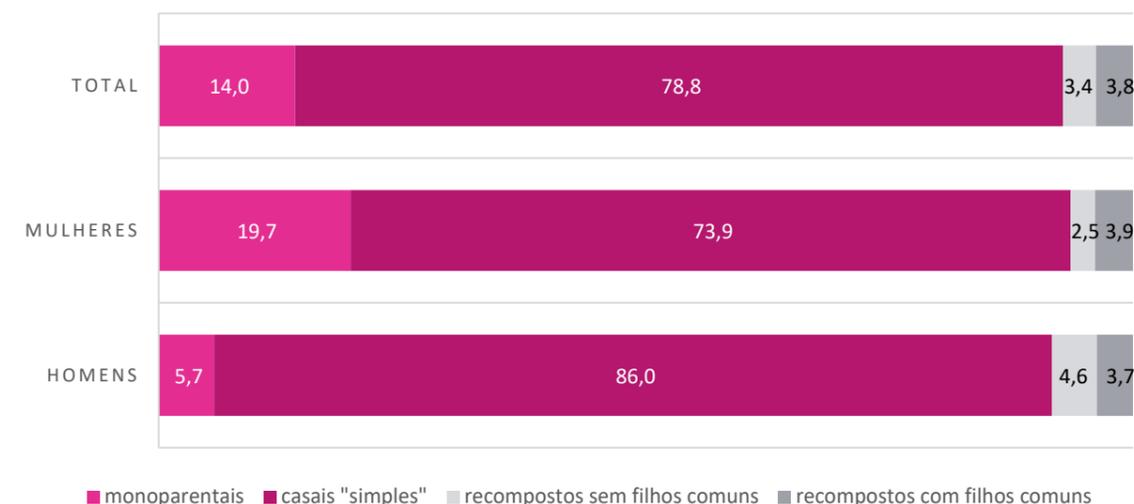
Figura 2. Núcleos Parentais Jovens, segundo a proporção de mulheres e homens a viverem em cada tipo de núcleo (%), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

A distribuição por sexo dentro de cada tipo de núcleo detalha a realidade genderizada (Figura 2) da reorganização das famílias após divórcio/separação, em que a residência das crianças com as mães persiste (Marinho, 2014). Mas se os núcleos monoparentais femininos representavam ainda 83,3% dos casos, também refletiam uma diminuição, a favor dos núcleos masculinos, face ao valor registado nos Censos 2011 (89,2%). Quanto aos núcleos recompostos resultantes do divórcio/separação, as mulheres viviam mais em núcleos com filhos comuns, enquanto os homens viviam mais em núcleos sem filhos comuns. Ser apenas padrasto num núcleo é mais comum do que ser apenas madrastra (Atalaia, 2014).

Figura 1. Núcleos Parentais Jovens, segundo o tipo de núcleo (%), total, mulheres e homens, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

5. INTENÇÃO E INDECISÃO DE AUMENTAR A FECUNDIDADE

Para encontrarmos as variáveis mais significativas, sociodemográficas/económicas e da vida familiar, para a previsão da ocorrência da "intenção" e da "indecisão" de aumentar a fecundidade, face à previsão da ocorrência da "não intenção", fizemos uma regressão logística multinomial. Os modelos finais da intenção (modelo 1) e da indecisão (modelo 2) de aumentar a fecundidade, face à não intenção, identificam os seus principais preditores (R^2 Negelkerke = 38%, Quadro 3, em Anexo).

O modelo 1 revela a maior importância dos efeitos preditivos das variáveis da vida familiar face à das variáveis sociodemográficas/económicas na intenção de aumentar fecundidade, em compa-

VIVER EM NÚCLEOS DE CASAIS RECOMPOSTOS SEM FILHOS COMUNS AUMENTA EM 1,7 VEZES A POSSIBILIDADE DE INTENÇÃO

**AS SEGUINTE VARIÁVEIS
CONSTITUEM FATORES
PREDITORES DA INDECISÃO
FACE À NÃO INTENÇÃO:**

- TER 1 FILHO BIOLÓGICO;
- TER ENTRE 30 E 39 ANOS;
- TER UM RENDIMENTO
DISPONÍVEL SUPERIOR A 700
EUROS MENSAIS;
- TER FILHOS NÃO RESIDENTES;
- TER UM FILHO/ENTEADO
RESIDENTE MAIS NOVO MENOR
DE 12 ANOS,
- VIVER NUM NÚCLEO
MONOPARENTAL, DE CASAL
SIMPLES OU RECOMPOSTO SEM
FILHOS COMUNS;
- TER UM CONTRATO DE
TRABALHO A TERMO;
- TER 2 OU MAIS FILHOS/
ENTEADOS RESIDENTES E NÃO
RESIDENTES;
- SER SOLTEIRO;
- TER O ENSINO BÁSICO OU
SECUNDÁRIO;
- SER HOMEM

ração com a não intenção. Com efeito, viver em núcleos de casais recompostos sem filhos comuns aumenta em 1,7 vezes a possibilidade de intenção. Ter 1 filho/enteado ou 2 ou mais, residentes e não residentes, aumenta a intenção de fecundidade em 15,7 e 1,8 vezes, respetivamente, bem como o escalão etário dos filhos residentes - até 5 anos de idade (5,1 vezes) ou entre 6 e 11 anos de idade (2,5 vezes). Já a existência de filhos não residentes aumenta a intenção de ter filhos em 1,9 vezes e a existência de enteados não residentes aumenta-a em 10,3 vezes. Por fim, ser homem e pertencer ao grupo etário dos 30 aos 39 anos aumenta a chance de tal intenção em 2,1 vezes e 5,3 vezes, respetivamente, assim como ter um contrato com termo/ser prestador de serviços, em 1,6 vezes.

O modelo 2, relativo à possibilidade de indecisão de aumentar a fecundidade face à de não intenção, revela uma aproximação do peso preditivo das variáveis da vida familiar e das variáveis socio-demográficas/económicas. A pertença a núcleos monoparentais, de casal "simples" e recompostos sem filhos comuns contribui para tal indecisão (em 1,4; 1,2 e 1,5 vezes, respetivamente), bem como ter 1 filho biológico (em 9,0 vezes). Ter filhos residentes pequenos aumenta a razão de chance da indecisão, sobretudo se o filho tiver entre os 0 e os 5 anos (2,8 vezes), mas ter filhos não residentes também (3,1 vezes). Ser homem (1,1 vezes mais) tem um peso menor na indecisão do que na intenção de fecundidade, mas ter idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos é um forte preditor da indecisão (4,5 vezes mais). Ser solteiro (1,2 vezes) e ter o ensino básico ou o ensino secundário/pós-secundário (1,2 e 1,1 vezes, respetivamente) tem igualmente algum peso. Mas ter um contrato com termo aumenta a chance de indecisão em 1,4 vezes e o escalão de rendimentos mensal do agregado é um forte preditor da mesma: 3,1 vezes mais, no escalão dos 701 aos 1 500 euros; e 2,3 vezes mais nos escalões dos 1 501 aos 2 200 euros e a partir dos 2 201 euros.

Em suma, constituem fatores preditores de intenção, isto é, de intenção de ter (mais) filhos face à não intenção (modelo 1), as seguintes variáveis: ter um filho/enteado no total de filhos/enteados residentes e não residentes; ter enteados não residentes; ter entre 30 e 39 anos; ter um filho/enteado residente mais novo menor de 12 anos, mais ainda se menor de 6 anos; ser homem; ter filhos não residentes; viver num núcleo parental de casal recomposto sem filhos em comum e ter um contrato de trabalho a termo/ser prestador de serviços. Por outro lado, constituem fatores preditores da indecisão face à não intenção (modelo 2) as seguintes variáveis: ter 1 filho biológico (fecundidade realizada); ter entre 30 e 39 anos; ter um rendimento disponível superior a 700 euros mensais; ter filhos não residentes; ter um filho/enteado

residente mais novo menor de 12 anos, viver num núcleo monoparental, de casal "simples" ou recomposto sem filhos comuns; ter um contrato de trabalho a termo; ter 2 ou mais filhos/enteados residentes e não residentes; ser solteiro; ter o ensino básico ou secundário; ser homem.

No que diz respeito à variável núcleo parental jovem, central para a nossa análise, esta é preditora tanto da intenção como da indecisão, face à não intenção de fecundidade. Viver num núcleo parental jovem recomposto sem filhos em comum aumenta a chance de o inquirido ter intenção de fecundidade em 1,7 vezes; e viver num núcleo recomposto sem filhos comuns, monoparental ou de casal "simples" aumenta a chance de indecisão de fecundidade em 1,5 vezes, 1,4 vezes e 1,2 vezes, respetivamente.

6. O ESPAÇO SIMBÓLICO E SOCIAL DAS RELAÇÕES ENTRE TIPO DE NÚCLEO PARENTAL E INTENÇÕES DE FECUNDIDADE

Os resultados da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) revelam que a topologia deste espaço relacional é estruturada pelas interações entre duas dimensões (Quadro 4, em Anexo). A Dimensão 1 estrutura a associação entre a intenção de aumentar a fecundidade e a maioria das características familiares e sociodemográficas/económicas das famílias pós divórcio ou separação. Opõe as pessoas com idades entre os 30 e os 39 anos, com filhos/enteados residentes com idades entre os 6 e os 11 anos e que têm intenção de fecundidade, tendo ou não companheiro/a fora do núcleo e sem intenção de coabitação a curto prazo no caso de terem companheiro/a não coabitante; às pessoas com idades entre os 40 e os 54 anos, com filhos/enteados residentes mais velhos (entre os 12 e os 17 anos e com 18 ou mais anos) que não têm intenção de fecundidade, vivendo em núcleos monoparentais e recompostos com ou sem filhos comuns. A Dimensão 2 estrutura a associação entre a indecisão de fecundidade, viver em casais "simples", ter companheiro fora do núcleo e intenção de coabitação a curto prazo, ter filhos/enteados não residentes de todos os escalões etários, escalões de rendimento mensal e sexo. Opõe as mulheres com filhos/enteados pequenos residentes (até aos 5 anos) e mais velhos não residentes (com 18 ou mais anos), com rendimentos entre 1 501 e 2 200 euros; com os homens com filhos/enteados não residentes (entre 0 e 17 anos) e rendimentos mais baixos (dos dois primeiros escalões).

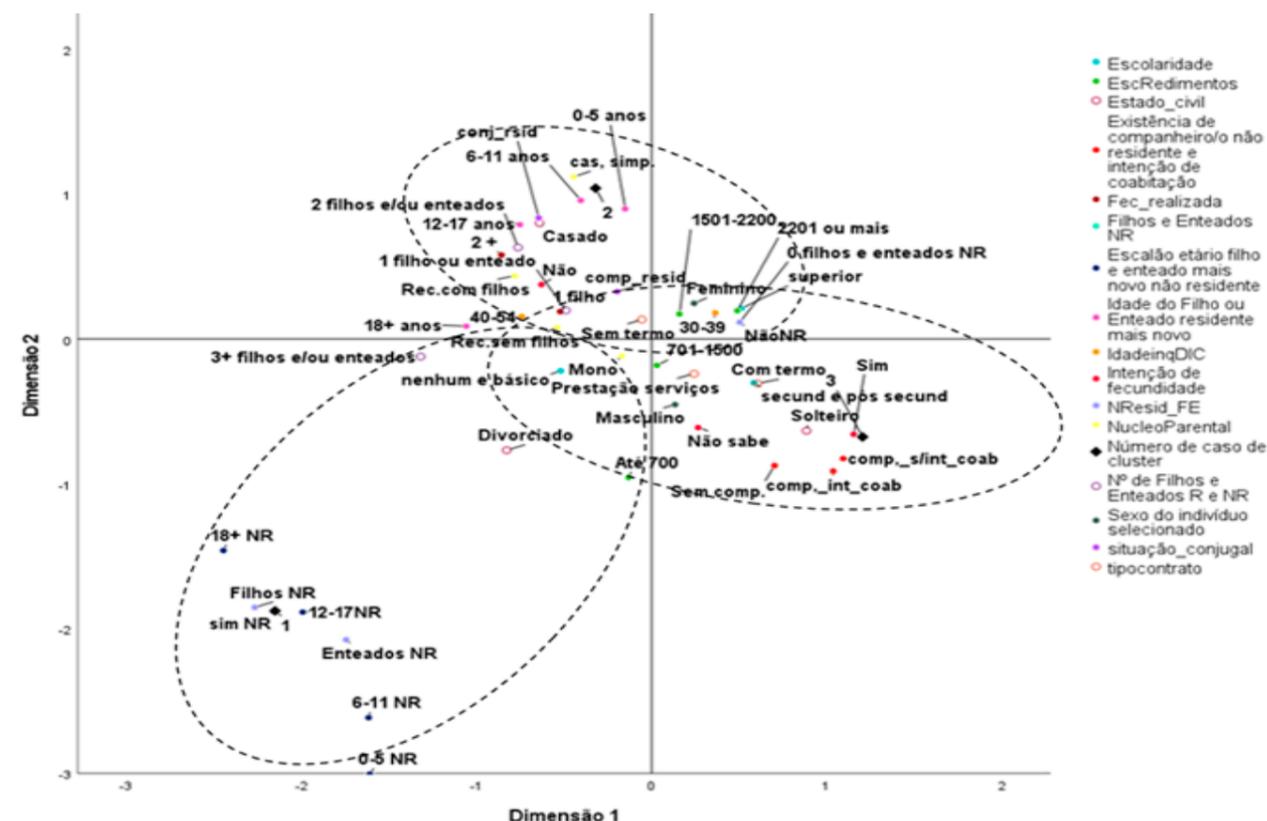
A interseção entre a Dimensão 1 e a Dimensão 2 (Figura 3) indica que a configuração topológica do espaço em análise é segmentada por três constelações. Tal segmentação representa as relações entre três grupos diferenciados compostos por mulheres, homens ou ambos. Cada grupo partilha tipos de núcleo parental, intenções de fecundidade e trajetórias conjugais e parentais específicas, bem como posições e características sociais distintas.

Para definir as características e o peso de cada grupo, fizemos uma análise de clusters das pontuações dos objetos de cada dimensão da ACM. Encontrámos uma solução de 3 clusters, correspondentes às constelações da ACM. O cluster 1 está situado no terceiro quadrante do plano fatorial e corresponde a 10,9% da população em estudo (N=536 320). Representa um grupo de homens que se distingue por ter filhos/enteados não residentes, tendendo a ter 3 ou mais filhos/enteados de todas as idades. Estes homens não têm intenção de ter mais filhos, tendem a ser divorciados e vivem em núcleos parentais recompostos sem filhos comuns, com companheiros/as residentes. Apresentam idades compreendidas entre 40 e 54 anos e têm baixa escolaridade (até ao 9º ano). Apesar de terem contratos de trabalho sem termo, o rendimento mensal do agregado pertence ao escalão mais baixo (até 700 euros).

O cluster 2 está situado entre o primeiro e o segundo quadrante do plano e reúne 52,5% da população em estudo (N=1 821 665). É composto por mulheres que não intenciam ter mais filhos e vivem em núcleos parentais de casais “simples” e recompostos com filhos comuns, com cônjuge ou companheiro residente. Têm 2 ou mais filhos/enteados residentes, nos escalões etários dos 0 aos 5 anos, dos 12 aos 17 anos e dos 18 ou mais anos. As suas idades situam-se nos escalões dos 30 aos 39 anos e dos 40 aos 54 anos (49 anos, no caso das mulheres), têm curso superior, contratos de trabalho sem termo e rendimentos entre 1 500 e 2 200 euros ou superior.

Por fim, o cluster 3 atravessa o terceiro e o quarto quadrante do plano, representando 47,5% da população em estudo (N=2 130 186). Engloba um grupo de mulheres e homens com intenção de aumentar a fecundidade ou que estão indecisos, vivem em núcleos monoparentais ou recompostos sem filhos comuns. Têm 1 filho ou enteado residente no núcleo, entre os 6 e os 11 anos e não têm filhos nem enteados não residentes. No caso dos núcleos monoparentais, têm companheiros/as não residentes, com e sem intenção de coabitação a curto prazo. As suas idades situam-se nos escalões etários dos 30 aos 39 e dos 40 aos 54 anos, têm o ensino secundário ou pós-secundário e superior, contratos de trabalho sem termo e apresentam rendimentos mensais dos escalões entre 701 e 1 500 ou entre 1 501 e 2 200 euros.

Figura 3. Projeção espacial da ACM e dos clusters



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, avançámos com uma análise exploratória das intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens (monoparentais, casais “simples” e recompostos sem e com filhos comuns). A partir dos resultados do IFEC 2019, testámos hipóteses inovadoras, como a do impacto da diversidade interna dos núcleos parentais e da relevância da conjugalidade e da parentalidade não residentes nas intenções de fecundidade, usando preditores clássicos da análise sociodemográfica.

Os resultados confirmam a importância preditiva da diversidade interna dos núcleos parentais jovens na intenção de aumentar a fecundidade, principalmente a de viver em núcleos de casais recompostos sem filhos comuns. Assim como confirmam a relevância da parentalidade não residente: ter filhos, mas, sobretudo, ter enteados a viverem fora do núcleo, é um fator determinante.

AS PESSOAS COM FILHOS/ENTEADOS NÃO RESIDENTES TÊM MAIS CHANCE DE TER INTENÇÃO DE FECUNDIDADE FACE AOS QUE NÃO TÊM

As pessoas com filhos/enteados não residentes têm, então, mais chance de ter intenção de fecundidade face aos que não têm. Trata-se da intenção de aumentar um núcleo onde há, em regra, apenas uma criança (filho/enteado) pequena (do escalão etário entre 0 e 5 anos), embora a existência de mais filhos/enteados residentes e ligeiramente mais velhos também seja preditor da ocorrência de intenção. A intenção é protagonizada no masculino, em idades entre os 30 e os 39 anos e em situação laboral pouco estável do ponto de vista contratual. A recomposição familiar pode, assim, constituir efetivamente uma segunda oportunidade para completar um projeto parental, mesmo quando o contexto laboral não oferece as melhores condições.

Já a indecisão, que traduz alguma abertura para aumentar a fecundidade, também se associa à diversidade interna dos núcleos, com a monoparentalidade e a recomposição sem filhos comuns a terem um peso mais decisivo na ocorrência da mesma. As variáveis da vida familiar (ter um filho biológico, ter um filho/enteado residente entre os 0 e os 5 anos de idade, ter filhos não residentes) articulam-se, aqui, com as sociodemográficas e económicas, com destaque para a idade do inquirido (ter entre os 30 e os 39 anos de idade) e o escalão de rendimentos mensal do agregado (com exceção do primeiro escalão, até 700 euros, em regra, quanto mais baixo é o rendimento, maior é a razão de chances).

Os resultados da análise de clusters resultantes da ACM revelaram que a não intenção está ancorada em trajetórias biográficas e familiares e contextos materiais de vida genderizados, moldados pela diversidade interna dos núcleos parentais em que a existência de filhos/enteados não residentes tem um papel decisivo. Na intenção e na indecisão, homens e mulheres partilham tais trajetórias e contextos, confirmando-se ainda a importância da existência de parceiros conjugais não coabitantes na intenção ou indecisão dos núcleos monoparentais.

O cluster 1, residual, corresponde a um perfil em que não há intenção de aumentar fecundidade. Estas pessoas vivem em núcleos recompostos resultantes de divórcio e com filhos/enteados de todas as idades dentro e fora do núcleo (3 ou mais). A recomposição familiar não potencia aqui o aumento da fecundidade, pois trata-se já de uma família numerosa. É um perfil masculino, socialmente desfavorecido e pouco qualificado de não intenção. O cluster 2, maioritário, dá conta de um perfil em que também não há intenção de aumentar a fecundidade. São pessoas que vivem em núcleos de casais “simples” ou recompostos, casados ou em união de facto, e que têm filhos comuns no núcleo (2 ou mais filhos/enteados). Nos casos das recomposições, a conjugalidade já constituiu uma oportunidade para aumentar a fecundida-

de, que se entende agora como encerrada. É um perfil feminino e socialmente mais favorecido e qualificado de não intenção. O cluster 3, que também é muito expressivo, reúne a intenção de aumentar a fecundidade com a indecisão. Este perfil aproxima os dois núcleos pós-divórcio – monoparentais e recompostos – e caracteriza-se por haver conjugalidade, não coabitante no caso dos núcleos monoparentais, entendida enquanto oportunidade de transitar para o segundo filho, ou mesmo para a parentalidade, no caso dos núcleos recompostos sem filhos comuns em que só há uma criança pequena (entre os 6 e os 11 anos) residente. É um perfil feminino e masculino de intenção/indecisão, reunindo pessoas de escolaridade de nível secundário e superior e com rendimentos do agregado intermédios.

A análise apresentada revela que é importante não só ter em conta as determinantes clássicas na compreensão da baixa fecundidade, como as variáveis sociodemográficas e económicas, mas também a pluralidade interna dos núcleos parentais jovens. Esta pluralidade traduz a crescente fluidez das biografias familiares, resultante das lógicas de constituição, dissolução e recomposição da vida conjugal, por um lado; e da construção de trajetórias parentais mais diversas, que nem sempre começam ou terminam na fecundidade realizada. Mas a análise também revelou que é importante conhecer os laços familiares significativos que extravasam o próprio núcleo, pois a parentalidade (seja biológica ou adotiva, no caso de filhos, seja social, no caso de enteados) e a conjugalidade não coabitantes, realidades em crescimento na sociedade portuguesa, revelaram-se preditores de intenções.

É, de facto, este olhar para dentro e fora que permite vislumbrar que há mais família e mais diversa para além daquela que os retratos dos núcleos nos dão a ver. Quando se esmiúçam os resultados do IFEC 2019, ficamos a conhecer a existência de casais “simples” que, na verdade, são famílias recompostas em que os filhos não comuns já não residem no núcleo; e a existência de famílias monoparentais que estão em conjugalidade não coabitante, ou mesmo em alguns casos, que vivem ou viveram, no passado, com enteados. Esta crescente fluidez e informalidade da vida familiar constitui um autêntico desafio para a análise demográfica, que cada vez tem mais dificuldade em captar as transições familiares não registadas por atos oficiais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança. Percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, A. N. (coord.) (2011). *História da Vida Privada em Portugal. Os Nossos Dias*. Lisboa, Círculo dos Leitores/Temas e Debates.

ALMEIDA, A. N. (2016). A queda da fecundidade: o seu lado solar.. A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política. V. Cunha et al. (orgs.), Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, 73-79.

ALMEIDA, A. N. (coord.), Vilar, D., André, I. M., Lalanda, P. (2004). *Fecundidade e Contraceção. Percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/APF.

ATALAIA, S. (2012). *A parentalidade em contexto de recomposição familiar: o caso do padrasto*. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa, ICS-ULisboa.

ATALAIA, S. (2014). *As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011)*. Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança. A. Delgado e K. Wall (coords.), Lisboa, INE/Imprensa de Ciências Sociais, 225-239.

ATALAIA, S. (2020). *Crianças, Recomposição Familiar e Estatuto Jurídico do Padrasto e da Madrasta em Portugal*. OFAP Research Brief 2020. Lisboa, ICS-ULisboa.

ATALAIA, S. e Cunha, V. (2017). *O impacto da crise nos nascimentos em Portugal: uma perspetiva territorial*. Portugal Social em Mudança: Retratos Municipais. J. Ferrão e A. Delicado (Eds.), Lisboa, ICS-ULisboa, 33-41.

BANDEIRA, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BAPTISTA, M. I. (2017). *O Aborto como Recurso na Regulação da Fecundidade: Tendências Recentes em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, ISCTE-IUL.

BILLARI, F. C. (2005). *Europe and its Fertility: From Low to Lowest Low*. National Institute Economic Review, 194 (1): 56-73.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (Ed.) (2018). *Desafios Demográficos: a Natalidade*. Coimbra, Almedina.

CUNHA, V. (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CUNHA, V. (2014). *Quatro décadas de declínio de fecundidade em Portugal*. Inquérito à Fecundidade 2013. INE/FFMS (Eds.), Lisboa, INE/FFMS, 19-28.

CUNHA, V. (2016). *O adiamento do segundo filho. As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política*. V. Cunha et al. (orgs.), Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, 125-133.

CUNHA, V. e Atalaia, S. (2014). *A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal. Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. A. Delgado e K. Wall (coords.), Lisboa, INE/Imprensa de Ciências Sociais, 155-175.

CUNHA, V. e Atalaia, S. (2019). *The gender(ed) division of labour in Europe: patterns of practices in 18 EU countries*, Sociologia, Problemas e Práticas, 90: 113-137.

CUNHA, V. e Marinho, S. (2018). *Negotiating work-life balance, gender equality and parenting. Drivers and ambivalences in dual-earner/dual-carer couples*. Quaderns: Revista del Institute Català d'antropologia, Sèrie monogràfics, 34, 59-85.

CUNHA, V., Vilar, D., Wall, K., Lavinha, J. e Pereira, P.T. (Orgs.) (2016). *A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política*. Lisboa, Imprensa Ciências Sociais/APF.

DELGADO, A. e Wall, K. (coords.) (2014). *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. Lisboa, INE/Imprensa de Ciências Sociais.

EVERETT, B. S., Landau, S., Leese, M. e Stahl, D. (2011). *Cluster Analysis*. John Wiley & Sons Ltd., Chichester.

FERREIRA, P. M. e Aboim, S. (2002). *Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento*, Análise Social, 163: 411-446.

FREITAS, R. B. (2019). *Que caminhos para o futuro da fecundidade em Portugal? O filho único como modelo de descendência final*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora, Universidade de Évora.

INE (2020). *Inquérito à Fecundidade 2019. Mantém-se a tendência de redução do número de filhos*. Destaque de 03/12/2020. Lisboa, INE.

MACIEL, A. B. (2015). *Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões?* Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora, Universidade de Évora.

MARINHO, S. (2014). Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança. Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança. A. Delgado e K. Wall (coords.), Lisboa, INE/Imprensa de Ciências Sociais, 177-195.

MENDES, M. F. (2016). A natalidade e a fecundidade em Portugal. A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política. V. Cunha et al. (orgs.). Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, 81-110.

MENDES, M. F. (coord.), Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L. P., Freitas, R. B. (2016). Determinantes da Fecundidade em Portugal. Lisboa, FFMS.

OLIVEIRA, I. T. (2016). A importância dos segundos nascimentos nos atuais níveis de fecundidade em Portugal. A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política. V. Cunha et al. (orgs.). Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, 111-119.

PAILHÉ, A., et al. (2014). Changes in the life course. State-of-the-art report, Families and Societies, Working Paper Series, 6: 1-65.

RAMOS, V., Atalaia, S. e Cunha, V. (2016). Vida familiar e papéis de género: atitudes dos portugueses em 2014 – Research Brief OFAP. Lisboa, ICS-ULisboa.

ROWLAND, R. (1997). População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX e XX. Lisboa, Etnográfica Press.

SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. Demographic Research, 19: 171-224.

SOBOTKA, T. (2016). Understanding low fertility: Portugal in a European context. A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política. V. Cunha et al. (orgs.). Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, 49-71.

SOBOTKA, T. e Toulemon, L. (2008). Overview chapter 4: Changing family and partnership behaviour: common trends and persistent diversity across Europe. Demographic Research, 19: 85-138.

TORRES, A. (1996). Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma análise sociológica. Oeiras, Celta Editora.

VAN DE KAA, D. J. (1987). Europe's Second Demographic Transition. Population Bulletin, 42 (1): 1-59.

WALL, K. (org.) (2005). Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, K. Cunha, V. e Ramos, V. (2014). Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011. A Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança. A. Delgado e K. Wall (coords.), Lisboa, INE/Imprensa de Ciências Sociais, 43-63.

WALL, K. e Gouveia, R. (2014). Changing meanings of family in personal relationships, Current Sociology, 62 (3): 352-373.

Quadro 1. Variáveis da vida familiar

VARIÁVEIS DA VIDA FAMILIAR
Núcleo parental
Monoparental
Casal “simples”
Casal recomposto sem filhos comuns
Casal recomposto com filhos comuns
Intenções de aumentar a fecundidade
não intenção
intenção
indecisão
Fecundidade realizada do inquirido
0 filhos
1 filho
2 filhos
3+ filhos
Estado civil do inquirido
solteiro
casado
divorciado
viúvo
Situação na conjugalidade residente
tem cônjuge
tem companheiro
não tem cônjuge ou companheiro
Situação na conjugalidade não residente e intenção de coabitação a curto prazo
tem companheiro e intenção de coabitação
tem companheiro, sem intenção de coabitação
não tem companheiro
Existência de filhos e enteados não residentes
sim
não
Tipologia de filhos e enteados não residentes
filho(s)
enteado(s)
filho(s) e enteado(s)
Número de filhos e enteados não residentes
1 filho/enteado
2 filhos/enteados
3 ou + filhos
Escalão etário do filho/enteado mais novo residente
0 - 5 anos
6 - 11 anos
12 - 17 anos
18 ou + anos
Escalão etário do filho/enteado mais novo não residente
0 - 5 anos
6 - 11 anos
12 - 17 anos
18 ou + anos

Quadro 2. Variáveis sociodemográficas e económicas

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÓMICAS
Sexo
masculino
feminino
Escalão etário do inquirido
18-29 anos
30-39 anos
40-54 anos
Escolaridade do inquirido
até básico
secundário e pós-secundário
superior
Condição perante o trabalho do inquirido
empregado/a
desempregado/a
outra (inativo/a)
Tipo de contrato de trabalho do inquirido
sem termo
com termo
recibos/similar
Escalão de rendimentos líquidos mensais do agregado
até 700€
701 a 1 500€
1 501 a 2 200€
2 201€ ou mais

ANEXOS

Quadro 3. Modelo de regressão logística multinominal dos preditores da intenção e da indecisão de fecundidade face à não intenção de fecundidade (razão de chances), (N=1 274 188,2)

	Total dos núcleos parentais jovens	
	a) Intenção	b) Indecisão
Total: 10 ³		
Unidade: Exp(B)		
Núcleo parental		
(b: C. recompostos com filhos comuns)		
Monoparentais	0,53**	1,35***
Casais simples	0,41***	1,20***
C. recompostos sem filhos comuns	1,74**	1,49***
Fecundidade realizada		
(b: 2+ filhos)		
1 filho	1,02n.s.**	8,98***
Número de filhos e enteados R e NR		
(b: 3 ou mais filhos e enteados)		
1 filho ou enteado	15,70***	0,30***
2 filhos e/ou enteados	1,90***	1,26***
Escalão etário do filho/enteado mais novo R		
(b:12-17 anos)		
0-5	5,09***	2,78***
6-11	2,49***	1,72***
Tipologia de filhos e enteados NR		
(b: sem filhos e enteados NR)		
Filhos NR	1,90***	3,10***
Enteados NR	10,26***	0,20***
Sexo		
(b: mulher)		
Homem	2,07***	1,14***
Estado civil		
(b: divorciado)		
Solteiro	0,90 n.s	1,18 ***
Casado	0,84***	0,63***
Escalão etário do inquirido		
(b: 40-54)		
30-39	5,30***	4,45***
Escolaridade		
(b: superior)		
Nenhum e básico	0,46***	1,16***
Secundário e pós-secundário	0,58***	1,12***
Tipo de contrato de trabalho		
(b: contrato sem termo)		
Contrato com termo/prestação de serviços	1,60***	1,40***
Escalão de rendimento mensal líquido do agregado		
(b: até 700)		
701-1 500	0,53***	3,11***
1 501-2 200	0,52***	2,29***
2 201 ou mais	0,58***	2,30***
R² Nagelkerke	0,382	

Nota: Os valores da razão de chances devem ser interpretados da seguinte forma: quando são iguais a 1 não existe efeito entre as variáveis; quando são menores que 1 diminui a possibilidade da intenção ou da indecisão de aumentar a fecundidade face à não intenção; e quando são superiores a 1 aumenta a possibilidade da intenção ou da indecisão de aumentar a fecundidade face à não intenção.

Quadro 4. Análise das dimensões da ACM: medidas de discriminação

Variáveis ativas	Dimensão 1	Dimensão 2
<i>Total inercia</i>	0,354	0,259
Intenção de fecundidade	0,778	0,280
Núcleo Parental	0,076	0,398
Situação conjugal	0,152	0,260
Existência de companheiro não residente e intenção de coabitação a curto prazo	0,383	0,401
Fecundidade realizada	0,273	0,104
Escalão etário do filho/enteado mais novo residente	0,569	0,457
Número de filhos e enteados não residentes	0,724	0,340
Escalão etário do filho/enteado mais novo não residente	0,569	0,457
Sexo	0,037	0,137
Escalão etário do inquirido	0,272	0,019
Nível de escolaridade do inquirido	0,293	0,063
Escalão de rendimento mensal líquido do agregado	0,053	0,105
<i>Alpha</i>	0,848	0,762

Notas: a Dimensão 1 explica 14,2% da variância total e a Dimensão 2 explica 10,4%. Os valores a cinza escuro indicam a dimensão na qual a variável discrimina com pontuações mais elevadas e os valores a cinza claro indicam que a variável é também discriminante na outra dimensão, embora o peso seja menor.

INFECUNDIDADE PERMANENTE E VOLUNTÁRIA:

AS PESSOAS SEM FILHOS E SEM INTENÇÃO DE OS VIR A TER

Susana Clemente¹

Rita Lages²

Joana Malta³

RESUMO

Portugal regista dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa, resultado sobretudo da redução do número de filhos e do adiamento da parentalidade. Apesar de a baixa fecundidade observada no país não decorrer das pessoas não terem filhos biológicos (infecundidade ou *childlessness*), são raros os dados e estudos específicos sobre a infecundidade permanente e voluntária em Portugal.

O Inquérito à Fecundidade (IFEC) disponibiliza dados sobre a existência de filhos biológicos, a existência de gravidez e a intenção das pessoas terem filhos biológicos. Neste artigo, analisa-se a infecundidade permanente e voluntária potencial, com base na intenção assumida no momento da entrevista, das pessoas que não tinham filhos biológicos e que indicaram não existir gravidez.

Dados do IFEC revelam que, em 2019, a grande maioria das pessoas tinha ou queria ter pelo menos um filho biológico. No entanto, cerca de 9% não tinham nem pretendiam ter filhos biológicos (+1,5 p.p. face a 2013).

Apesar de um aumento pouco expressivo em Portugal entre 2013 e 2019, a infecundidade permanente e voluntária é um fenómeno que merece atenção e estudo, na medida em que permite caracterizar mais um aspeto da fecundidade portuguesa, cujo padrão é já de si muito específico, quando comparado com outros países europeus.

Palavras-chave: Infecundidade, *childlessness*, Portugal, perfis, desejo de ter filhos, Inquérito à Fecundidade, IFEC.

As análises, opiniões e conclusões aqui expressas são da exclusiva responsabilidade das autoras e não refletem necessariamente a posição do INE.

¹ Instituto Nacional de Estatística . Email: susana.clemente@ine.pt

² Instituto Nacional de Estatística . Email: rita.lages@ine.pt

³ Instituto Nacional de Estatística . Email: joana.malta@ine.pt

Assim, e tendo por base o IFEC 2019, foi possível traçar o perfil sociodemográfico das pessoas sem filhos biológicos (excluindo os que indicaram existir uma gravidez) e sem intenção de os vir a ter, e conhecer as suas opiniões sobre a parentalidade e a conciliação entre a vida profissional e os filhos, assim como o seu desejo em ter filhos.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, Portugal tem registado baixos níveis de fecundidade, resultado sobretudo do reduzido número de filhos que as pessoas têm e do sucessivo adiamento dos nascimentos para idades mais avançadas (Mendes, 2018), não sendo consequência da inexistência de filhos biológicos⁴ (infecundidade). De facto, quando comparado com outros países europeus, vários estudos apontam para a especificidade da fecundidade em Portugal. Apesar de registar dos mais reduzidos valores de fecundidade, a infecundidade não tem grande expressividade no nosso país, continuando a parentalidade a ser pretendida e concretizada pela generalidade das pessoas (Cunha, 2011).

O Inquérito à Fecundidade (IFEC) disponibiliza dados sobre a existência de filhos, existência de gravidez e intenção de ter filhos. Neste artigo analisa-se a infecundidade permanente e voluntária potencial, com base na intenção reportada no IFEC 2019, das pessoas que não tinham filhos e que indicaram não existir gravidez. Em particular, pretende-se perceber quem são estas pessoas sem filhos e sem intenção de os vir a ter, com especial enfoque nas suas opiniões sobre a parentalidade e a conciliação entre a vida profissional e os filhos, analisando-se ainda o seu desejo em ter filhos.

2. DEFINIÇÕES E TIPOS DE INFECUNDIDADE

O termo infecundidade (também designado por *childlessness*) descreve as pessoas que não têm filhos. Ora, existindo diversas razões pessoais, biológicas e conjunturais para as pessoas não terem filhos, é possível tipificar diferentes situações de infecundidade (Houseknecht, 1987).

Num momento específico, uma pessoa pode não ter filhos, mas corresponder a uma situação temporária, pretendendo ter filhos no futuro, isto é, estando apenas a adiar o seu nascimento. Estas pessoas diferenciam-se daquelas que rejeitam a parentalidade. Por conseguinte, a intenção sobre ter filhos no futuro deve ser tida em conta para se distinguir a infecundidade temporária da infecundidade permanente.

⁴ Salienta-se que filhos biológicos se referem aos filhos de sangue, que detêm os genes do indivíduo, excluindo-se deste modo os filhos adotados e enteados. Para simplificação, abreviaremos a referência “filhos biológicos” para “filhos”.

Acresce que a ausência de filhos pode ser voluntária ou involuntária. Esta distinção, que se fundamenta na existência de possibilidade de escolha na decisão reprodutiva, diferencia as pessoas que preferem não ter filhos das que, embora o possam querer ou ter querido, não podem ter filhos, devido a problemas de saúde ou outros.

Este artigo foca-se na infecundidade permanente e voluntária, caracterizada pela decisão deliberada de uma pessoa sem filhos não querer ter filhos.

3. A INCIDÊNCIA DA INFECUNDIDADE EM PORTUGAL

3.1 ESTUDOS SOBRE A INFECUNDIDADE EM PORTUGAL

Diversos estudos demonstraram que a baixa fecundidade observada nas últimas décadas em Portugal não se deve à infecundidade.

Em 2008, Frejka apresentou uma comparação das descendências das mulheres nascidas até meados dos anos 60, entre alguns países europeus, tendo concluído que o aumento da infecundidade era uma tendência quase universal entre as gerações mais recentes. No entanto, em Portugal somente 5,1% das mulheres nascidas em 1963 não tinham filhos, sendo assim o país europeu com menor proporção de mulheres infecundas. Portugal destaca-se ainda por registar uma das mais elevadas proporções de mulheres com um único filho. A partir dos mesmos dados, a OCDE alertava no relatório de 2011 *Doing better for families*, que o problema da fecundidade em Portugal não se devia às famílias não terem filhos, mas sim a não terem mais do que um filho, sugerindo que as famílias portuguesas necessitavam de mais apoio nos cuidados às crianças pequenas.

Estudos ancorados nos resultados de um inquérito, realizado no final de 2009 e início de 2010 a 1 500 homens e mulheres portugueses de três gerações específicas, apontavam para uma conclusão semelhante (Cunha e Gauthier, 2011; Cunha, 2012). As gerações mais velhas, que já tinham findado a sua vida reprodutiva, caracterizavam-se pelo expressivo predomínio de pessoas com filhos. Na geração de 1935-40 apenas 7% não tinha filhos e na geração de 1950-55 eram 9% os que tinham zero filhos. Em relação à geração mais nova, nascida entre 1970 e 75, estimou-se, com base nas intenções reportadas (porque ainda se encontravam em idade reprodutiva à data da inquirição, tinham entre 35 e 40 anos), que 13% não iria experienciar a parentalidade.

DIVERSOS ESTUDOS DEMONSTRARAM QUE A BAIXA FECUNDIDADE OBSERVADA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS EM PORTUGAL NÃO SE DEVE À INFECUNDIDADE

Uma abordagem diferente foi apresentada por Oliveira (2012 e 2016), tendo em conta as probabilidades de transição entre as ordens de nascimento dos filhos, disponibilizados pela *Human Fertility Database* (HFD)⁵. A sua análise revelou que a redução dos segundos nascimentos foi o fator que mais contribuiu para o declínio da fecundidade em Portugal, concluindo ainda que a fecundidade portuguesa apresentava algumas especificidades, quando comparada com outros países europeus, nomeadamente a menor probabilidade das mulheres em Portugal terem um segundo filho e o facto da proporção de mulheres infecundas se ter mantido reduzida. Estes resultados são consistentes com os apresentados por Frejka, embora o indicador estudado se refira à estimação do nível de fecundidade definitiva numa geração fictícia de mulheres, e não numa geração real, tal como apontado pela autora. Para o ano de 2012 estimou-se que 14,0% das mulheres em Portugal não seriam mães. Segundo os dados mais recentes, a proporção de mulheres sem filhos manteve-se relativamente estável, tendo atingido 14,1% em 2018.

Outro estudo, elaborado a partir dos dados do IFEC 2013, sobre as descendências da geração de mulheres residentes em Portugal nascidas entre 1964 e 1968 (Maciel, Freitas e Mendes, 2016), demonstrou que a grande maioria dessas mulheres experienciou a maternidade. Nesta geração, que estava a finalizar o seu período reprodutivo (à data do inquérito tinham entre 45 e 49 anos), a proporção de mulheres infecundas situou-se nos 12,3%.

Finalizando, Sobotka apresentou em 2016 uma análise da evolução da fecundidade em Portugal e o seu posicionamento a nível europeu, tendo como base o indicador da HFD relativo ao número de filhos tidos pelas mulheres⁶, com 40 anos de idade e nascidas entre 1955 e 1972. O autor confirmou que a relevância das famílias de filho único justificava a baixa fecundidade em Portugal e que, apesar do acréscimo registado nos últimos anos, os níveis de infecundidade permaneciam pouco expressivos (inferiores a 10%). Tendo em conta os dados mais recentes, a proporção de mulheres sem filhos aumentou, tendo mesmo ultrapassado a proporção de mulheres com maior descendência (3 ou mais filhos), atingindo 12,6% nas mulheres nascidas em 1978 (Figura 1). Em 2017, o mesmo autor reuniu dados de outras fontes para apresentar uma visão geral das tendências da infecundidade em 30 países europeus. Este estudo também constatou que Portugal apresentava um baixo nível de infecundidade, em especial quando comparado com os restantes países da Europa do Sul.

⁵ Indicador *Parity and Age Total Fertility Rate* (PATFR).

⁶ Indicador *Completed Cohort Fertility* (CCF).

Estes estudos apresentam valores algo diferentes para o nível da infecundidade em Portugal. No entanto, o entendimento geral é consistente. Apesar das diferentes abordagens, todos demonstraram que, não obstante o contexto de baixa fecundidade, a infecundidade é ainda pouco expressiva no nosso país.

3.2 DADOS MAIS RECENTES SOBRE A INFECUNDIDADE DEFINITIVA EM PORTUGAL

A infecundidade definitiva, que se entende como a ausência de filhos após o término da vida reprodutiva, apenas pode ser avaliada no final do período reprodutivo. Desta forma, expurga-se o efeito do adiamento dos nascimentos, ao considerar-se as descendências finais dos indivíduos.

Assim, apresenta-se a incidência da infecundidade em Portugal nas mulheres com pelo menos 50 anos de idade, com base no indicador CCF disponibilizado pela HFD. Este indicador, para as gerações nascidas entre 1944 e 1968, exclui a possibilidade de análise das mudanças ocorridas nas gerações mais jovens, uma vez que é impossível discernir se a ausência de filhos é, para estas pessoas, uma característica definitiva ou transitória.

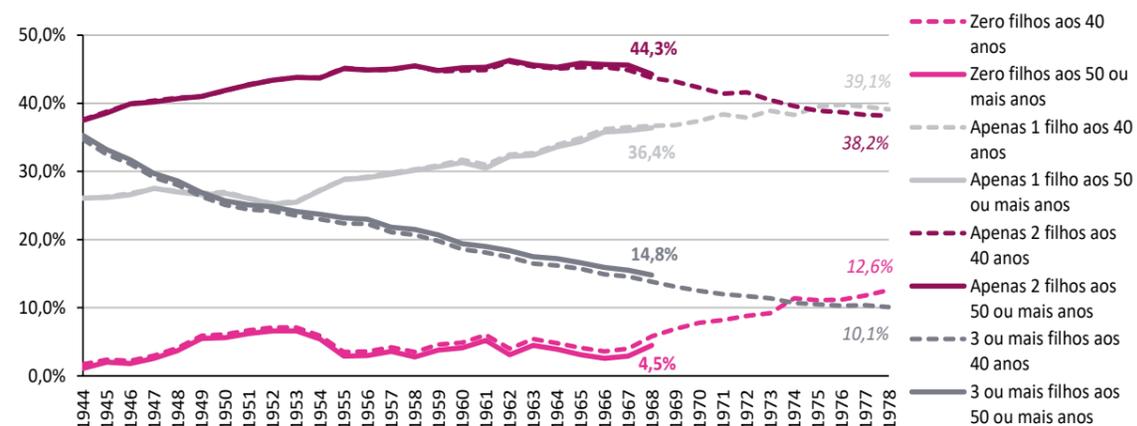
Com pelo menos 50 anos de idade, somente 4,5% das mulheres nascidas em 1968 não tinham filhos (Figura 1). Embora represente um aumento face a 1,1% registado entre as mulheres nascidas em 1944, estes dados apontam claramente para níveis da infecundidade definitiva muito reduzidos em Portugal, nestas gerações.

A comparação da série das descendências finais (aos 50 ou mais anos) com a série das descendências acumuladas aos 40 anos⁷ permite antecipar um aumento dos níveis de infecundidade definitiva no nosso país, passando a infecundidade a ser mais relevante que as descendências mais numerosas (3 ou mais filhos). Entre as mulheres nascidas na segunda metade da década de 1970, a proporção de mulheres infecundas irá provavelmente ultrapassar os 10,0%, mantendo-se, contudo, abaixo dos 12,0%.

ANTECIPA-SE UM AUMENTO DOS NÍVEIS DE INFECUNDIDADE DEFINITIVA EM PORTUGAL MANTENDO-SE, CONTUDO, ABAIXO DOS 12%

⁷ A diferença entre as duas séries revela o reduzido número de nascimentos de mulheres com idades superiores aos 40 anos. Pelo que, alguns autores consideram o número de filhos das mulheres com 40 anos para calcular as descendências finais, “eliminando assim 10 anos de espera que poderão já não ter um grande significado para o valor global final” (Mendes e Tomé, 2014: 178).

Figura 1. Evolução da distribuição das descendências acumuladas aos 40 anos das mulheres nascidas entre 1944 e 1978 e das descendências finais (aos 50 ou mais anos) das mulheres nascidas entre 1944 e 1968, por número de filhos, Portugal



Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados disponíveis na Human Fertility Database (accedidos em 2021/02/16).

4. DADOS E POPULAÇÃO ALVO

NESTE ARTIGO ANALISA-SE A INFECUNDIDADE PERMANENTE E VOLUNTÁRIA POTENCIAL, COM BASE NAS INTENÇÕES REPRODUTIVAS, REPORTADAS NO IFEC 2019, DAS PESSOAS QUE NÃO TINHAM FILHOS E INDICARAM NÃO EXISTIR GRAVIDEZ

As pessoas que pretendem, voluntariamente, terminar a sua vida reprodutiva sem filhos são uma população relativamente pouco estudada, pelo que é importante conhecer quem são estas pessoas.

O IFEC fornece informação sobre a existência de filhos, existência de gravidez⁸ e intenção de mulheres e homens virem a ter filhos. Deste modo, os dados do inquérito permitem, combinando a fecundidade já concretizada e a fecundidade previsível, obter a fecundidade final esperada (Rosa e Mendes, 2014). Apesar da intenção atual não garantir os comportamentos futuros, é mais provável que uma pessoa sem filhos e que não tem intenção de os ter, permaneça infecunda até ao término da sua vida reprodutiva.

O IFEC possibilita ainda a identificação da infecundidade involuntária, já que os inquiridos podiam indicar não poder ter filhos.

Em conclusão, o IFEC permite destrinçar as pessoas que pretendiam permanecer sem filhos (infecundidade permanente e voluntária), das que estavam a adiar o nascimento dos filhos (infecundidade temporária), assim como das que não podiam ser progenitores (infecundidade permanente e involuntária). Neste artigo analisa-se, assim, a infecundidade permanente e voluntária potencial, com base nas intenções reprodutivas, reportadas no momento da entrevista ao IFEC 2019, das pessoas que não tinham filhos e indicaram não existir gravidez.

8 A existência de gravidez refere-se à situação de gravidez da própria, no caso do entrevistado ser mulher, e à situação de vir a ser pai biológico, no caso do entrevistado ser homem.

Os dados do IFEC revelam que, em 2019, metade da população residente em Portugal da faixa etária dos 18 aos 49 anos⁹ não tinham filhos e não existia uma gravidez (Quadro 1). Destas pessoas infecundas, a grande maioria pretendia vir a ter filhos no futuro (correspondendo à denominada infecundidade temporária), enquanto 17,2% não tinha intenção de ter filhos (infecundidade permanente e voluntária), 1,4% não podiam ter filhos (infecundidade permanente e involuntária) e 6,5% não sabiam se pretendiam ter. Assim, a grande maioria das pessoas tinha ou pretendia ter pelo menos um filho (87,4%, -4,3 p.p. face a 2013). No entanto, 8,6% tencionavam voluntariamente permanecer sem filhos, correspondendo a 357,1 mil pessoas (+1,5 p.p. face a 2013).

Quadro 1. Distribuição do número de pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, segundo a existência e intenção de ter filhos, Portugal, 2013 e 2019

		EXISTÊNCIA DE FILHOS						Com filhos ou existência de gravidez
		Total	Subtotal	INTENÇÃO DE TER FILHOS				
				Sim	Não	Não pode ter filhos	Não sabe	
2013	N.º	4 503 701	1 767 488	1 395 223	320 843	27 667	23 755	2 736 213
	Peso	-	39,2%	31,0%	7,1%	0,6%	0,5%	60,8%
2019	N.º	4 136 354	2 080 530	1 559 705	357 081	29 375	134 370	2 055 824
	Peso	-	50,3%	37,7%	8,6%	0,7%	3,2%	49,7%

Nota: Por questões de arredondamento, os totais e subtotais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fontes: INE, Inquérito à Fecundidade, 2013 e 2019.

Mesmo assumindo que as intenções reprodutivas não se vão alterar ao longo do tempo, a proporção dos que poderão nunca vir a experimentar a parentalidade poderá exceder os 9,3% das intenções de permanecer sem filhos (8,6%) e das situações de infecundidade involuntária (0,7%), dado que os sucessivos adiamentos do nascimento dos filhos podem resultar involuntariamente numa vida sem filhos (Cunha, 2011; Maciel, 2015). Os dados do IFEC 2019 permitem antever a continuação nos próximos anos de um cenário de reduzida infecundidade em Portugal com a prevalência do projeto de parentalidade.

O IFEC 2019 PERMITE ANTEVER A CONTINUAÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS DE UM CENÁRIO DE REDUZIDA INFECUNDIDADE EM PORTUGAL

9 Este artigo concentra a sua análise nas mulheres e homens, residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 49 anos. Para maior facilidade de leitura é efetuada apenas a referência a "pessoas".

Note-se que o IFEC inquiriu mulheres entre os 18 e os 49 anos de idade e homens entre os 18 e os 54 anos. Contudo não foram considerados os homens entre os 50 e os 54 anos, uma vez que se pretende estudar e comparar os dois grupos.

5. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO INFECUNDA VOLUNTÁRIA EM PORTUGAL

Com o objetivo de tipificar e caracterizar as pessoas que, à data da entrevista do IFEC 2019, não tinham filhos nem tencionavam vir a ter, que representavam, conforme referido, 8,6% da população residente em Portugal, com idades entre os 18 e os 49 anos, foi realizada uma Análise de Clusters¹⁰.

Para esta análise, foram usadas as seguintes variáveis de caracterização sociodemográfica: grupo etário, situação conjugal, agregado familiar atual e condição perante o trabalho¹¹. O grupo etário foi a variável que revelou maior capacidade discriminante na classificação destas pessoas. A condição perante o trabalho foi a variável com menor poder discriminante, ou seja, a que menos contribuiu para a segmentação das mesmas. Em termos globais, esta população caracterizava-se, à data da inquirição, desta forma: 47,8% tinham entre 40 a 49 anos (a média de idades situava-se nos 36,7 anos), 50% tinham até 39,0 anos, e a idade mais frequente era 49,0 anos); 59,8% não tinham cônjuge ou companheiro/a (28,1% tinham companheiro/a, e 12,1% cônjuge); 51,9% viviam com os pais ou padrastos (25,5% sozinhos/as, e 18,1% com cônjuge/companheiro/a); 68,6% estavam empregados/as (13,6% eram estudantes, e 11,1% estavam desempregados/as).

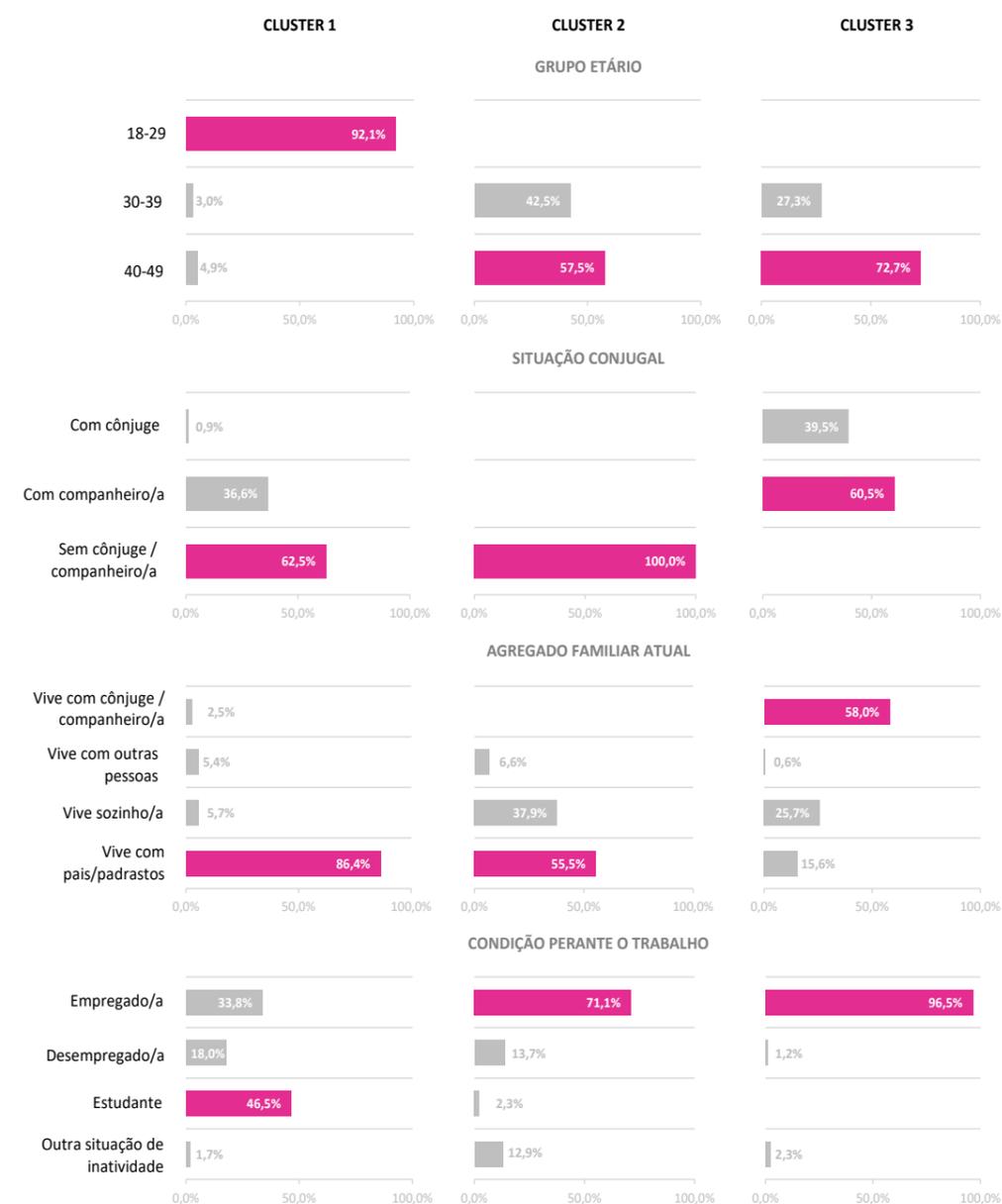
A Análise de Clusters conduziu, assim, à classificação deste conjunto de pessoas em três grupos ou clusters distintos: o cluster 1 constituído por 96 819 pessoas, o cluster 2 por 152 885 e o cluster 3 por 107 377.

Numa primeira fase, caracterizam-se os três grupos a partir das variáveis originais, que estiveram na base da Análise de Clusters, de forma a tornar a leitura mais clara e interpretável nas suas especificidades. Posteriormente, complementa-se a sua interpretação com outras variáveis.

O grupo 1, o de menor dimensão, representa, 27,1% da população em estudo e caracteriza-se por ser um cluster “jovem” e sem conjugalidade¹². A grande maioria das pessoas que compõem este grupo tinha entre 18 a 29 anos (92,1%) e a média de idades era de 24,0 anos. Neste cluster, a maioria das pessoas não tinha

NA ANÁLISE DE CLUSTERS FORAM CONSIDERADAS AS SEGUINTE VARIÁVEIS:
- GRUPO ETÁRIO
- SITUAÇÃO CONJUGAL
- AGREGADO FAMILIAR ATUAL
- CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

Figura 2. Caracterização dos clusters a partir das variáveis utilizadas para a segmentação das pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2019



Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados do Inquérito à Fecundidade 2019.

cônjuge ou companheiro/a (62,5%) e vivia com os pais ou padrastos (86,4%). A condição perante o trabalho variava entre ser estudante (46,5%) e estar empregado/a (33,8%). É, dos três grupos, aquele que apresentava a maior percentagem de desempregados/as (18,0%).

O grupo 2, o de maior dimensão, representa 42,8% das pessoas em estudo. É composto por pessoas “menos jovens” e sem conjugalidade. Aqui, 57,5% das pessoas tinham entre 40 a 49 anos e 42,5% entre 30 a 39 anos; a média de idades era de 40,8 anos. De salientar que, neste cluster, não há nenhuma pessoa com idade com-

10 Para uma análise mais detalhada dos resultados da Análise de Clusters, cf. Anexo 1.
11 As variáveis “situação conjugal”, “agregado familiar atual” e “condição perante o trabalho” foram recodificadas para a Análise de Clusters. Ou seja, a partir das variáveis de recolha originais foram efetuadas algumas transformações, com o objetivo de reagrupar categorias.
12 Entende-se por “conjugalidade” a existência de um parceiro/a, quer seja um cônjuge ou um/a companheiro/a, e independentemente da existência de coabitação. Entende-se por “cônjuge” a pessoa com quem o entrevistado contraiu casamento, residindo ou não no mesmo alojamento. Entende-se por “companheiro/a”: a pessoa com quem o entrevistado não contraiu casamento, mas com a qual vive em união de facto, ou em situação análoga à de casado/a; ou a pessoa com quem o entrevistado não reside mas tem uma relação amorosa estável (com uma duração mínima de 3 meses).

preendida entre os 18 e os 29 anos. A totalidade dos indivíduos deste cluster não tinham cônjuge ou companheiro/a¹³, vivendo 55,5% com os pais ou padrastos, e 37,9% sozinhos/as. No que concerne a condição perante o trabalho, 71,1% estavam empregados/as (13,7% eram desempregados/as, e 12,9% encontravam-se noutra situação de inatividade).

O grupo 3 representa 30,1% deste conjunto de pessoas. À semelhança do cluster 2, este grupo é constituído por pessoas “mais velhas”, mas, ao contrário do cluster 2, por pessoas com conjugabilidade. A proporção de pessoas com idades entre os 40-49 anos é superior à verificada no cluster 2 (72,7% contra 57,5%), pelo que, neste grupo, a média de idades é superior (42,4 anos) à do cluster 2. Também neste cluster não há qualquer pessoa com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos. Por oposição ao cluster 2, neste grupo 100% das pessoas estavam em situação de conjugabilidade (39,5% tinham um cônjuge e 60,5% um/a companheiro/a), sendo que 58,0% viviam com esse cônjuge/companheiro/a e 25,7% sozinhos/as. Quanto à condição perante o trabalho, 96,5% estavam empregados/as.

Estes clusters corroboram a importância da idade e da estabilidade conjugal (ter ou não ter um/a parceiro/a) na segmentação desta população. Contudo, os modelos familiares de origem também influenciam os comportamentos de fecundidade e, consequentemente, moldam os padrões de formação e composição familiar das pessoas (Mendes *et al.*, 2016).

Análises estatísticas comparativas demonstraram a existência de diferenças significativas entre os três grupos¹⁴, nomeadamente no que concerne a idade média em que as mães destas pessoas tiveram o primeiro filho, e o número médio de irmãos que estas pessoas tiveram¹⁵. Verifica-se, assim, que é no cluster 3, que as mães destas pessoas tiveram o primeiro filho em idade mais jovem (23,9 anos), seguido do cluster 1 (26,6 anos) e, por último, do cluster 2 (30,0 anos). No entanto, é no cluster 2, que o número médio de irmãos que estas pessoas tiveram é superior (2,1 irmãos contra 2,0 irmãos no cluster 3, e 1,4 irmãos no cluster 1). Ou seja, apesar de no cluster 2, as mães terem tido o primeiro filho mais tarde, o número de irmãos sugere que o espaçamento entre o primeiro e os filhos de ordem superior foi menor, por comparação com o cluster 3. No cluster 1, e embora as mães tenham tido o primeiro filho em idade jovem, o baixo número de irmãos aponta

13 Apesar da totalidade das pessoas deste cluster não ter um cônjuge ou companheiro/a, à data da entrevista, não implica que nunca tenham tido um relacionamento com outra pessoa. O IFEC 2019 permite saber que 21,5% destas pessoas já tinha experienciado situações de coabitação anteriores com um companheiro/a.

14 Neste âmbito foram aplicados dois testes paramétricos *Oneway-Anova* ou *Anova* a um fator. A *Anova* a um fator permite testar se as médias de três ou mais populações são ou não significativamente diferentes.

15 A composição do agregado parental de origem não se demonstrou diferenciadora na caracterização dos três grupos.

para uma tendência, já verificada em outros estudos (Freitas, 2019; Maciel, 2015; Mendes *et al.*, 2016), para modelos de fecundidade mais restritivos, próximos de modelos de descendência final de filho único, nas gerações mais recentes.

No ponto seguinte analisam-se alguns elementos que remetem para as opiniões destas pessoas relativamente à parentalidade e à conciliação da vida profissional com uma vida com filhos e para o seu desejo de ter filhos.

6. OPINIÕES SOBRE PARENTALIDADE E CONCILIAÇÃO

No seguimento da Análise de Clusters, onde se agruparam as pessoas a partir das variáveis de caracterização sociodemográfica, pretende-se agora encontrar perfis de opinião relativamente a diversos aspetos relacionados com a parentalidade e a conciliação entre vida profissional e os filhos.

Para uma leitura conjunta destas opiniões foi feita uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)¹⁶. Este é um método estatístico descritivo multivariado, que permite conhecer a relação entre um conjunto alargado de variáveis e categorias, a partir das respostas das pessoas, tornando a sua relação interpretável. Privilegia-se uma solução com duas dimensões, que permite a representação da associação entre categorias num espaço bidimensional, formado pelo cruzamento de dois planos. A análise das opiniões relativamente a aspetos relacionados com a parentalidade e a conciliação entre a vida profissional e os filhos mostra algum contraste na população em estudo.

Na representação gráfica deste espaço, as categorias que surgem mais próximas apresentam um maior grau de associação entre elas, por contraste com as categorias que mais se afastam (Figura 3). Simultaneamente, as categorias que mais se afastam da intersecção dos dois planos são as que mais discriminam os indivíduos, significando que apresentam conjuntos de opiniões mais diferentes das restantes (Carvalho, 2008).

A primeira observação a retirar prende-se com a leitura dos dois planos, formados pelas opiniões dadas pelas pessoas relativamente aos diferentes aspetos relacionados com a parentalidade, medidos pelas variáveis recolhidas. Com base nas relações entre as variáveis em análise, observa-se que as opiniões se estruturam em torno de dois eixos: as opiniões sobre a parentalidade e as

16 Entraram na análise 14 variáveis de opinião, que correspondem às questões F5_1 a F5_14 do questionário, todas medidas numa escala ordinal com quatro pontos: (1) concorda totalmente; (2) concorda parcialmente; (3) discorda parcialmente; (4) discorda totalmente. Para a análise apresentada agregaram-se as respostas em duas categorias, de concordância e discordância relativamente às afirmações. Todas as variáveis entraram no procedimento, embora surjam apenas representadas as categorias pertinentes para a análise. O mapa com a totalidade das categorias pode ser consultado no Anexo 2.

questões da conciliação entre trabalho e filhos; e as opiniões sobre os fatores que podem levar à decisão de não ter filhos. Para estas duas dimensões contribuem opiniões dadas a questões distintas¹⁷.

A leitura do espaço definido pelo conjunto das opiniões em análise permite delinear três perfis distintos¹⁸. Estes três perfis correspondem a opiniões diferentes relativamente aos aspetos analisados.

No primeiro perfil encontram-se as opiniões mais comuns, agregando 47,6% da população em estudo. A quase totalidade das pessoas considerava que o facto de mãe e pai trabalharem fora de casa permite uma relação tão boa com os filhos quanto trabalharem em casa, e a maioria considerava não ser prejudicial para uma criança em idade escolar que a mãe (61,0%) e o pai (70,6%) trabalhem fora de casa. No que respeita às representações da parentalidade para mulheres e homens, a quase totalidade das pessoas neste perfil considerava que mulheres e homens podem criar os filhos sozinhos/as sem que queiram uma relação estável, e que não precisam de ter filhos para se sentirem realizados. Quase todas as pessoas neste perfil concordavam que o desejo de uma carreira e de uma vida social ativa, assim como o adiamento persistente, levam a que mulheres e homens não tenham filhos. No que respeita à situação ideal para os filhos numa família, as opiniões são menos homogéneas: 51,4% consideravam que uma criança não precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada (contra 48,6% que reportaram o contrário), e 73,9% consideravam preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições¹⁹.

O segundo perfil, que agrega 31,6% das pessoas, é muito semelhante ao primeiro nas opiniões sobre os fatores que levam a que mulheres e homens não tenham filhos – o desejo de uma carreira e vida social ativa e o adiamento – mas é diferente nas opiniões quer sobre a conciliação, quer sobre a parentalidade para mulheres e homens. A maioria das pessoas neste perfil considerava ser prejudicial para uma criança em idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa (77,7%). No entanto, esta percentagem passa para 49,9% em relação ao pai. Quase metade das pessoas considerava que uma mãe (49,9%) ou um pai (46,5%) que trabalhe fora de casa não pode ter uma relação com os filhos tão boa como um progenitor que trabalha em casa. A parcela de pessoas que julgava que

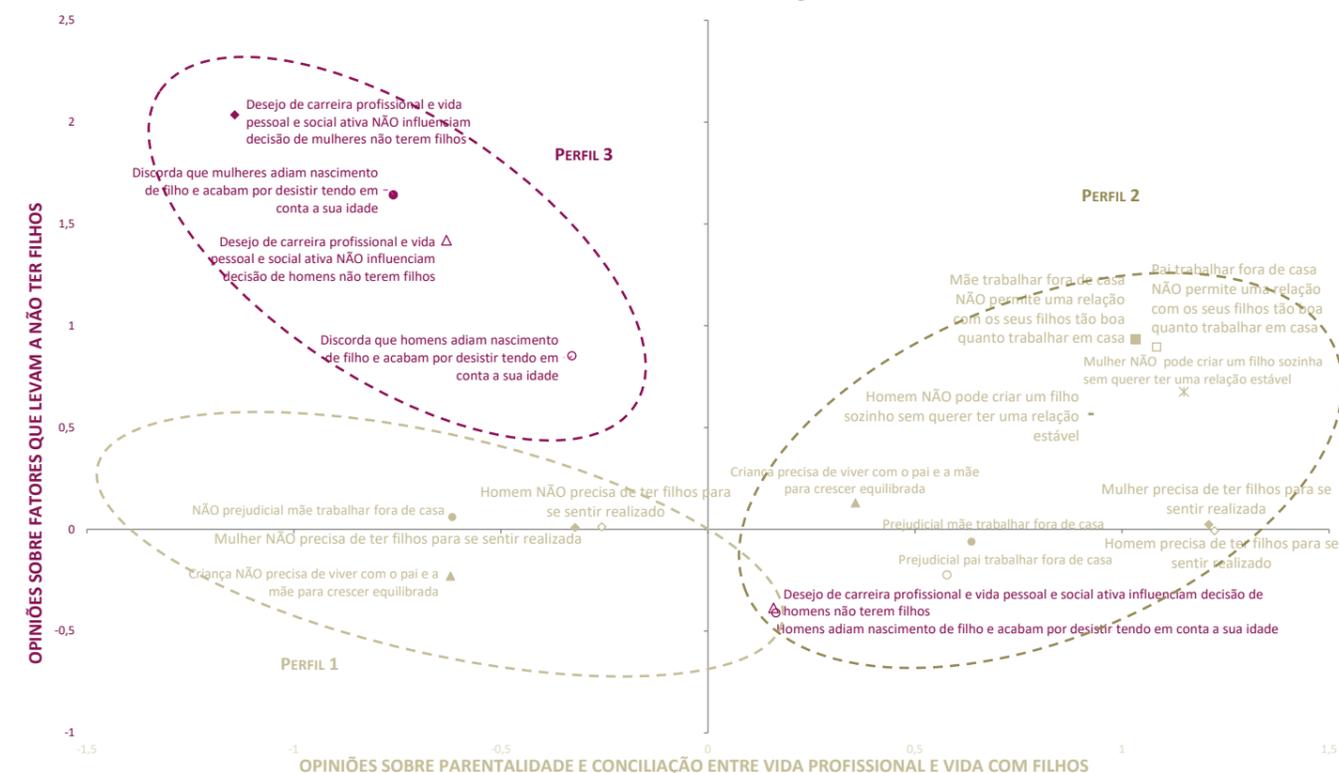
A LEITURA DO ESPAÇO DEFINIDO PELO CONJUNTO DAS OPINIÕES EM ANÁLISE PERMITE DELINEAR TRÊS PERFIS DISTINTOS. ESTES TRÊS PERFIS CORRESPONDEM A OPINIÕES DIFERENTES RELATIVAMENTE AOS ASPETOS ANALISADOS

17 No espaço de opiniões representam-se os eixos a duas cores distintas, e as categorias das variáveis que contribuem para cada um deles figuram com a cor correspondente.
 18 A solução apresentada foi ainda sujeita a uma análise de segmentos, que validou a definição de três perfis. A operacionalização da solução da ACM foi feita a partir desta solução. O número de perfis foi obtido pelo procedimento de agrupamento hierárquico, e validado pelos critérios de Ward e do vizinho mais afastado (Carvalho, 2008: 193-211). A afetação das pessoas a cada perfil foi operacionalizada pelo método K médias, estabelecendo três grupos. Cf. Anexo 2.
 19 Embora estas variáveis não estejam representadas no mapa, elas entraram na análise. No entanto, revelaram não ser relevantes para distinguir os perfis. A sua representação no espaço de opiniões sobre parentalidade e conciliação pode ser consultada no Anexo 2.

uma mulher ou um homem podem criar um filho sozinho/a sem querer ter uma relação estável desce para 65,8% e 54,2%, relativamente ao primeiro perfil analisado. Por outro lado, 55,2% das pessoas consideravam que uma mulher precisa de ter filhos para que se sinta realizada, e 45,6% no que concerne aos homens. Este parece ser um perfil de opiniões mais tradicionais quer no que respeita à conciliação, quer sobre a parentalidade.

O que distingue o terceiro perfil (com 20,9% das pessoas) dos restantes são as opiniões relativamente aos fatores que podem levar mulheres e homens a não ter filhos. Se nos perfis anteriores as opiniões eram quase unânimes quanto à procura de carreira e vida social ativa ou ao adiamento como comportamentos que podem levar a que as pessoas não tenham filhos, aqui as opiniões dividem-se. No que respeita ao desejo de uma carreira e de uma vida social ativa, 39,7% das pessoas consideravam que são fatores que não influenciam a decisão das mulheres não terem filhos. Relativamente à opinião sobre a decisão dos homens, este valor aumenta para 83,5%. As opiniões quanto ao adiamento vão no mesmo sentido: 39,2% das pessoas discordavam que algumas mulheres adiam o nascimento dos filhos e acabam por desistir tendo em conta a sua idade, valor que passa para os 82,8% no que diz respeito aos homens.

Figura 3. Espaço das opiniões sobre parentalidade e conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos das pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2019



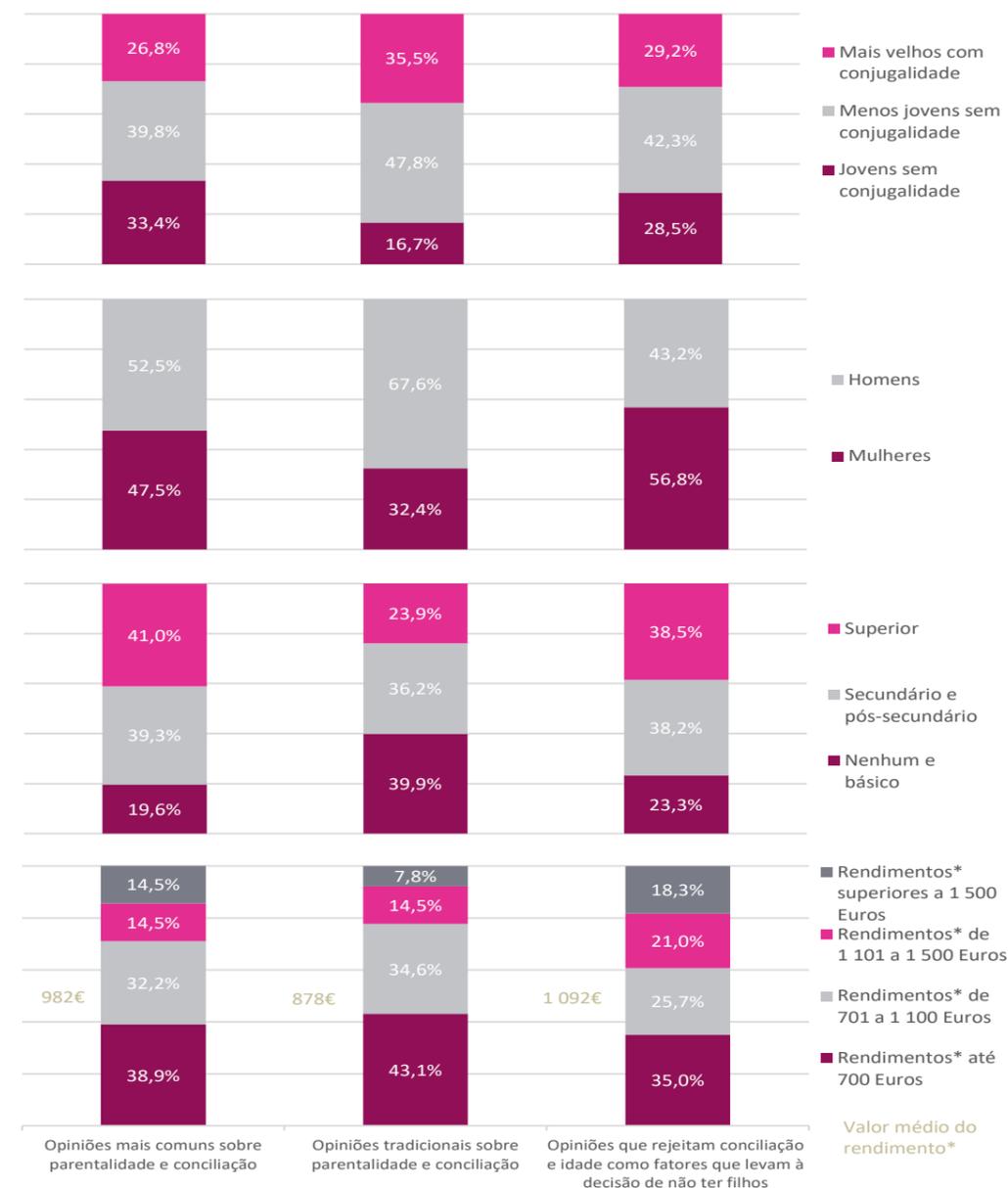
Fonte: Cálculos próprios com base nos dados do Inquérito à Fecundidade 2019.

A operacionalização da solução apresentada mostra algumas diferenças entre os três perfis no que respeita às suas características sociodemográficas. Considerando os grupos definidos anteriormente, que agruparam a população em estudo em três segmentos – “jovens” sem conjugalidade, “menos jovens” sem conjugalidade, e pessoas “mais velhas” com conjugalidade –, o segundo perfil apresenta uma distribuição menos equilibrada que os restantes, com uma presença reduzida das pessoas mais jovens e sem conjugalidade, e quase metade de pessoas menos jovens sem relação de conjugalidade.

A distribuição de mulheres e homens pelos três perfis de opiniões mostra haver uma maior presença de homens entre as pessoas com opiniões sobre a parentalidade e a conciliação entre vida profissional e uma vida com filhos que se designou de mais tradicionais.

No que respeita à escolaridade, o grande contraste surge, mais uma vez, entre o perfil de opiniões mais tradicionais e os restantes. Se no primeiro e no último perfil (embora de forma mais acentuada no perfil de opiniões mais comuns) predominam as pessoas com níveis de escolaridade mais elevados, no segundo perfil a maior parcela corresponde a pessoas com níveis de escolaridade mais baixos, e a menor a pessoas com escolaridade de nível superior. Do mesmo modo, o escalão mais baixo de rendimento por adulto equivalente²⁰ é superior neste perfil de opiniões mais tradicionais. De facto, se observarmos o valor do rendimento médio em cada perfil, observa-se que este é inferior entre estas pessoas.

Figura 4. Caracterização das pessoas por perfil de opiniões sobre parentalidade, conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos das pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2019



* Rendimento mensal líquido por adulto equivalente (cf. nota 20)

Fonte: Cálculos próprios feitos a partir dos dados do Inquérito à Fecundidade 2019.

20 A variável utilizada tem por base o tratamento efetuado nos apuramentos do IFEC 2019 e descrito nas notas dos quadros Excel associados ao destaque.

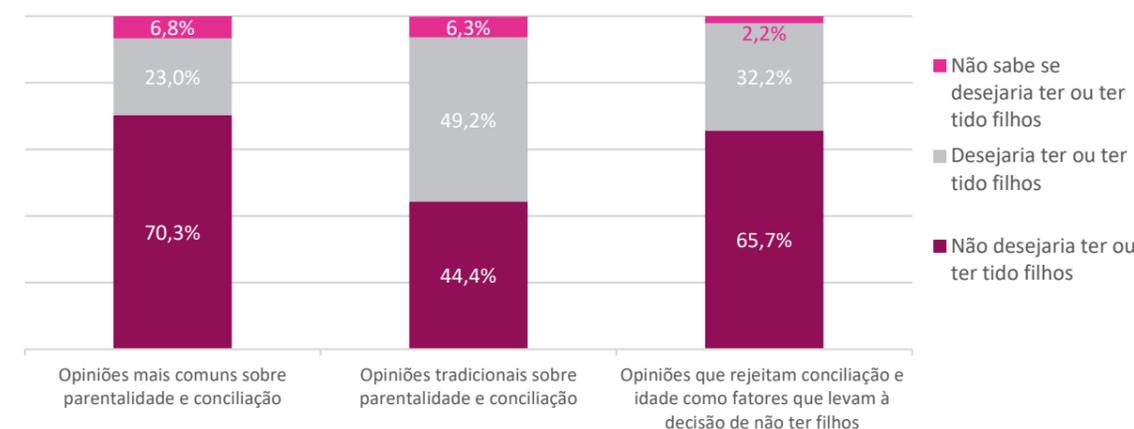
Para além dos filhos que as pessoas tiveram e daqueles que tencionavam ainda vir a ter, o IFEC 2019 procurava ainda saber se as pessoas desejariam ter ou ter tido filhos ao longo da sua vida²¹, assim como o seu desejo aos 20 anos²². No total da população estudada, a maioria das pessoas (61,1%) não desejava ter ou ter tido filhos. Dito de outra forma, para a maioria das pessoas infecundas voluntariamente o desejo de ter filhos era coincidente com a sua realidade e intenção. É possível considerar que estas são as pessoas convictas da sua escolha de não ter filhos, numa opção de vida deliberada. No entanto, para uma parcela mais pequena das pessoas sem filhos e sem intenção de vir a ter filhos, 33,2% desejaria ter ou ter tido filhos. Sugere-se que, para estas pessoas, a ausência de filhos e de intenção de não os vir a ter decorreu mais de condicionantes ao longo do seu percurso de vida do que de uma convicção própria.

Observando o comportamento desta variável pelos três perfis de opinião definidos (Figura 5) verifica-se que, entre as pessoas cujas opiniões sobre a parentalidade e a conciliação eram mais tradicionais, quase metade (49,2%) desejaria ter tido filhos, ao passo que nos restantes perfis a grande maioria referiu o oposto, o que pode sugerir uma maior presença no perfil 2 de pessoas infecundas por motivos decorrentes do seu percurso de vida, e menos porque assim o decidiram.

21 “A fecundidade desejada está relacionada com as preferências de cada pessoa, aludindo livremente à expressão dos seus desejos mais íntimos. Distingue-se da fecundidade intencional, na medida em que esta revela uma tomada de consciência mais racional.” (Rosa e Mendes, 2014: 98). A questão foi colocada da seguinte forma: “Agora gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre o seu desejo de ter filhos. Para responder pense apenas em filhos biológicos. Mas desejaria ter ou ter tido filhos ao longo da sua vida?”

22 A formulação da questão era a seguinte: “E quando tinha 20 anos, lembra-se quantos filhos desejava ter ao longo da sua vida?”. A partir desta variável derivou-se a variável aqui utilizada, que considera ausência de desejo aos 20 anos todas as situações em que a pessoa disseram ter desejado zero filhos. Todos os restantes valores válidos (*i.e.*, número de filhos desejado aos 20 anos superiores a zero) foram incluídos na categoria “desejou ter filhos aos 20 anos”. A questão era apenas colocada às pessoas com 25 ou mais anos, o que justifica a categoria “Não se aplica (pessoas com menos de 25 anos)”. É importante referir que a avaliação do desejo aos 20 anos foi feita no momento da entrevista. Deste modo, este é um indicador do desejo que estas pessoas se recordam ter tido, e não propriamente do desejo que tinham aos 20 anos.

Figura 5. Fecundidade desejada por perfil de opinião relativamente à parentalidade, conciliação entre vida profissional e vida com filhos e fatores que podem levar a não ter filhos das pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2019



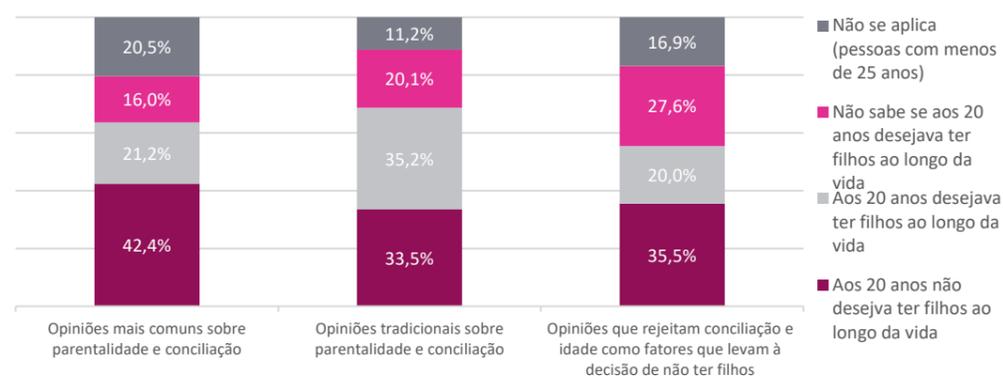
Fonte: Cálculos próprios feitos a partir dos dados do Inquérito à Fecundidade 2019.

Em relação à avaliação do desejo de ter filhos quando tinham 20 anos, 38,1% referiu não ter desejado vir a ter filhos quando tinha 20 anos, 25,3% considerava que, quando tinha essa idade, desejava vir a ter pelo menos um filho, e 19,7% não sabia quantos filhos desejava ter nessa idade. Esta análise exclui uma parcela da população, as pessoas com menos de 25 anos, a quem a questão não se aplicava, que correspondem a 16,8% desta população.

O comportamento desta variável pelos três perfis de opiniões (Figura 6) mostra que, tal como se verificou relativamente à fecundidade desejada, também na fecundidade desejada aos 20 anos é no perfil de opiniões mais tradicionais que se encontra a maior parcela das pessoas que, aos 20 anos, desejavam vir a ter pelo menos um filho (35,2% das pessoas neste perfil). De salientar ainda que este é o perfil, em comparação com os restantes perfis, onde mais pessoas indicaram como motivo importante ou muito importante para a sua decisão de não ter filhos: o facto de não ter cônjuge/companheiro/a ou não ter um/a com perfil certo/a; motivos de saúde da própria pessoa ou do/a cônjuge/companheiro/a; e motivos relacionados com a sua idade ou a idade do/a cônjuge/companheiro/a. É ainda o perfil onde menos pessoas consideraram importante ou muito importante, a parentalidade não fazer parte dos seus projetos de vida. Esta leitura reforça a ideia de que se encontrarão neste segmento pessoas infecundas por motivos circunstanciais, evidenciada pelo acentuado desfasamento entre a intenção de permanecer sem filhos e o seu desejo. Sugere ainda que este perfil engloba “decisores tardios” (Houseknecht, 1987), aqueles que chegaram à decisão de não ter filhos após uma série de adiamentos, provavelmente considerando a sua idade e a importância de ter um parceiro para concretizar o seu desejo de parentalidade.

No primeiro e terceiro perfis o desejo de ter filhos aos 20 anos é inferior (21,2% e 20,0% respetivamente). Esta observação indicia que, para além de abrangerem pessoas convictas da sua escolha de não ter filhos, encontram-se nestes perfis pessoas que desde cedo decidiram não ter filhos, os designados “decisores precoces” (Houseknecht, 1987).

Figura 6. Fecundidade desejada aos 20 anos, por perfil de opinião relativamente à parentalidade, conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos das pessoas residentes dos 18 aos 49 anos, Portugal, 2019



Fonte: Cálculos próprios feitos a partir dos dados do Inquérito à Fecundidade 2019.

CONCLUSÃO

O estudo da infecundidade a partir dos dados do IFEC 2019 mostra que as pessoas que não têm filhos nem tencionam vir a ter não são uma população homogénea. Sugere-se ainda que esta infecundidade voluntária pode ser de natureza diferente. Pode ser uma infecundidade convicta, que resultará da escolha individual de não ter filhos, que pode variar ao longo da vida das pessoas ou ser uma decisão tomada desde cedo (decisores precoces). Pode ser uma infecundidade condicionada, que sugere que algumas destas pessoas não tiveram nem tencionam vir a ter filhos sobretudo por circunstâncias da vida. Estas podem incluir uma multiplicidade de fatores – inexistência de parceiro/a, idade, motivos de saúde, ou ainda situações sociais e económicas – resultando em adiamentos persistentes (decisores tardios), que podem conduzir a uma situação em que a decisão de ter filhos pode ser mais difícil ou mesmo impossível para algumas pessoas.

Pode ainda ser uma infecundidade voluntária potencial ou definitiva, já que algumas das pessoas que não tencionavam vir a ter filhos no momento do inquérito podem ainda vir a tê-los, e outras nunca o farão.

Estas quatro infecundidades não são mutuamente exclusivas, mas sobrepõem-se de modos distintos ao longo da vida das pessoas. Independentemente da escolha de não ter filhos no momento em que a questão foi colocada decorrer de uma convicção ou das circunstâncias da vida em que as pessoas se encontravam, para muitas delas a infecundidade pode ser uma realidade passageira, sobretudo entre aquelas mais jovens, que terão ainda tempo e condições biológicas para o fazer. É provavelmente entre as pessoas mais velhas, mais próximas do fim da sua idade fértil, que a infecundidade tenderá a ser definitiva, seja por convicção, seja por contextos da vida.

O estudo da infecundidade apresentado foi feito com base nas intenções reportadas pelas pessoas no momento da entrevista ao IFEC. O único modo de saber se a condição de infecundidade se virá a alterar para algumas destas pessoas seria conhecendo a sua situação no final da sua vida reprodutiva. Apesar da análise deste fenómeno, a partir dos dados do inquérito, permitir caracterizar em maior detalhe aquelas que serão, com maior probabilidade, uma parte significativa da população infecunda em Portugal, seria relevante seguir o percurso de vida destas pessoas, para avaliar como a realidade futura aderiu às intenções reprodutivas reportadas.

SUGEREM-SE DOIS TIPOS DE INFECUNDIDADE VOLUNTÁRIA: UMA DECORRENTE DE UMA ESCOLHA INDIVIDUAL DE NÃO TER FILHOS (INFECUNDIDADE CONVICTA) E OUTRA RESULTANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE VIDA DAS PESSOAS (INFECUNDIDADE CONDICIONADA)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalho, H. (2008). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos: utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*. Lisboa: Sílabo.

Cunha, V., Gauthier, J.A., (2011). Is postponement a new pathway to childlessness? Outlining the (un)reproductive trajectories of three generations of Portuguese men and women. Working paper apresentado no 10.º Congresso da ESA (European Sociological Association), Universidade de Genebra, Genebra, 1 de setembro. Disponível em: https://duploadiamento.files.wordpress.com/2013/09/vcunha-gauthier_is-postponement-a-new-pathway-to-childlessness_wp2011.pdf (acedido a 10 de fevereiro de 2021).

Cunha, V. (2012). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. In Casa Civil da Presidência da República (Coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 131-143.

Freitas, R. (2019). *Que caminhos para o futuro da fecundidade? O filho único como modelo de descendência final*. Tese de doutoramento em Sociologia Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Frejka, T. (2008). Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model? *Demographic Research*, 19(4), 47-72. Doi: <http://www.jstor.org/stable/26349245>

Hair, J., Black, W., Babin, B. e Anderson, R. (2014). *Multivariate Data Analysis*. Essex: Pearson.

Houseknecht, S.K. (1987). Voluntary childlessness. In Sussman, M.B., Steinmetz, S.K. (Eds.), *Handbook of Marriage and the Family*. Boston: Springer, pp. 369-395. Doi: https://doi.org/10.1007/978-1-4615-7151-3_14

Human Fertility Database. Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria). Disponível em www.humanfertility.org (dados acedidos a 16 e 22 de fevereiro de 2021).

Maciel, A. (2015). *Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões*. Tese de doutoramento em Sociologia Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Maciel, A., Freitas, R. Mendes, M.F. (2016). As descendências de filho único e o childlessness na coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968. Atas do V Congresso Português de Demografia – “A Crise Demográfica: um país em extinção”. Lisboa: Associação Portuguesa de Demografia, pp. 6-20.

Maroco, J. (2010). *Análise estatística – Com utilização do SPSS (3.ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Mendes, M.F., (2018). O contexto nacional: declínio da fecundidade em Portugal numa perspetiva de século. In Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: a natalidade*. Coimbra: Almedina, pp. 25-85.

Mendes, M.F., Tomé, L.P. (2014). Natalidade, Nupcialidade e Divorcialidade em Portugal. In Bandeira, M.L. (Dir.), *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011. Evolução e Perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 169-226.

Mendes, M.F. *et al.* (2016). *Determinantes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

OECD (2011a). *Doing Better for Families*. Paris: OECD Publishing. Doi: <https://doi.org/10.1787/9789264098732-en>.

OECD (2011b). *Doing Better for Families Portugal*. Paris: OECD Publishing, Disponível em: <https://www.oecd.org/portugal/47704295.pdf> (acedido a 19 de janeiro de 2021).

Oliveira, I.T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”. In Casa Civil da Presidência da República (Coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 111-128.

Oliveira, I.T. (2016). A importância dos segundos nascimentos nos atuais níveis de fecundidade em Portugal. In Cunha, V., Vilar, D., Wall, K., Lavinha, J., Pereira, P.T. (Orgs), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política (Observatórios ICS; 3)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 111-119.

Rosa, M.J.V., Mendes, M.F. (2014). Os sentidos da fecundidade em Portugal. In Instituto Nacional de Estatística e Fundação Francisco Manuel dos Santos (Eds.), *Inquérito à Fecundidade 2013*. Lisboa: INE e FFMS, pp. 95-104.

Sobotka, T. (2016). Understanding low fertility: Portugal in a European context”. In Cunha, V., Vilar, D., Wall, K., Lavinha, J., Pereira, P.T. (Orgs), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política (Observatórios ICS; 3)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 49-71.

Sobotka, T. (2017). Childlessness in Europe: reconstructing long-term, trends among women born in 1900–1972. In Kreyenfeld, M., Konietzka, D. (Eds.), *Childlessness in Europe: contexts, causes, and consequences (Demographic Research Monographs, A Series of the Max Planck Institute for Demographic Research)*. Dordrecht: Springer, pp. 17–53.

ANEXOS

ANEXO 1: ANÁLISE DE CLUSTERS

A Análise de Clusters é uma técnica exploratória de análise descritiva multivariada, que permite agrupar sujeitos ou variáveis em grupos mais ou menos homogêneos, a partir de uma, ou de um conjunto de características comuns. As observações incluídas num determinado cluster tendem a ser similares entre si, e a ser diferentes das observações pertencentes a outros clusters (Maroco, 2010). A junção de casos, itens, ou variáveis é feita a partir de medidas de semelhança ou de dissemelhança (ou distância), através do uso de métodos de agrupamento de clusters, inicialmente entre dois sujeitos e, posteriormente, entre dois clusters. Existem três tipos de métodos de análise de clusters: métodos hierárquicos, métodos não hierárquicos, e métodos mistos. A escolha do método depende do número de casos em análise, e dos tipos de variáveis usadas para os formar.

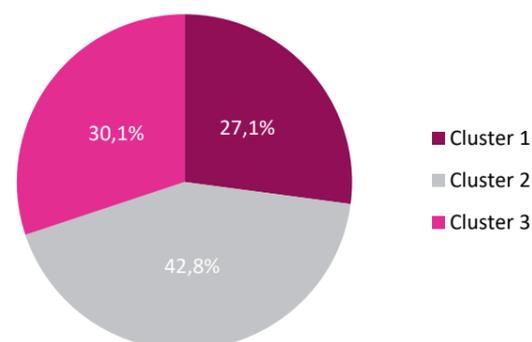
Para a análise em causa optou-se por um método misto, o Two-Step. O método Two-Step, mais adequado a bases de dados de grande dimensão, desenvolve-se, como o próprio nome indica, em duas etapas, o que aumenta a sua eficiência. O critério usado para a escolha do número de clusters foi o Schwarz's Bayesian Criterion, através do qual foi obtida uma solução com três clusters. Como no modelo só foram consideradas variáveis qualitativas nominais, a medida de distância usada foi log-verosimilhança (a distância entre dois clusters é expressa pelo seu decréscimo). A silhouette measure of cohesion and separation, que mede a qualidade da constituição dos clusters (e que tem por base as distâncias médias entre os objetos), é de 0,40, o que indica que o modelo de clusters apresentado é um modelo razoável¹.

De salientar ainda, que foram ensaiados diferentes modelos de Análise de Clusters, com diferentes variáveis de caracterização sociodemográfica, mas cuja qualidade revelou-se inferior à solução apresentada. Neste sentido, foram consideradas as seguintes variáveis: grupo etário, situação conjugal, agregado familiar atual e condição perante o trabalho.

¹ A silhouette measure of cohesion varia entre -1 e +1; um valor de medida inferior a 0,2 indica uma má solução, entre 0,2 e 0,5 indica uma solução razoável e superior a 0,5 indica boa solução (Hair, Black, Babin e Anderson, 2014).

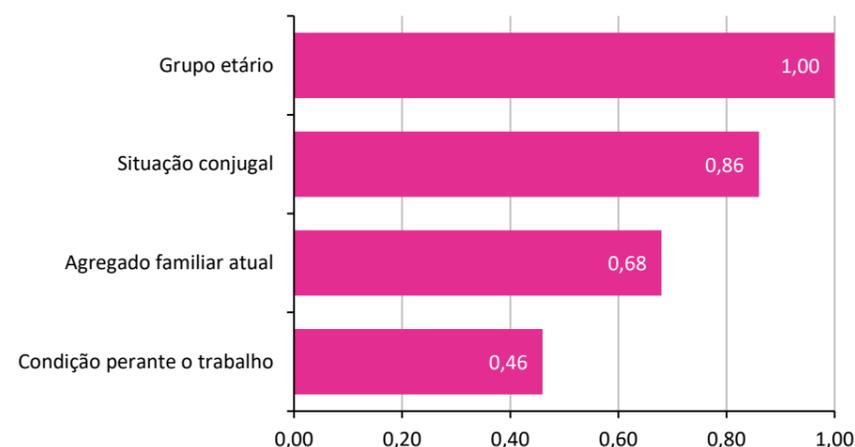
A Análise de Clusters conduziu, assim, à classificação deste conjunto de pessoas em três grupos ou clusters distintos: o cluster 1 constituído por 96 819 pessoas (27,1%), o cluster 2 por 152 885 (42,8%) e o cluster 3 por 107 377 (30,1%).

Figura A.1.1. Distribuição dos indivíduos por cluster



O grupo etário foi a variável que revelou maior capacidade discriminante na classificação destas pessoas (1,00), seguida da situação conjugal (0,86) e da composição do agregado familiar atual (0,68). A condição perante o trabalho foi a variável com menor poder discriminante, ou seja, a que menos contribuiu para a segmentação das mesmas (0,46).

Figura A.1.2. Importância das variáveis na discriminação dos indivíduos



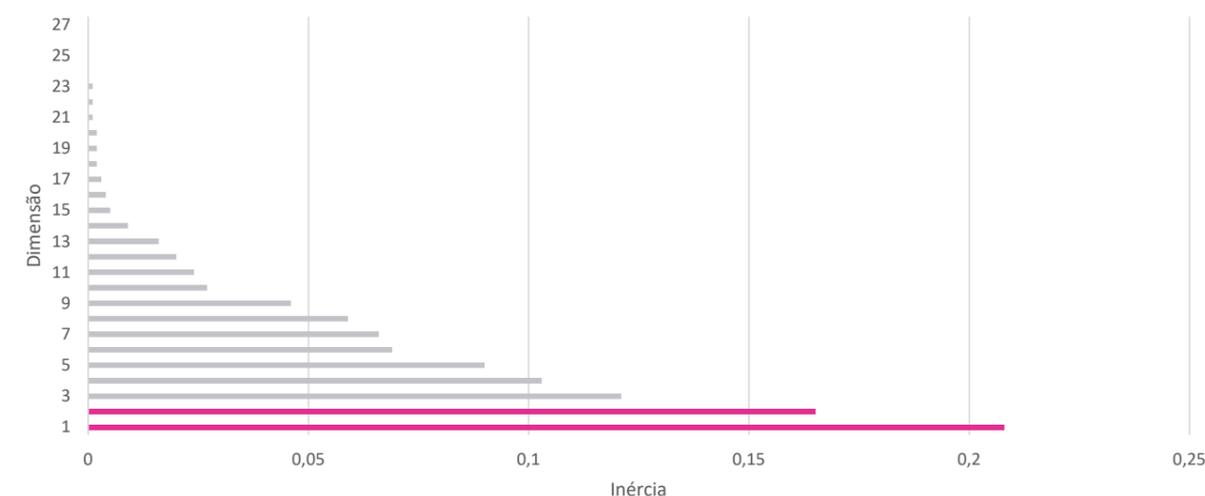
ANEXO 2: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS

A Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) foi realizada com 14 variáveis de opinião, recodificadas em duas categorias (concorda e discorda). A ACM é um procedimento descritivo multivariado que permite conhecer a relação entre um conjunto alargado de variáveis e categorias a partir das respostas das pessoas, com o objetivo de reduzir a multidimensionalidade do espaço que estas definem, tornando a sua relação interpretável. Privilegia-se uma solução com duas dimensões, que permite a representação da associação entre categorias num espaço bidimensional, formado pelo cruzamento de dois planos, que representam as duas dimensões mais relevantes. Este método distingue-se da Análise em Componentes Principais ou da Análise Fatorial sobretudo por tratar variáveis categóricas.

A aplicação da ACM foi feita em duas etapas. Na primeira fase, avaliou-se qual o número de dimensões necessárias para melhor representar a interação entre as variáveis, as suas categorias, e as respostas das pessoas.

A representação da variância relativa associada a cada dimensão (inércia) valida a solução com duas dimensões, o suficiente para representar de forma clara as principais interações existentes² (Figura A.2.1).

Figura A.2.1. Inércia das dimensões



² As dimensões mais importantes para a análise são aquelas que têm associados valores de inércia mais elevados. A este respeito, Carvalho (2008: 62) refere que, numa ACM, “tende a reter-se para análise um subconjunto inicial de dimensões cuja variância explicada se destaque das restantes”.

Valores mais elevados da inércia das dimensões selecionadas apontam para a existência de perfis que se afastam de um perfil médio, e da capacidade do espaço criado pelas dimensões selecionadas do os representar (Carvalho, 2008: 67).

No contexto da ACM, uma reduzida expressividade, em termos de variância relativa explicada pelas dimensões retidas, não é condição suficiente para abandonar a interpretação e concluir pela falta de qualidade da análise. Uma solução da ACM com mais uma dimensão aproximaria o valor da variância relativa explicada para perto de 50%. Testada essa solução, o ganho interpretativo não justifica o aumento de complexidade de uma solução com três dimensões (Hair, Black, Babin e Anderson, 2014: 528). As associações entre variáveis e categorias evidenciadas pela solução com duas dimensões, assim como os perfis identificados, retêm as mesmas conclusões interpretativas que se retiram de uma solução que contempla mais dimensões.

As medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões, representadas na Figura A.2.1, permitem denominar as duas dimensões selecionadas. As variáveis que mais discriminam na primeira dimensão – eixo das abcissas – remetem para as opiniões sobre parentalidade e conciliação entre vida profissional e vida com filhos; as variáveis que mais discriminam na segunda dimensão – eixo das ordenadas – remetem para as opiniões sobre os fatores que levam mulheres e homens a não ter filhos.

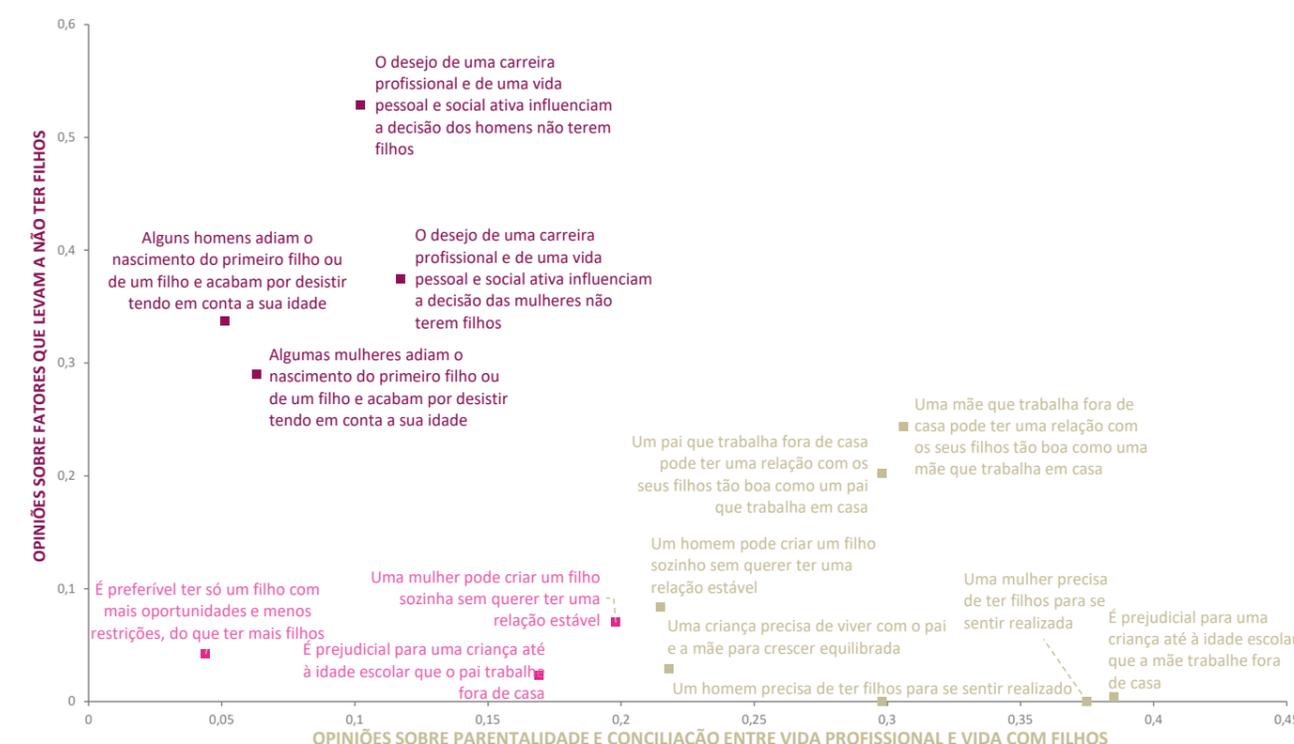
Quadro A.2.1. Medidas de discriminação das variáveis por dimensão

Variáveis	Dimensões	
	1	2
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa	0,385	0,004
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa	0,169	0,023
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa	0,306	0,244
O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos	0,117	0,375
Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade	0,063	0,290
Uma mulher pode criar um filho sozinho sem querer ter uma relação estável	0,198	0,070
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	0,218	0,029
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	0,375	0
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado	0,298	0
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos	0,044	0,042
Um pai que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como um pai que trabalha em casa	0,298	0,202
O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão dos homens não terem filhos	0,102	0,529
Alguns homens adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade	0,051	0,337
Um homem pode criar um filho sozinho sem querer ter uma relação estável	0,215	0,084
Total ativo	2,838	2,229
Capacidade de discriminação média (Total ativo / n.º de variáveis)	0,203	0,159

Considera-se que uma variável é discriminante numa dimensão, se a medida de discriminação dessa variável estiver acima da média da capacidade de discriminação do conjunto das variáveis em análise na respetiva dimensão. A representação das medidas de discriminação no espaço definido pelas duas dimensões apresenta-se na Figura A.2.2.

Observa-se que três das variáveis não contribuem para discriminar perfis em qualquer uma das duas dimensões. Estas variáveis estão representadas na figura seguinte, e a sua denominação está a rosa claro. Como expectável, são as variáveis que mais se aproximam da origem, isto é, do cruzamento do eixo das abcissas com o eixo das ordenadas.

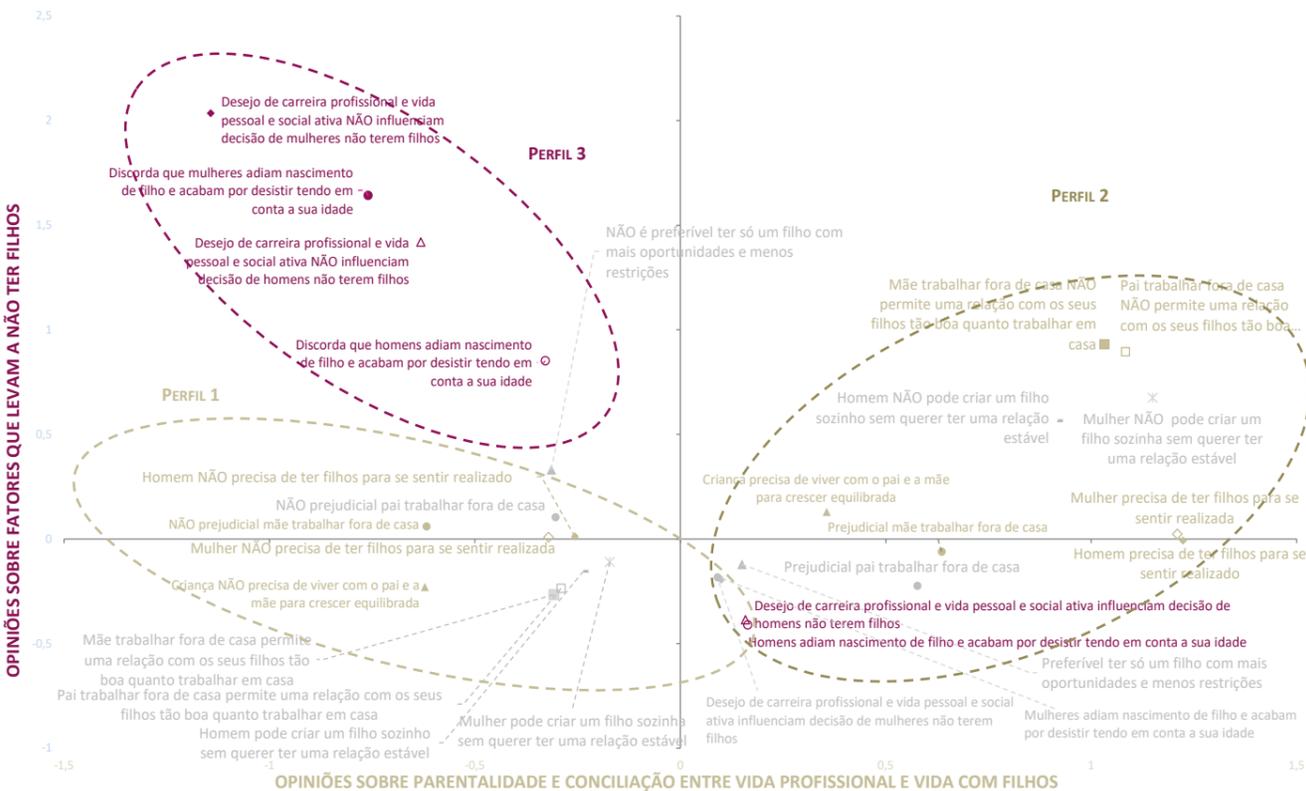
Figura A.2.2. Representação das medidas de discriminação das variáveis no espaço das opiniões sobre parentalidade e conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos



Quanto às categorias das variáveis utilizadas na análise, identificaram-se quais as mais discriminantes, representando-se a cizento as categorias que não diferenciam as pessoas. O critério para identificação das categorias mais discriminantes seleciona as categorias que contribuem acima da média para explicar as dimensões 1 e 2. A média das contribuições das categorias é dada pelo rácio entre a soma de todas as contribuições das categorias em cada dimensão (sempre igual a 1) e o total de categorias das variáveis utilizadas na análise (14 variáveis, cada uma com 2 categorias, que resulta num total de 28 categorias). Na Figura A.2.3

representa-se o espaço formado pela projeção de todas as categorias que entraram na análise. Representam-se a cinzento as categorias que não mostraram ter capacidade de discriminação, ou seja, aquelas que correspondem ao “perfil médio” das respostas às questões de opinião analisadas. As restantes categorias estão representadas com a cor da dimensão onde a medida de discriminação é maior.

Figura A.2.3. Espaço das opiniões sobre parentalidade e conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos (todas as categorias)



Para além da representação das variáveis e das categorias no espaço formado pelas duas dimensões, é ainda possível projetar os indivíduos. Na Figura A.2.4 estão representados os respondentes no espaço de opiniões. De notar que cada ponto projetado representa um respondente, ao qual está atribuído um peso. Isto significa que cada ponto representa um conjunto diferente de pessoas, resultado do processo de ponderação da amostra.

Figura A.2.4. Projeção dos indivíduos no espaço das opiniões sobre parentalidade e conciliação entre vida profissional e vida com filhos, e fatores que podem levar a não ter filhos



No Quadro A.2.2 apresentam-se as variáveis e categorias que discriminam em cada dimensão, de modo a facilitar a interpretação. As categorias ausentes desta interpretação estão apagadas no mapa apresentado no texto.

Quadro A.2.2. Variáveis e categorias que discriminam por dimensão

DIMENSÃO 1 VARIÁVEIS	
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado Um pai que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como um pai que trabalha em casa Um homem pode criar um filho sozinho sem querer ter uma relação estável	
CATEGORIAS	
Coordenadas negativas	Coordenadas positivas
Discorda prejudicial mãe trabalhar fora de casa	Concorda prejudicial mãe trabalhar fora de casa
Discorda desejo de carreira profissional e vida pessoal e social ativa influenciam decisão de mulheres não terem filhos	Concorda prejudicial pai trabalhar fora de casa
Criança NÃO precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada	Discorda mãe trabalhar fora de casa permite uma relação com os seus filhos tão boa quanto trabalhar em casa
	Discorda pai trabalhar fora de casa permite uma relação com os seus filhos tão boa quanto trabalhar em casa
	Discorda mulher pode criar um filho sozinho/a sem querer ter uma relação estável
	Discorda homem pode criar um filho sozinho/a sem querer ter uma relação estável
	Concorda mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada
	Concorda homem precisa de ter filhos para se sentir realizado

DIMENSÃO 2 VARIÁVEIS	
O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão dos homens não terem filhos Alguns homens adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade	
CATEGORIAS	
Coordenadas negativas	Coordenadas positivas
Concorda desejo de carreira profissional e vida pessoal e social ativa influenciam decisão de homens não terem filhos	Discorda desejo de carreira profissional e vida pessoal e social ativa influenciam decisão de mulheres não terem filhos
Concorda homens adiam nascimento de filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade	Discorda desejo de carreira profissional e vida pessoal e social ativa influenciam decisão de homens não terem filhos
	Discorda mulheres adiam nascimento de filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade
	Discorda homens adiam nascimento de filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade

Após identificação dos perfis, realizou-se uma Análise de Clusters, procurando identificar grupos a partir das coordenadas das categorias. A avaliação do decréscimo dos coeficientes de fusão obtidos a partir do método de agrupamento hierárquico, utilizando dois critérios distintos – o critério de Ward e o critério do Vizinho mais afastado – validaram uma solução com 3 grupos (Figuras A.2.5 e A.2.6).

Figura A.2.5. Coeficientes de fusão - critério de Ward

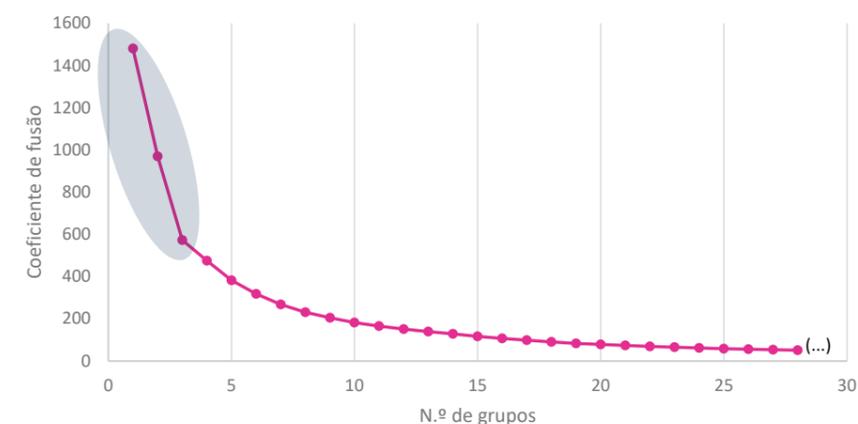
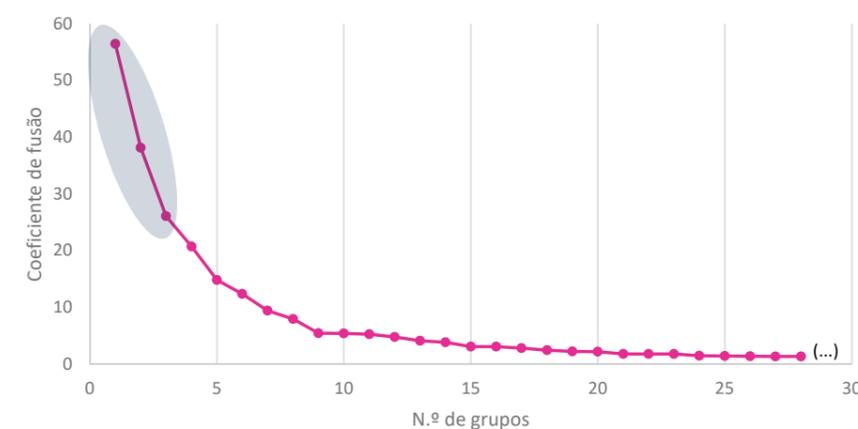


Figura A.2.6. Coeficientes de fusão - critério do vizinho mais afastado



Nas Figuras A.2.7 a A.2.10 apresentam-se as distribuições de todas as variáveis utilizadas na análise por cada um dos perfis, agrupadas em conjuntos de variáveis relativas às opiniões sobre a conciliação entre vida profissional e vida com filhos (Figura A.2.7), opiniões sobre a parentalidade (Figura A.2.8), opiniões sobre os fatores que podem levar as pessoas a não ter filhos (Figura A.2.9) e opiniões sobre o ideal para os filhos (Figura A.2.10).

Figura A.2.7. Distribuição das opiniões sobre conciliação entre vida profissional e vida com filhos, pelos perfis identificados

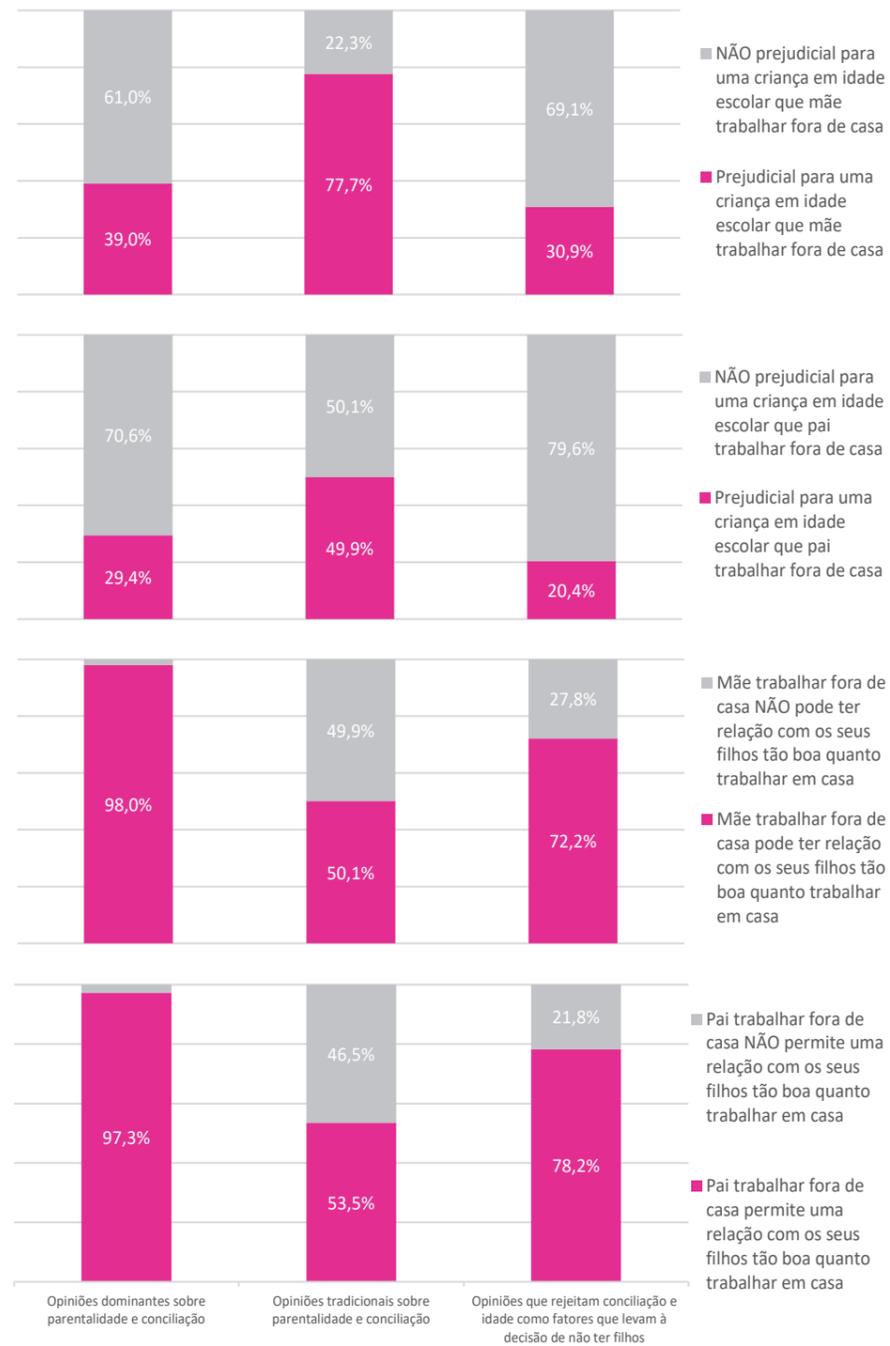


Figura A.2.8. Distribuição das opiniões sobre parentalidade pelos perfis identificados



Figura A.2.9. Distribuição das opiniões sobre os fatores que podem levar a não ter filhos, pelos perfis identificados

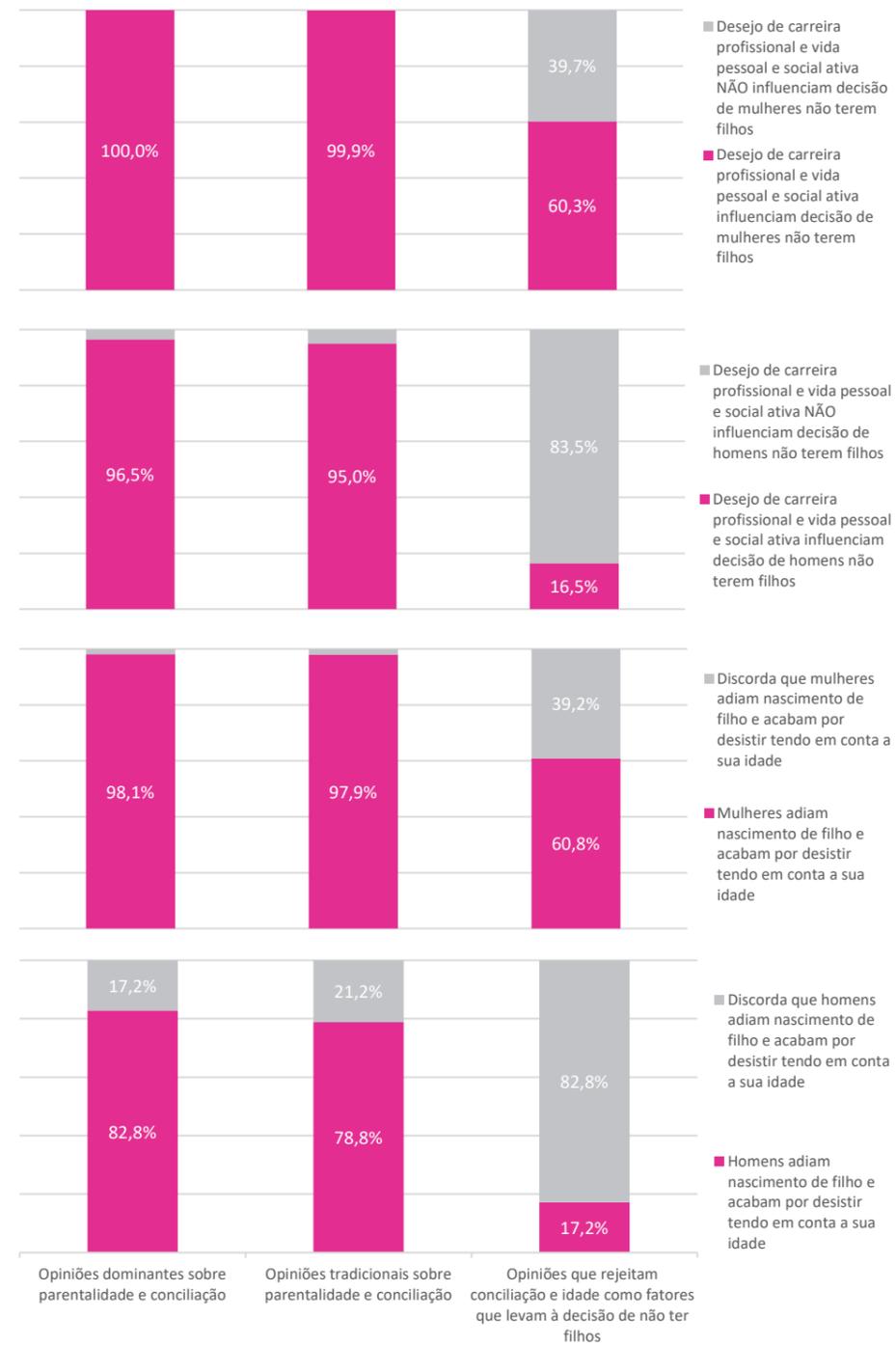
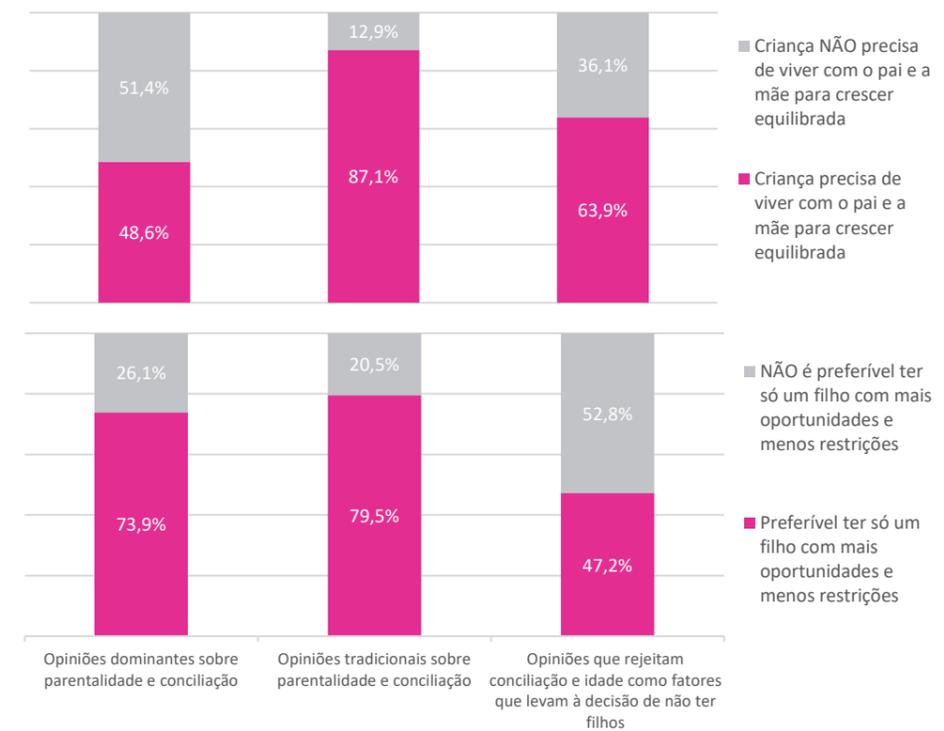


Figura A.2.10. Distribuição das opiniões sobre o ideal para os filhos, pelos perfis identificados



SEGUNDO

FILHO: UMA TRANSIÇÃO INCERTA¹

Rita Brazão Freitas²

Andreia Maciel³

Maria Filomena Mendes⁴

RESUMO

Portugal permanece com um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa. Apesar da ligeira recuperação observada nos últimos anos – 1,21 filhos por mulher em idade fértil em 2013 e 1,42 em 2019 – os portugueses continuam a ter menos filhos do que esperavam. A partir do Inquérito à Fecundidade (IFEC 2019), sabemos que a maioria (60,2%) dos residentes em Portugal (mulheres entre 18 e 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos) esperavam terminar o ciclo reprodutivo com pelo menos dois filhos, embora a maioria dessas pessoas ou ainda não tivesse entrado na parentalidade (42,7%) ou tivesse apenas um filho (9,8%), indicando que os portugueses continuam a adiar o nascimento dos filhos ou, possivelmente, a renunciar à sua fecundidade final esperada.

Sendo ideais, desejos e intenções de fecundidade ainda associados a dois ou mais filhos por família, importa compreender o que conduz a que os portugueses que tencionam ter dois ou mais filhos tenham apenas um. A partir dos dados do IFEC 2019, analisamos uma amostra de homens e mulheres que esperam ter dois ou mais filhos e, através de modelos de regressão logística, procuramos identificar fatores que melhor diferenciam aqueles que já transitaram para o segundo filho dos que ainda não o fizeram (têm apenas um filho, mas pretendem ter pelo menos dois filhos).

Palavras-chave:
motivações-
desejos-
intenções,
adiamento,
transição, dois
filhos. Inquérito
à Fecundidade,
IFEC.

As análises,
opiniões e
conclusões aqui
expressas são
da exclusiva
responsabilidade
das autoras e
não refletem
necessariamente
a posição do INE.

1 Este estudo foi financiado com fundos nacionais pela FCT, I.P., ao abrigo do projeto PARENT - Ref. PTDC/SOC-SOC/29367/2017 e da Norma Transitória (DL57/2016/CP-NT-SOC-04; DL 57/2016/CP1441/CT0018), MCTE, no âmbito das atividades de investigação no Centro de Investigação CIDEHUS da Universidade de Évora.
2 Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional de Estatística da Madeira; Professora da Universidade da Madeira. ORCID: 0000-0002-2006-0858. Email: rita.freitas@ine.pt
3 Investigadora do Laboratório de Demografia, CIDEHUS-UE, Universidade de Évora. ORCID: 0000-0002-7802-8404. Email: amaciel@uevora.pt
4 Professora da Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais; Investigadora do Laboratório de Demografia, CIDEHUS-UE, Universidade de Évora. ORCID: 0000-0003-4307-9065. Email: mmendes@uevora.pt

PORTUGAL É UM DOS
PAÍSES DA EUROPA COM
UM DOS MAIS BAIXOS
NÍVEIS DE FECUNDIDADE,
CONTRASTANDO COM PAÍSES
COMO A FRANÇA, SUÉCIA,
ROMÉLIA, IRLANDA E
DINAMARCA

Concluimos que, tanto para os que têm apenas um filho como para os que têm dois ou mais, a vontade própria ou do cônjuge/companheiro e fazer parte do projeto de vida são os motivos mais comumente apontados como muito importantes para a intenção de ter mais filhos. Constatamos, também, que têm maior probabilidade de (ainda) não terem transitado para o segundo filho aqueles com desejos de fecundidade mais baixos, rendimentos inferiores, níveis de escolaridade mais elevados e que tiveram o primeiro filho mais tarde, mostrando o grande impacto do adiamento da entrada na parentalidade na transição para o segundo filho.

1. INTRODUÇÃO

Portugal é um dos países da Europa com um dos mais baixos níveis de fecundidade, contrastando com países como a França, Suécia, Roménia, Irlanda e Dinamarca, cujos atuais níveis de fecundidade se encontram mais próximos do limiar da substituição das gerações (2,1 filhos por mulher). Embora desde 2013 o Índice Sintético de Fecundidade (ISF⁵) no país tenha aumentado (1,21 em 2013 e 1,42 em 2019), este indicador ainda permanece baixo e próximo de um filho por mulher.

Dada a sua contribuição para o acentuado processo de envelhecimento demográfico (Bongaarts e Feeney, 1998; Lesthaeghe e Willems, 1999; Mendes, 2012; Bandeira, 2012), a problemática da baixa fecundidade permanece um foco de estudo em Portugal. No entanto, a redução dos níveis de fecundidade no país ocorre já desde o final da década de 70 do século passado, tendo sido fortemente influenciada por profundas alterações sociais e económicas ocorridas no quadro da teoria da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010 e 2020). Ao longo das décadas, o padrão de formação das famílias modificou-se, tendo as taxas de divórcio aumentado, bem como o número de casais a viver em coabitação e a ter primeiros filhos fora do casamento (Torres, 2001; Aboim e Wall, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Mendes et al., 2016; Lesthaeghe, 2020).

Assistimos ainda à difusão e adoção de métodos contraceptivos mais eficazes, cujo impacto na forma como os portugueses passaram a controlar a sua fecundidade é incontestável (Mendes, 1987 e 2012; Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002; Cunha, 2005 e 2012; Frejka, 2008; Mendes, 2012 e 2016). O prolongamento das trajetórias escolares, influenciado pelo aumento das aspirações das pessoas que procuram uma maior autonomia e autorrealização, implicou, e continua a implicar, um aumento da idade de entrada e estabilização no mercado de trabalho (Mendes, 1987; Van de Kaa, 2002; Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Sobotka,

⁵ ISF: Número médio de filhos tidos por mulher em idade fértil (15-49 anos completos) num determinado ano, admitindo que as taxas de fecundidade por idade observadas nesse ano se mantenham constantes.

2008; Lesthaeghe, 2010; Mills et al., 2011; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). Como consequência, os portugueses têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho e, conseqüentemente, o nascimento do segundo e terceiro filhos (Cunha, 2012, Oliveira, 2012; Cunha, 2016; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas, 2019; Lesthaeghe, 2020).

Reconhecendo que Portugal ainda permanece com um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e tendo em consideração que o adiamento seja da transição para a parentalidade, seja da transição para o segundo ou terceiro filho, pode comprometer os projetos de fecundidade das pessoas, analisamos, a partir do IFEC 2019, uma amostra de homens e mulheres que esperam ter uma fecundidade final (FFE) de dois ou mais filhos. Procuramos identificar os fatores que melhor diferenciam aqueles que já transitaram para o segundo ou terceiro filho dos que ainda permanecem com um único filho, mas que tencionam vir a aumentar as suas famílias.

Recorrendo a modelos de regressão logística, pretendemos compreender se a probabilidade de ainda não ter transitado para o segundo filho se prende mais com a idade ao nascimento do primeiro filho, com questões sociodemográficas e económicas ou se está mais relacionada com ideais e desejos de fecundidade ou com as perceções das pessoas face à parentalidade.

Para atingir os objetivos propostos, começamos por fazer uma revisão da literatura, seguindo-se uma descrição dos dados e metodologia. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados mais relevantes do estudo e expomos algumas considerações finais.

2. TRAJETÓRIAS DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

Desde a década de 60 do século passado, assistimos ao declínio da fecundidade na Europa, embora o seu início e velocidade tenham sido distintos nos diferentes países europeus. Em Portugal, a redução do número de filhos (*quantum*) e o adiamento do nascimento dos mesmos para idades cada vez mais tardias (*tempo*) foram determinados por um conjunto de transformações sociais e económicas com início no final da década de 70, que se enquadram nas transformações previstas na teoria da Segunda Transição Demográfica – STD (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010, 2014 e 2020). Em consonância com a STD, ao longo dos anos, assistimos a transformações no padrão de formação e composição das famílias, tendo as taxas de divórcio aumentado e o número de primeiros nascimentos adquirido maior expressão fora do casamento (Torres, 2001; Aboim e Wall,

OS PORTUGUESES
TÊM VINDO A ADIAR
O NASCIMENTO DO
PRIMEIRO FILHO E,
CONSEQUENTEMENTE,
O NASCIMENTO DO
SEGUNDO E TERCEIRO
FILHOS

2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Mendes et al., 2016; Freitas, 2019; Lesthaeghe, 2020). Paralelamente, a difusão e adoção de métodos contraceptivos mais eficazes teve, também, um grande impacto na redução e adiamento do nascimento dos filhos, uma vez que permitiu às pessoas ter um maior controlo sobre quando e quantos filhos ter (Mendes, 1987 e 2012; Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002; Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Cunha, 2005 e 2012; Oliveira, 2007; Frejka, 2008; Mendes, 2012 e 2016).

Além das transformações mencionadas, assistimos a uma maior participação feminina no mercado de trabalho, bem como no sistema formal de ensino (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010), tendo o acesso ao ensino superior se expandido, especialmente entre as mulheres (OCDE, 2017). O prolongamento das trajetórias escolares, em regra, implica um aumento na idade em que as pessoas deixam de residir com o agregado parental de origem, e na idade em que iniciam o seu primeiro emprego pago e experienciam a primeira coabitação (Guerreiro e Abrantes, 2007; McDonald, 2008; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Azevedo et al. 2016; Sobotka, 2016). Como consequência, as pessoas tendem a adiar o nascimento do primeiro filho até que terminem os estudos, encontrem um companheiro que considerem adequado e/ou se estabilizem no mercado de trabalho (Testa e Basten, 2014; Sobotka et al., 2017).

Sendo a estabilidade financeira e a existência de um emprego remunerado condições extremamente relevantes para a entrada na parentalidade (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Adsera, 2004 e 2011; Sobotka et al., 2017), incertezas económicas podem contribuir para o seu adiamento ou até comprometer a decisão de ter um filho adicional (Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Testa e Basten, 2014). Contrariamente, maiores rendimentos e melhores condições de emprego das mulheres, normalmente associadas a níveis de escolaridade mais elevados, podem favorecer a decisão de ter mais um filho. Apesar de, tradicionalmente, serem as mães com nível de escolaridade superior – que adiaram a entrada no mercado de trabalho devido ao tempo que precisaram para concluir os estudos – as que mais tendem a adiar o nascimento do primeiro filho e às quais ainda se associam níveis de fecundidade mais baixos (Van de Kaa, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Lutz, 2006; Mendes et al., 2006; McDonald, 2008; Frejka e Sobotka, 2008; Testa, 2012; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017; Mendes et al., 2016; Freitas, 2019), são também estas que, em idades mais tardias e, geralmente, com maiores capacidades de enfrentar os riscos das incertezas económicas, tendem a reduzir o tempo entre nascimentos de forma a compensar o adiamento inicial (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013; Maciel, 2015; Maciel et al., 2018).

Além disso, a redução dos níveis de fecundidade pode ser vista como uma interação – ou *trade-off* – entre quantidade e “qualidade” (termo habitualmente designado na literatura para se referir a um maior investimento no capital humano e social dos filhos). Segundo Becker (1960) e Becker e Lewis (1974), os projetos de fecundidade são determinados, não apenas pela satisfação pessoal dos pais, mas também pelo custo das crianças, sendo que a “qualidade” dos filhos está diretamente relacionada com o valor gasto com eles, seja na alimentação, saúde, habitação, lazer ou educação. Considerando que o aumento do número de filhos aumenta também o custo associado à “qualidade” de cada filho (Becker e Lewis, 1974; Oliveira, 2007), muitos pais ponderam a decisão de ter (mais) um filho. Assim, o desejo e a intenção de ter filhos podem ser ajustados ao longo da vida com o propósito de assegurar uma maior “qualidade” a cada filho (Becker, 1960; Becker, 1974; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Becker e Barro, 1986; Beck, 2002; Cunha, 2002; Bandeira, 2012; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas, 2019).

Apesar de serem determinantes próximos do comportamento reprodutivo (Ajzen, 1991; Miller, 1994; Testa et al., 2014; Freitas e Testa, 2017), desejos e intenções podem, efetivamente, ser ajustados ao longo da vida, e apesar de a maioria dos portugueses considerar que o número ideal de filhos de uma família é igual a dois e reportar o desejo de ter dois filhos (Cunha, 2002; Testa, 2006; Testa, 2012; Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Maciel et al., 2018; Freitas, 2019), nem todos conseguem atingir as suas aspirações, resultando em fecundidades mais próximas de um filho por mulher. Portanto, mesmo aqueles que projetam ter dois filhos podem terminar o período reprodutivo com apenas um filho se os pré-requisitos necessários para transitar para o segundo filho não forem satisfeitos (Freitas, 2019). Tais requisitos podem variar pelos diferentes subgrupos da população, por isso importa identificar o que determina a (ainda) não transição para o segundo filho. Neste sentido, tendo em conta que intenções são determinantes próximos do comportamento reprodutivo – teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1991) e teoria traços-desejos-intenções-comportamento (Miller, 1994) – e considerando os fatores que têm vindo a influenciar as decisões de fecundidade das pessoas, em particular os fatores associados a níveis de fecundidade mais baixos, pretendemos perceber o que determina as escolhas dos portugueses no que respeita à transição para o segundo filho.

3. DADOS E METODOLOGIA

A partir da base de dados do IFEC 2019, recorreremos a modelos de regressão logística com o objetivo de encontrar, entre as pessoas que pretendem ter pelo menos dois filhos, os fatores que diferenciam as que têm (ainda) apenas um filho daquelas que já transitarão para o segundo. Com esta seleção, analisamos uma amostra de 2 979 pessoas, das quais 442 tinham um filho à data do inquérito, mas pretendiam ter dois ou mais, e 2 537 tinham pelo menos dois filhos e pretendiam permanecer com dois ou até vir a ter mais filhos. Considerando o esquema de amostragem complexo definido para este inquérito, que permite obter uma amostra representativa da população residente (mulheres entre 18 e 49 anos e homens entre 18 e 54 anos), uma vez que para cada indivíduo foi fornecido um peso final (interpretado como o número de pessoas no país que são representadas pelo indivíduo observado), estima-se que 265,8 mil portugueses não tinham (ainda) transitado para o segundo filho e que 1 281,3 mil já tinham pelo menos dois filhos.

Um modelo de regressão logística permite identificar os fatores que diferenciam dois grupos de pessoas, neste caso: tem apenas um filho, mas pretende ter dois ou mais *vs.* tem pelo menos dois filhos. Estes modelos podem ser escritos através da expressão: $\pi(X) = E(Y|X) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}}$ onde $\pi(X) = E(Y|X)$ representa a média da variável resposta Y condicionada aos valores das p variáveis explicativas (fatores), tal que $X = (X_1, X_2, \dots, X_n)$.

Para ajustar os modelos de regressão, considerámos algumas variáveis apontadas na literatura como condicionantes ou potenciadoras da fecundidade, estando a distribuição das mesmas descritas no Quadro 1 (Anexo). Os valores apresentados no Quadro 1, percentagens e médias, e o modelo de regressão logística final (Quadro 2, Anexo) foram obtidos a partir da amostra, mas considerando os pesos individuais fornecidos pelo INE.

Aquando do ajuste dos modelos, seguimos a estratégia definida por Hosmer e Lemeshow (2013): 1) para o modelo inicial considerámos todas as variáveis significativas do Quadro 1 (variáveis com valor p do teste de Wald inferior a 0,05); 2) a partir desse modelo, retirámos, sucessivamente e por ordem decrescente dos valores p do teste de Wald, todas as variáveis que perderam significância (valor $p > 0,05$) na presença das variáveis inicialmente selecionadas; 3) verificámos se as variáveis do Quadro 1 que não foram incluídas no modelo inicial se tornaram significativas na presença das restantes; 4) para as variáveis significativas do modelo final (Quadro 2), agrupámos as categorias cujos coeficientes estimados pelo modelo não diferiram significativamente entre si;

e 5) avaliámos a adequabilidade e capacidade discriminativa do modelo final pelo teste de bondade de ajustamento de Hosmer e Lemeshow e pelo valor da Area Under the Curve (AUC) da curva Receiver Operating Characteristic (ROC). Ao longo da análise estatística, recorreremos aos softwares R Project (R Core Team, 2013) e SPSS (versão 25).

4. ANÁLISE DESCRITIVA

A partir do IFEC 2019, estima-se que a maioria (60,2%) dos residentes em Portugal (mulheres entre 18 e 49 anos e homens entre 18 e 54 anos) esperavam terminar o ciclo reprodutivo com pelo menos dois filhos, sendo que, entre estes, 42,7% não tinha filhos à data do inquérito; 9,8% tinha um filho e 47,5% já tinha transitado para o segundo ou terceiro filho. Sendo a transição para o segundo filho o nosso foco de estudo, analisamos e comparamos algumas variáveis sociodemográficas das pessoas que já tinham transitado para o segundo filho com aquelas que tinham um filho e esperavam ter dois ou mais.

Aqueles que tinham dois ou mais filhos eram, em média, quase 8 anos mais velhos do que aqueles que tinham apenas um filho: 43,2 anos e 35,5 anos, respetivamente (Figura 1). Contrariamente, as idades ao primeiro emprego pago, à primeira coabitação, à cessação de coabitação com o agregado parental de origem e a idade ao nascimento do primeiro filho foram mais elevadas entre aqueles que (ainda) não tinham transitado para o segundo filho.

O massivo adiamento da fecundidade para idades mais tardias tem tido um forte impacto nos atuais níveis da fecundidade (Bongaarts, 1998; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Balbo et al., 2012), bem como na fecundidade final realizada das pessoas (Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Maciel et al., 2018; Freitas, 2019). Como seria de esperar, observa-se que as pessoas que (ainda) permaneciam com um só filho entraram mais tardiamente na parentalidade relativamente àquelas que já tinham conseguido transitar para o segundo filho, sendo esta diferença a mais elevada (quase 4 anos) entre as idades de transição para a vida adulta.

Conforme aponta Livi-Bacci (2001), estamos perante uma “síndrome do adiamento”, já que o nascimento dos filhos tem sido precedido por diversas outras etapas, como encontrar um companheiro, conseguir um trabalho remunerado e cessar a coabitação com o agregado parental de origem. Faz, então, todo o sentido que as pessoas que ainda não tivessem conseguido transitar para o segundo filho fossem exatamente aquelas que entraram mais tardiamente no mercado de trabalho e na conjugalidade e que, também, deixaram de coabitar com o agregado parental de origem mais tardiamente.

O MASSIVO ADIAMENTO DA FECUNDIDADE PARA IDADES MAIS TARDIAS TEM TIDO UM FORTE IMPACTO NOS ATUAIS NÍVEIS DA FECUNDIDADE, BEM COMO NA FECUNDIDADE FINAL REALIZADA DAS PESSOAS

A idade desejada para ter tido o primeiro filho é, também, superior entre as pessoas que (ainda) não haviam transitado para o segundo filho do que entre as que tinham dois ou mais, em média, 27,0 anos e 25,1 anos, respetivamente. Salientamos que aqueles que com dois ou mais filhos, em média, tiveram o primeiro filho mais perto da idade desejada, sendo o diferencial entre a idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média desejada para ter tido esse filho inferior entre aqueles que já haviam transitado para o segundo filho (0,9 anos) do que entre os que (ainda) não (2,6 anos).

Figura 1. Idade média das mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo a transição para o segundo filho, Portugal, 2019

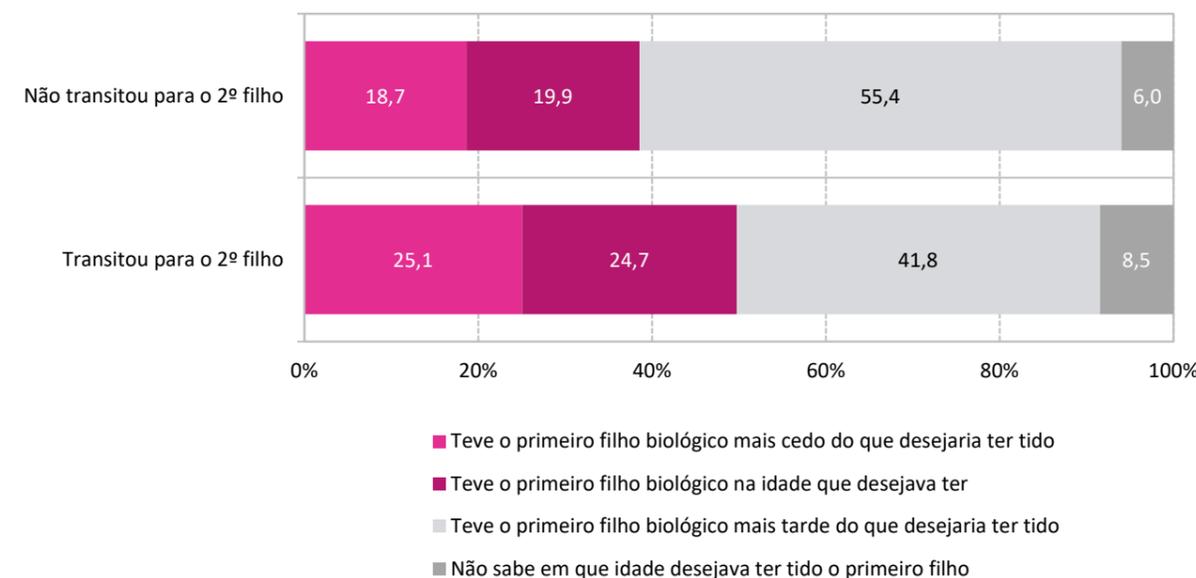


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

QUANTO MAIS TARDIA FOR A IDADE AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, MENOR SERÁ O INTERVALO DE TEMPO QUE AS PESSOAS TERÃO PARA ALCANÇAR OS SEUS PROJETOS PARENTAIS

Observa-se na Figura 2 que a proporção de mulheres e homens que tiveram o primeiro filho mais cedo ou na idade desejada é superior entre aqueles que já tinham conseguido realizar o nascimento do segundo filho (49,8%) do que entre aqueles que ainda não haviam conseguido (38,6%). Já a proporção dos que o fizeram mais tardiamente do que haviam desejado é mais elevada (55,4%) entre aqueles que possuíam ainda um só filho. Cabe ressaltar que quanto mais tardia for a idade ao nascimento do primeiro filho, menor será o intervalo de tempo que as pessoas terão para alcançar os seus projetos parentais (Sobotka, 2009; Maciel, 2015).

Figura 2. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo a transição para o segundo filho e a idade em que teve o primeiro filho relativamente à idade desejada, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Ainda que as incertezas económicas e as circunstâncias materiais tendam a afetar significativamente os projetos de fecundidade das pessoas (Kohler et al., 2006), como salienta Miller (1994 e 2011), os comportamentos reprodutivos derivam de traços motivacionais que se expressam em desejos e originam intenções, que poderão conduzir a comportamentos que levarão a uma (nova) gravidez. Neste âmbito, importa salientar que a vontade de ter um outro filho foi um dos motivos considerados mais relevantes para se pretender aumentar a família. Tanto para os que tinham apenas um filho (Figura 3) como para os que já haviam transitado para o segundo (Figura 4), a vontade do próprio ou do cônjuge/companheiro, a existência ou perfil do cônjuge/companheiro ou fazer parte do projeto de vida foram os motivos mais comumente apontados como muito importantes para a decisão de ter mais filhos. Entre aqueles com dois ou mais filhos acrescem os motivos financeiros, sendo que a maioria das pessoas os apontou como muito importantes para a decisão de ter mais filhos. Por outro lado, tanto para os que já haviam transitado para o segundo filho como para os que ainda não o tinham feito, um dos fatores menos relevantes para a decisão de aumentar a família relacionou-se com o fortalecimento da relação do casal, o que por seu turno demonstra uma ruptura com os valores tradicionais que há algumas décadas atrás norteavam a vida familiar.

AS INCERTEZAS ECONÓMICAS E AS CIRCUNSTÂNCIAS MATERIAIS TENDEM A AFETAR SIGNIFICATIVAMENTE OS PROJETOS DE FECUNDIDADE DAS PESSOAS

Figura 3. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que têm um filho e pretendem ter pelo menos dois filhos, segundo os motivos para transitar para o segundo filho, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Figura 4. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que têm pelo menos dois filhos e pretendem ter mais filhos, segundo os motivos para ter mais filhos, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

5. FATORES COM IMPACTO NA TRANSIÇÃO PARA O SEGUNDO FILHO

Para encontrar os determinantes da (ainda) não transição para o segundo filho, recorremos a um modelo de regressão logística, considerando a variável resposta: 0 – tem dois ou mais filhos (82,8%); 1 – tem um filho e espera ter dois ou mais (17,2%). Para o modelo multivariado ajustado (Quadro 2), concluímos que a idade ao nascimento do primeiro filho, a fecundidade desejada ao longo da vida, a situação conjugal, o nível de escolaridade, a dimensão da

área de residência, o rendimento⁶, a naturalidade e, também, a opinião sobre ser preferível ter apenas um filho proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições (“qualidade”), são fatores determinantes para explicar a (ainda) não transição para o segundo filho. Na presença dos fatores mencionados, as restantes variáveis do Quadro 1 perderam a sua significância estatística para explicar o fenómeno em estudo.

A idade ao nascimento do primeiro filho é uma das variáveis mais importantes para explicar a fecundidade final, já que esta pode comprometer a recuperação dos nascimentos adiados nas idades mais tardias, especialmente entre as mulheres, cujo período reprodutivo é mais restrito que o dos homens. Idades mais tardias implicam um menor intervalo de tempo para concretizar os planos reprodutivos e maiores limitações de ordem biológica, podendo até culminar numa infertilidade involuntária (Morgan, 1991; Lutz, 2006; Sobotka, 2009; Machado, 2012; Maciel, 2015; Maciel et al., 2018). Desta forma, podemos indicar que uma mais elevada idade de entrada na parentalidade aumenta as possibilidades de as pessoas não terem transitado para um segundo nascimento (Figura 5), o que por seu turno pode comprometer a sua fecundidade final esperada.

Em linha com o esperado, quanto menor for a fecundidade desejada, menor é a possibilidade de se ter transitado para o segundo filho. Aqueles mais prováveis de terem ultrapassado as descendências de filho único são exatamente os que desejam ter mais de dois filhos. Este resultado é comum a diversos estudos que indicam que desejos reduzidos potenciam, tanto uma menor fecundidade realizada, como uma menor fecundidade final esperada (Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Maciel et al., 2018; Freitas, 2019), além de serem, também, determinantes para explicar a intenção de ter apenas um filho ao longo da vida (Freitas, 2019).

Ter um parceiro(a) adequado(a) - ainda que na forma de coabitação - e viver numa relação conjugal estável tem sido um fator primordial na realização dos planos reprodutivos (Kohler et al., 2006; Balbo et al., 2012). A nossa análise mostra que as pessoas casadas são as mais prováveis de terem avançado para o segundo ou terceiro filho relativamente às que não têm cônjuge ou companheiro e também relativamente àquelas que têm companheiro. Desta forma, as pessoas que não vivam em união conjugal são mais suscetíveis de (ainda) não terem transitado para o segundo filho. É de salientar que apesar de, em Portugal, o número de nascimentos ocorridos fora do casamento continuar a ser a tendência mais comum, este é um resultado potenciado pelos nascimentos de primeiros filhos e não tanto pelo nascimento de segundos filhos, uma vez que a maioria dos nascimentos de segunda ordem ocorre dentro do casamento (53,5%, INE, nados-vivos). Segundo os

A IDADE AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO É UMA DAS VARIÁVEIS MAIS IMPORTANTES PARA EXPLICAR A FECUNDIDADE FINAL, JÁ QUE ESTA PODE COMPROMETER A RECUPERAÇÃO DOS NASCIMENTOS ADIADOS

⁶ Escalão do valor aproximado do rendimento mensal líquido do agregado familiar.

O AUMENTO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, DIRETAMENTE LIGADO AO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO, TEM INFLUENCIADO O TEMPO E O QUANTUM DA FECUNDIDADE, POIS, REGRA GERAL, IMPLICAM UM MAIOR ADIAMENTO NA ENTRADA DA PARENTALIDADE

dados do INE (INE, nados-vivos), em 2019, 64,2% dos nascimentos de primeiros filhos deram-se fora do casamento, enquanto apenas 46,5% dos nascimentos de segundos filhos ocorreram nessa situação. Já os nascimentos de terceiros e quartos filhos voltam a ganhar maior expressão fora do casamento, 51,7% e 61,9%, respetivamente, sendo este um resultado de novas conjugalidades e de famílias recompostas.

O aumento dos níveis de escolaridade, diretamente ligado ao acesso ao mercado de trabalho, tem influenciado tanto o *tempo* (idade média ao nascimento dos filhos) e o *quantum* (número de filhos) da fecundidade (Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas, 2019), pois, regra geral, implicam um maior adiamento na entrada da parentalidade (Van de Kaa, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Mendes et al., 2006; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017; Maciel et al., 2018; Freitas, 2019). A nossa análise confirma que as pessoas mais prováveis de (ainda) não terem transitado para o segundo filho são exatamente aquelas com ensino superior, seguidas por aquelas com ensino secundário, sendo que as pessoas com o ensino básico são mais prováveis terem avançado para o segundo ou terceiro filho. Contudo, se maiores níveis de educação proporcionam uma melhor alocação no mercado de trabalho e mais possibilidades de auferir melhores rendimentos, então estas pessoas teriam melhores condições de reduzir o espaçamento entre o nascimento dos filhos e conseguir transitar com menos restrições financeiras para nascimentos adicionais, como aponta Maciel (2015). Assim, apesar do evidente adiamento daquelas pessoas com níveis de escolaridade mais elevados, são elas que, ao longo da vida, esperam e desejam ter mais filhos (Maciel et al., 2018; Freitas, 2019), sendo que em idades mais tardias têm uma maior probabilidade de vir a recuperar os nascimentos uma vez adiados (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013).

No que respeita à concentração do número de pessoas numa determinada área, aquelas que residem em áreas predominantemente rurais (APR) demonstraram uma maior habilidade em avançar para o nascimento do segundo ou terceiro filho relativamente àqueles que residem em áreas predominantemente urbanas (APU) ou medianamente urbanas (AMU). É de salientar que a proporção das pessoas em análise que possuem nível de escolaridade supe-

rior é mais baixa entre os residentes em APR (19,0%) do que entre as que residem em APU (32,2%) ou AMU (23,1%), podendo ser esta a principal razão pela qual esta variável é determinante para diferenciar aquelas pessoas que (ainda) não transitaram para o segundo filho das que já o fizeram, uma vez que, como referido anteriormente, níveis de escolaridade mais elevados parecem potenciar a (ainda) não transição para o segundo filho.

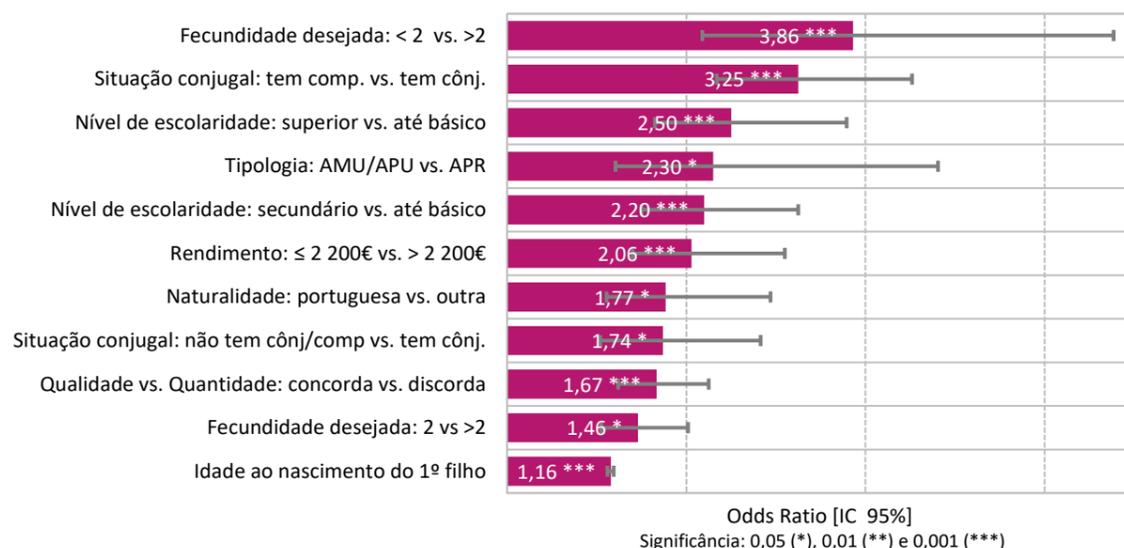
A naturalidade das pessoas é também um fator determinante para explicar a não transição para o segundo filho, sendo que aquelas com naturalidade portuguesa são mais suscetíveis de (ainda) não terem tido o segundo filho. São, então, aquelas de naturalidade não portuguesa que apresentam mais possibilidades de já terem transitado para o segundo ou terceiro filho.

O rendimento, por ser uma componente da segurança financeira, constitui um aspeto fundamental na decisão de se ter um (outro) filho já que influencia a sensação de capacidade de assegurar a criação dos mesmos (Kohler et al., 2006; Basten et al., 2013). Quando as pessoas julgam que não estão reunidas todas as condições e os recursos necessários, elas podem adiar o nascimento dos filhos ou mesmo renunciar parcialmente o número de filhos que desejaram ter ao longo da vida (Becker e Barro, 1986). É neste sentido que também aponta a nossa análise, uma vez que as pessoas com menores rendimentos são as mais prováveis de não terem concretizado o nascimento do segundo filho.

Um maior investimento no capital humano e social dos filhos ("qualidade"), tal como propõem Becker e colegas (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976), é um determinante crucial no que respeita, tanto ao número de filhos desejados e esperados ao longo da vida, quanto à fecundidade realizada, pois pode conduzir a uma "revisão" do número de filhos uma vez desejados como forma de proporcionar a estes menos restrições e maiores recursos. A partir do anterior inquérito à fecundidade, realizado em 2013, a probabilidade de esperar ter menos filhos ao longo da vida, bem como a probabilidade de desejar e esperar descendências de filho único, é superior para aquelas pessoas que concordam ser preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, a ter mais filhos (Maciel, 2015; Freitas et al., 2018; Maciel et al., 2018; Freitas, 2019). Também, a partir dos dados de 2019, concluímos que as pessoas que preconizam uma maior "qualidade" para os filhos têm possibilidades acrescidas de (ainda) não terem transitado para o segundo filho.

A PARTIR DOS DADOS DE 2019, CONCLUÍMOS QUE AS PESSOAS QUE PRECONIZAM UMA MAIOR "QUALIDADE" PARA OS FILHOS TÊM POSSIBILIDADES ACRESCIDAS DE (AINDA) NÃO TEREM TRANSITADO PARA O SEGUNDO FILHO

Figura 5. Odds Ratio (OR), intervalos de confiança (IC) a 95% e respetivos valores p do teste de significância das variáveis explicativas do modelo de regressão logística para mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos) que esperam ter pelo menos dois filhos mas têm um filho (não transitaram) vs. esperam ter pelo menos dois filhos e têm dois ou mais (transitaram).



Notas:

"Tipologia" - tipologia da área de residência: áreas predominantemente rurais (APR), áreas medianamente urbanas (AMU) e áreas predominantemente urbanas (APU). "Rendimento" - escalão do valor aproximado do rendimento mensal líquido do agregado familiar. "Quantidade vs. Qualidade" - opinião sobre se é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.

O OR das variáveis categóricas é interpretado como a razão de possibilidades de ocorrer o evento - não ter (ainda) transitado para o segundo filho - de um grupo de pessoas em relação a outro. Por exemplo, o OR da fecundidade desejada: < 2 vs. > 2, pode ser interpretado da seguinte forma: as pessoas que desejaram ter menos de dois filhos ao longo da vida têm 3,86 (IC_{95%}=]2,18 ; 6,77]) mais possibilidades de não terem (ainda) transitado para o segundo filho do que aquelas que desejaram ter três ou mais filhos.

O OR das variáveis contínuas é interpretado como o aumento (se o coeficiente do modelo for positivo) ou o decréscimo (se o coeficiente for negativo) das possibilidades de ocorrer o evento por cada unidade de aumento da variável contínua. Por exemplo, o OR da idade ao nascimento do primeiro filho pode ser interpretado da seguinte forma: por cada ano a mais na idade ao nascimento do primeiro filho, as possibilidades de não ter (ainda) transitado para o segundo filho aumentam cerca de 16% (OR=1,16; IC_{95%}=]1,12 ; 1,19]).

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

EM 2019, O INQUÉRITO À FECUNDIDADE VEIO DEMONSTRAR QUE, APESAR DE A MAIORIA DOS PORTUGUESES ESPERAR TER DOIS OU MAIS FILHOS, GRANDE PARTE AINDA NÃO TINHA ALCANÇADO A SUA FECUNDIDADE FINAL ESPERADA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade portuguesa sofreu transformações sociais consideráveis, tendo os indicadores demográficos de fecundidade se alterado ao longo das últimas décadas. Atualmente, os portugueses não só têm, em média, menos filhos do que tinham em meados da década de 70 do século XX, mas também tendem a adiar o seu nascimento para idades cada vez mais tardias. Essas tendências de fecundidade – redução do *quantum* e adiamento do *tempo* – tornaram os portugueses mais susceptíveis a renunciarem à sua fecundidade final esperada e desejada ao longo da vida. Efetivamente, em 2019, o Inquérito à Fecundidade veio demonstrar que, apesar de a maioria dos portugueses esperar ter dois ou mais filhos, grande parte ainda não tinha alcançado a sua fecundidade final esperada.

Os motivos mencionados como muito importantes para a decisão de ter mais filhos não distinguem de forma clara as pessoas que (ainda) não alcançaram a fecundidade de dois filhos daquelas que já a alcançaram, uma vez que os motivos mais apontados como muito importantes para a decisão de ter mais filhos são os mesmos para os dois grupos de pessoas: a vontade do próprio ou do cônjuge/companheiro, a existência ou perfil do cônjuge/companheiro ou fazer parte do projeto de vida. Não obstante, estes resultados vão ao encontro da teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1991) e da teoria traços-desejos-intenções-comportamento (Miller, 1994), evidenciando que os comportamentos reprodutivos dos portugueses são um reflexo de motivações e desejos individuais e do parceiro, que poderão originar intenções de ter mais filhos e, eventualmente, conduzir a uma nova gravidez.

Diante de um cenário em que as pessoas têm amplo acesso a métodos contraceptivos eficazes e uma maior capacidade de controlar as suas circunstâncias, é indelével que só venham a ter filhos se e quando efetivamente os quiserem. Contudo, se a vontade constitui o primeiro passo para ter filhos, as circunstâncias que poderão levá-los a concretizar a sua vontade dependem de diversos outros fatores, como por exemplo, aqueles ligados à segurança financeira, social, psicológica e de saúde, sendo essas as áreas onde as políticas públicas podem (e devem) atuar.

Embora os motivos para a decisão de ter mais filhos não pareçam distinguir-se entre os dois grupos (filhos únicos vs. dois ou mais), os resultados mostram que a probabilidade de não ter transitado para o segundo filho está intimamente ligada ao adiamento da idade de entrada na parentalidade. Como seria de esperar, a idade ao nascimento do primeiro filho permanece como um dos mais importantes preditores da fecundidade, sendo os que adiarão o nascimento do primeiro filho mais vulneráveis ao intervalo de tempo ainda disponível para a chegada do segundo filho.

Além do adiamento da entrada na parentalidade, os resultados indicam que a probabilidade de (ainda) não ter transitado para o segundo filho prende-se com desejos de fecundidade mais baixos e com a inexistência de uma união conjugal. Também, contextos sociais e económicos são diferenciadores significativos destes dois grupos de pessoas, pois níveis de escolaridade mais elevados e rendimentos mais baixos potenciam a (ainda) não transição para o segundo filho. Se por um lado, maiores níveis de escolaridade implicam uma entrada mais tardia no mercado de trabalho e, conseqüentemente, potenciam o adiamento da chegada do primeiro filho, por outro, níveis de escolaridade elevados proporcionam uma melhor alocação no mercado de trabalho e mais

ALÉM DO ADIAMENTO DA ENTRADA NA PARENTALIDADE, OS RESULTADOS INDICAM QUE A PROBABILIDADE DE (AINDA) NÃO TER TRANSITADO PARA O SEGUNDO FILHO PRENDE-SE COM DESEJOS DE FECUNDIDADE MAIS BAIXOS, COM A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIÃO CONJUGAL, COM NÍVEIS DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADOS E RENDIMENTOS MAIS BAIXOS

possibilidades de auferir maiores rendimentos. Assim é expectável que, em idades mais tardias, e na eventualidade de virem a auferir maiores rendimentos, aqueles com níveis de escolaridade mais elevados tenham uma maior probabilidade de vir a recuperar os nascimentos uma vez adiados.

Aos fatores sociais e económicos, acresce a possibilidade de os portugueses poderem vir a limitar o número de filhos como forma de proporcionar a estes menos restrições e mais oportunidades, como fator determinante para não ter (ainda) transitado para o segundo filho. Portanto, numa situação de maior constrangimento e incerteza económica, os portugueses poderão não conseguir planejar projetos de futuro com um maior nível de segurança e, conseqüentemente, não ter o segundo filho que um dia tencionaram ter. Importa mencionar que, em algumas situações, a atual pandemia (COVID-19) constitui mais uma agravante nesse cenário de incertezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, Sofia; Wall, Karin - Género, família e mudança em Portugal. *Análise Social*. XXXVII:163 (2002) 475-506.

AdserA, Alicia - Changing fertility rates in developed countries. The impact of labor market institutions. *Journal of Population Economics*. 17:1 (2004) 17-43.

AdserA, Alicia - Vanishing children: from high unemployment to low fertility in developed countries. *American Economic Review*. 95:2 (2005) 189-193.

AdserA, Alicia - Where are the babies? Labour market conditions and fertility in Europe. *European Journal of Population*. 27:1 (2011) 1-32.

Ajzen, Icek - The theory of planned behaviour. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*. 50:2 (1991) 179-211.

Almeida, Ana; Guerreiro, Maria das Dores; Lobo, Cristina; Torres, Anália; Wall, Karin - Relações familiares: mudanças e diversidade. In *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora, 1998. p. 45-79.

Almeida, Ana; André, Isabel; Lalanda, Piedade - Novos padrões e outros cenários para fecundidade em Portugal. *Análise Social*. XXXVII:163 (2002) 371-409.

Azevedo, Alda; López-Colás, Julián; Módenes, Juan - Household and housing decisions of southern European young adults. *Fecundidade, Família e Conjugalidades*. In *Livro de atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Demografia, 2016. ISBN: 978-989-97935-3-8. p. 50-65.

Balbo, Nicoletta; Billari, Francesco; Mills, Melinda - Fertility in advanced societies: a review of research. *European Journal of Population*. 29:1 (2012) 1-38.

Bandeira, Mário Leston - O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012. p. 153-157.

Basten, Stuart; Sobotka, Tomás; Zeman, Krystof - Future fertility in low fertility countries. *Vienna Institute of Demography Working Papers*. WP 5/2013 (2013).

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth - *Individualization*. London: SAGE Publications, 2002.

Becker, Gary - An Economic Analysis of Fertility. *Demographic and Economic Change in Developed Countries*. National Bureau of Economic Research. ISBN: 087014-302-6. (1960) 209-240.

Becker, Gary S.; Lewis, H. Gregg - Interaction between Quantity and Quality of Children. *Economics of the Family: Marriage, Children, and Human Capital*. National Bureau of Economic Research. ISBN: 0-226-74085-4. (1974) 81-90.

Becker, Gary S.; Tomes, Nigel - Child Endowments and the Quantity and Quality of Children. *The Journal of Political Economy*. 84:4, Part 2: Essays in Labor Economics in Honor of H. Gregg Lewis, (1976) S143-S162.

Becker, Gary S.; Barro, Robert J. - Altruism and the Economic Theory of Fertility. *Population and Development Review*. 12, Supplement: Below-Replacement Fertility in Industrial Societies: Causes, Consequences, Policies, (1986) 69-76.

Billari, Francesco; Kohler, Hans-Peter - Patterns of lowest-low fertility in Europe. MPIDIR working paper. Rostock, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research. WP-2002-040 (2002) 1-31.

Bongaarts, John; Feeney, Griffith - On the quantum and Tempo of Fertility. *Population and Development Review*. 24:2 (1998) 271-91.

Bongaarts, John - Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences. Population Council Policy Research Division. Working Paper 177 (2003).

Cunha, Vanessa - O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível? In *Atas do Colóquio Internacional "Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas"*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2002. p. 203-215.

Cunha, Vanessa - A Fecundidade das Famílias. In *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 395-464.

Cunha, Vanessa - Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade. In *Atas VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia, 2012. p. 1-11.

Cunha, Vanessa - O adiamento do segundo filho. As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. *Imprensa de Ciências Sociais*. 3:1 (2016) 125-142.

Fagan, Patrick; Patterson, Elise; Vanderplas, Samuel - Factors in Fertility Decline. Why Fertility is Falling, and How to Raise It. Family Research Council. Working Paper 202.393.2100 (2011).

Freitas, Rita; Testa, Maria Rita - Fertility Desires, Intentions and

Behaviour: A Comparative Analysis of Their Consistency. Vienna Institute of Demography Working Papers. WP 4/2017 (2017).

Freitas, Rita; Mendes, Maria Filomena; Maciel, Andreia; Tomé, Lídia Patrícia; Ribeiro, Filipe - Trade-off entre Quantidade e Qualidade nos comportamentos de fecundidade. *Population News, Trends and Attitudes*. 5 (2018) 1-2. ISSN 21841330

Freitas, Rita - Que caminhos para o futuro da fecundidade em Portugal? O filho único como modelo de descendência final. Évora: Universidade de Évora, 2019. Tese de doutoramento.

Frejka, Tomas - Birth regulation in Europe. Completing the contraceptive revolution. *Demographic Research*. 19:1 (2008) 73-84.

Frejka, Tomas; Sobotka, Tomás - Fertility in Europe: diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*. 19:1 (2008) 15-46.

Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro - Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2007. ISBN: 978-972-8399-16-0.

Hosmer, D.; Lemeshow, S - Applied Logistic Regression. 3rd ed. New York: John Wiley & Sons, 2013.

Instituto Nacional de Estatística; Fundação Francisco Manuel dos Santos - Inquérito à Fecundidade: 2013. Lisboa: INE, 2014. Disponível em [www:<url:https://www.ine.pt/xurl/pub/218611955>](https://www.ine.pt/xurl/pub/218611955). ISBN 978-989-25-0270-0

Kohler, Hans-Peter; Billari, Francesco; Ortega, José António - Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options. In *The Baby Bust: Who Will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* (F. R. Harris, Ed.). Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2006. 48-109.

Lesthaeghe, Ron; Willems, Paul - Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union? *Population and Development Review*. 25:2 (1999) 211-228.

Lesthaeghe, Ron - The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*. 36:2 (2010) 211-251.

Lesthaeghe, Ron - The second demographic transition, 1986-2020: sub-replacement fertility and rising cohabitation – a global update. *Genus*. 76:10 (2020). Disponível em [www:<https://doi.org/10.1186/s41118-020-00077-4>](https://doi.org/10.1186/s41118-020-00077-4).

Livi-Bacci, Massimo - Too few children and too much family. *Daedalus*. 130:3 (2001) 139-156.

Lutz, Wolfgang - The future of human reproduction: will birth rates recover or continue to fall? *Ageing Horizons*. 7:1 (2006) 15-21.

Machado, Maria do Céu - Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012. p. 145-151.

Maciel, Andreia - Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. Évora: Universidade de Évora, 2015. Tese de doutoramento.

Maciel, Andreia; Mendes, Maria Filomena; Freitas, Rita - A fecundidade (quase) final das mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968 – uma análise por coorte. *Análise Social*. LIII(3ªed):228 (2018) 624-651.

McDonald, Peter - Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. *The Japanese Journal of Population*. 6:1 (2008) 19-23.

Mendes, Maria Filomena - Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança. *Análise Social*. XXIII:96 (1987) 311-332.

Mendes, Maria Filomena; Rego, Conceição; Caleiro, António - Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade? ECN - Working Papers. Universidade de Évora, Departamento de Economia. WP 2006/10 (2006) 4-26.

Mendes, Maria Filomena - Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012. p. 91-110.

Mendes, Maria Filomena - A Natalidade e a Fecundidade em Portugal. In *A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal, uma questão social, económica e política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. ISBN 978-972-671-377-7. p. 81-110.

Mendes, Maria Filomena; Infante, Paulo; Afonso, Anabela; Maciel, Andreia; Ribeiro, Filipe; Tomé, Lídia Patrícia; Freitas, Rita - Introdução ao estudo, Determinantes da fecundidade em Portugal. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10174/20524>](http://hdl.handle.net/10174/20524).

Miller, Warren - Childbearing motivations, desires, and intentions: A theoretical framework. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*. 120:2 (1994) 223-258.

Miller, Warren - Differences between fertility desires and intentions: implications for theory, research and policy. *Vienna Yearbook of Population Research*. 9:1 (2011) 75-98.

Mills, Melinda; Rindfuss, Ronald; McDonald, Peter; Velde, Egbert - Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*. 17:6 (2011) 848-860.

Morgan, S. Philip - Late nineteenth and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*. 97:3 (1991) 779-807.

OECD - Education attainment statistics. OECD online library, 2017. [Consult. 13 Dez. 2017]. DOI: 10.1787/025421e5-en.

Oliveira, Isabel Tiago - Fecundidade e Educação. In *Revista de Estudos Demográficos*, n. 40. Lisboa, INE, 2007. p. 5-19.

Oliveira, Isabel Tiago - A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012. p. 111-128.

Sobotka, Tomás - Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*. 19:1 (2008) 171-224.

Sobotka, Tomás - Sub-Replacement Fertility Intentions in Austria. *European Journal of Population*. 25:4 (2009) 387-412.

Sobotka, Tomás - Pathway to low fertility: European perspectives. Expert Paper 2013/8. New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2013.

Sobotka, Tomás - Understanding low fertility: Portugal in a European context. In *A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal, uma questão social, económica e política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. ISBN 978-972-671-377-7. p. 49-71.

Sobotka, Tomás; Beaujouan, Éva - Two are best? The persistence of two-child family ideals and preference in Europe. *Vienna Institute of Demography Working Papers*. WP 3/2014 (2014) 1-39.

Sobotka, Tomás; Beaujouan, Éva; Bavel, Jan Van - Introduction: education and fertility in low-fertility settings. *Vienna Yearbook of Population Research* 2017. 15:1 (2017) 1-16.

Surkyn, Johan; Lesthaeghe, Ron - Value orientations and the Second Demographic Transition (STD) in Northern, Western and Southern Europe: an update. *Demographic Research Special Collection*. 3:3 (2004) 45-86.

Testa, Maria Rita - Childbearing Preferences and Family Issues in Europe. *Special Eurobarometer 253/Wave 65.1 – TNS Opinion and Social*. Eurobarometer, 2006.

Testa, Maria Rita - Women's fertility intentions and level of education: why are they positively correlated in Europe? *European Demographic Research*. 3 (2012) 1-48.

Testa, Maria Rita; Basten, Stuart - Certainty of meeting fertility intentions declines in Europe during the 'Great Recession'. *Demographic Research*. 31:23 (2014) 687734.

Testa, Maria Rita; Cavalli, Laura; Rosina, Alessandro - The Effect of Couple Disagreement about Child-Timing Intentions: A Parity-Specific Approach. *Population and Development Review*. 40:1 (2014) 31-53.

Tomé, Lídia Patrícia - Parenthood transition: from individualization to family formation. Évora: Universidade de Évora, 2015. Tese de doutoramento.

Torres, Anália - Casamento e género: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso Português. *Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares*. 3:2 (2001) 53-70.

Van de Kaa, Dirk Jan - The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries. Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security. Tokyo, Japan, 29 January 2002.

ANEXO

Quadro 1. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que pretendem ter pelo menos dois filhos, segundo a fecundidade realizada e as variáveis consideradas na análise de regressão logística, Portugal, 2019 (continua)

	Unidade: 10 ³	Fecundidade final esperada ≥ 2		Valor p
		Fecundidade realizada = 1	Fecundidade realizada ≥ 2	
Total	Unidade: %	265,8	1 281,3	
Sexo				
Homens		45,9	46,1	
Mulheres		54,1	53,9	0,941
Naturalidade do próprio				
Portuguesa		90,7	86,0	
Outra		9,3	14,0	0,030
Background migratório				
Sim		14,2	16,5	
Não		85,8	83,4	0,333
NUTS II				
Norte		36,1	34,8	
Algarve		5,3	3,8	
Centro		17,6	22,8	
Área Metropolitana de Lisboa		31,1	26,8	0,305
Alentejo		5,3	5,9	
Região Autónoma dos Açores		2,2	3,1	
Região Autónoma da Madeira		2,4	2,8	
Tipologia da área de residência				
Áreas predominantemente rurais (APR)		3,9	9,2	
Áreas medianamente urbanas (AMU)		16,0	17,7	0,002
Áreas predominantemente urbanas (APU)		80,1	73,1	
Condição perante o trabalho do próprio				
Empregado		91,6	88,1	
Desempregado		6,9	7,2	0,016
Outra situação perante o trabalho		1,5	4,8	
Escalão do valor aproximado do rendimento mensal líquido do agregado familiar				
Até 900 euros		12,2	13,4	
901 a 1 300 euros		18,4	21,7	
1 301 a 1 800 euros		30,9	26,7	0,362
1 801 a 2 200 euros		19,7	15,9	
2 201 euros ou mais		18,9	22,3	
Situação conjugal do próprio				
Sem cônjuge ou companheiro		11,8	10,1	
Com cônjuge		48,5	71,8	< 0,001
Com companheiro		39,7	18,0	
Nível de escolaridade do próprio				
Até ao básico		22,1	46,3	
Secundário		33,9	28,0	< 0,001
Superior		44,0	25,7	
Qualificações do pai e da mãe				
Mãe e pai com escolaridade até ao básico completo		69,9	78,4	
Pelo menos um tem secundário e o outro tem nível de escolaridade inferior		13,7	6,9	< 0,001
Pelo menos um tem nível de escolaridade superior		12,5	8,0	

Quadro 1. Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos que pretendem ter pelo menos dois filhos, segundo a fecundidade realizada e as variáveis consideradas na análise de regressão logística, Portugal, 2019 (continuação)

	Unidade: 10 ³	Fecundidade final esperada ≥ 2		Valor p
		Fecundidade realizada = 1	Fecundidade realizada ≥ 2	
Total		265,8	1 281,3	
Existência de separação dos pais				
Sim		20,5	14,0	< 0,001
Não		77,5	79,7	
Número de irmãos				
0 irmãos		13,5	8,7	< 0,001
1 irmão		40,5	35,2	
2 irmãos		27,3	19,0	
3 ou mais irmãos		18,6	37,1	
Fecundidade desejada				
0 filhos		0,1	0,5	< 0,001
1 filho		11,6	3,2	
2 filhos		53,3	50,1	
3 ou mais filhos		34,3	42,9	
Idade em que teve o primeiro filho relativamente à idade desejada				
Teve o primeiro filho biológico mais cedo do que desejaria ter tido		18,7	25,1	< 0,001
Teve o primeiro filho biológico na idade que desejava ter		19,9	24,7	
Teve o primeiro filho biológico mais tarde do que desejaria ter tido		55,4	41,8	
Número ideal de filhos numa família				
1 filho		0,5	0,3	0,305
2 filhos		59,9	56,2	
3 filhos		32,1	31,9	
4 ou mais filhos		5,2	8,2	
Existência de dificuldades em ter filhos biológicos				
Sim		11,8	9,6	0,258
Não		88,2	90,3	
Opinião sobre se é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos				
Concorda		54,1	43,0	< 0,001
Discorda		43,1	55,4	
Idade média à data do inquérito	Unidade: anos	35,5	43,2	< 0,001
Idade média ao primeiro emprego pago	Unidade: anos	19,4	18,3	< 0,001
Idade média à primeira coabitação	Unidade: anos	25,5	23,9	< 0,001
Idade média à cessação de coabitação com quem viveu até aos 15 anos	Unidade: anos	24,2	22,9	< 0,001
Idade média ao nascimento do primeiro filho	Unidade: anos	29,6	26,0	< 0,001
Idade média desejada para ter tido o primeiro filho	Unidade: anos	27,0	25,1	< 0,001

Nota: Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Quadro 2. Coeficientes do modelo de regressão logística para mulheres (dos 18 aos 49 anos) e homens (dos 18 aos 54 anos) que esperam ter pelo menos dois filhos mas têm um filho (não transitaram) vs. esperam ter pelo menos dois filhos e têm dois ou mais (transitaram).

	Fecundidade final esperada de 2 ou mais filhos: fecundidade realizada = 1 vs. fecundidade realizada ≥ 2				
	Coefficiente	Erro padrão	Valor p	Odds Ratio	Intervalo de confiança a 95%
Variáveis explicativas					
Fecundidade desejada (ref. mais de 2 filhos)					
2 filhos	0,38	0,17	0,023	1,46	(1,05-2,02)
menos de 2 filhos	1,35	0,29	< 0,001	3,86	(2,18-6,77)
Opinião sobre se é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos (ref. discorda)					
concorda	0,51	0,15	< 0,001	1,67	(1,24-2,25)
Situação conjugal do próprio (ref. tem cônjuge)					
tem companheiro	1,18	0,17	< 0,001	3,25	(2,34-4,52)
não tem cônjuge ou companheiro	0,55	0,25	0,029	1,74	(1,04-2,83)
Nível de escolaridade do próprio (ref. até básico)					
secundário	0,79	0,20	< 0,001	2,20	(1,50-3,25)
superior	0,91	0,21	< 0,001	2,50	(1,65-3,79)
Escalão do valor aproximado do rendimento mensal líquido do agregado familiar (ref. ≥ 2 201€)					
até 2 200€	0,73	0,20	< 0,001	2,06	(1,40-3,10)
Naturalidade do próprio (ref. outra)					
portuguesa	0,57	0,25	0,021	1,77	(1,11-2,94)
Tipologia da área de residência (ref. APR)					
AMU/APU	0,83	0,35	0,017	2,30	(1,21-4,81)
Idade ao nascimento do primeiro filho	0,14	0,02	< 0,001	1,16	(1,12-1,19)

Notas:

O modelo de regressão linear pode ser escrito como: $\pi(X) = E(Y|X) = 1/[1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}]$, onde $\pi(X) = E(Y|X)$ representa a média da variável resposta Y condicionada aos valores das p variáveis explicativas, tal que $X = (X_1, X_2, \dots, X_n)$.

As categorias "0 filhos" e "1 filho" da variável fecundidade desejada foram agrupadas no modelo final devido ao reduzido número de observações.

As categorias "901 a 1 300 euros", "1 301 a 1 800 euros" e "1 801 a 2 200 euros" do escalão do valor aproximado do rendimento mensal líquido do agregado familiar foram agrupadas no modelo final, pois os coeficientes estimados pelo modelo e respetivos Odds Ratio não diferiam significativamente entre si.

APR - áreas predominantemente rurais; AMU - áreas medianamente urbanas; APU - áreas predominantemente urbanas. As categorias "AMU" e "APU" da tipologia da área de residência foram agrupadas no modelo final, pois os coeficientes estimados pelo modelo e respetivos Odds Ratio não diferiam entre si.

Adequabilidade do modelo: AUC = 0,78; R² = 21%; valor p (teste de Hosmer) = 0,06.

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

A FECUNDIDADE COMO INDICADOR AVANÇADO DOS CICLOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL

Jorge M. Bravo¹

Palavras-chave:
Fecundidade;
ciclos económicos;
causalidade
de Granger;
indicadores
avançados;
métodos de
previsão; modelos
VAR.

As análises,
opiniões e
conclusões aqui
expressas são
da exclusiva
responsabilidade
do autor e
não refletem
necessariamente a
posição do INE.

RESUMO

Os indicadores económicos avançados (simples ou compósitos) não visam necessariamente identificar as causas das fontes de variação do ciclo económico, mas procuram sinalizar pontos de viragem, de aceleração ou de desaceleração na actividade económica. Neste artigo investigamos o poder preditivo dos indicadores de fecundidade para sinalizar pontos de inflexão na tendência de crescimento do Produto Interno Bruto em Portugal. O estudo investiga se e em que medida as decisões de concepção constituem indicadores avançados, coincidentes ou retardados do ciclo económico e qual o nível de desfasamento entre as séries temporais. Em termos metodológicos, são utilizando modelos vectoriais autoregressivos para testar a existência de relações de causalidade de Granger e instantâneas, para avaliar o poder preditivo dos valores desfasados das decisões de fecundidade na previsão do PIB e para projectar as variáveis. Os modelos são calibrados usando as séries temporais trimestrais do número concepções e do PIB no período entre 2000 e 2020. Os resultados empíricos confirmam a existência de uma relação de causalidade de Granger entre a fecundidade e a taxa de crescimento do PIB trimestral e sugerem que a fecundidade é um indicador avançado do ciclo económico antecipando em três trimestres os pontos de inflexão na actividade económica. Os resultados empíricos sugerem que o comportamento da fecundidade em Portugal é pró-cíclico em relação à dinâmica da criação de riqueza.

¹ Professor da Universidade Nova de Lisboa (NOVA IMS) e da Université Paris-Dauphine PSL; Investigador Integrado do Centro FCT MagIC e Investigador Associado do Centro FCT CEFAE-UE
Lisbon, Portugal, ORCID: 0000-0002-7389-5103 jbravo@novaims.unl.pt

OS INDICADORES PODEM SER CLASSIFICADOS EM:

AVANÇADOS, SE TENDEM A ANTECIPAR TEMPORALMENTE A MUDANÇA DO CICLO ECONÓMICO, COINCIDENTES SE ACOMPANHAM A PRÓPRIA DINÂMICA DA ACTIVIDADE ECONÓMICA, DESFASADOS OU ATRASADOS QUANDO SUCEDEM TEMPORALMENTE ÀS MUDANÇAS DE CICLO SERVINDO, MUITAS VEZES, PARA CONFIRMAR OU REJEITAR PONTOS DE VIRAGEM

1. INTRODUÇÃO²

Os indicadores económicos simples e/ou compósitos são construídos para acompanhar a evolução da actividade económica de um país ou de uma região, antecipando tendências e pontos de viragem nos ciclos de expansão e contracção. Os indicadores podem ser classificados em avançados, se tendem a antecipar temporalmente a mudança do ciclo económico, coincidentes se acompanham a própria dinâmica da actividade económica, e desfasados ou atrasados quando sucedem temporalmente às mudanças de ciclo servindo, muitas vezes, para confirmar ou rejeitar pontos de viragem. Para analisar a conjuntura recorre-se, regra geral, a distintas séries económicas, cada uma delas espelhando o comportamento de aspectos parcelares específicos do funcionamento da economia, que podem apresentar sinais coincidentes ou contraditórios sobre a tendência futura do ciclo (OECD, 2008). Tal acompanha, por um lado, a noção muitas vezes debatida de que a actividade económica pode ser medida de diferentes formas e, por outro, o facto de cada uma das variáveis seleccionadas estar sujeita a erros de medição que podem, contudo, ser mitigados mediante a utilização de indicadores compósitos e/ou combinações estocásticas de modelos de previsão (Bravo e Ayuso, 2020, 2021; Ayuso et al., 2021a,b; Bravo et al., 2021a,b). A construção de indicadores avançados implica: (i) a identificação da variável cíclica de referência (e.g., PIB), (ii) nalguns casos transformar a informação obtida a partir de inquéritos de opinião em métricas quantitativas, (iii) identificar as variáveis que tendem a ser influenciadas por mecanismos semelhantes aos do referente mas mais cedo em termos temporais, (iv) identificar as séries estatísticas que apresentam um comportamento cíclico análogo ao do referente e para as quais existe uma explicação económica plausível, que sejam divulgadas regularmente e sujeitas a revisões pouco frequentes, que permitam assinalar o timing das inversões de ciclo e, frequentemente, (v) envolve a determinação do desfasamento temporal que liga cada indicador à dinâmica do ciclo (Gyomai & Guidetti, 2012). Os indicadores avançados não visam necessariamente identificar as causas das fontes de variação do ciclo económico, mas tão somente sinalizar pontos de viragem e/ou de aceleração ou desaceleração de uma determinada tendência.

A literatura sobre a dinâmica da fecundidade é vasta mas centra-se frequentemente em identificar, entre outros aspectos, os determinantes da fecundidade. Nestes incluem, entre outros, as mudanças no papel da mulher nas sociedades modernas e a sua crescente participação no mercado de trabalho, as mudanças na estrutura familiar, o desfasamento entre a fecundidade real e a fecundidade desejada, o adiamento das decisões de parentalidade, o declínio da mortalidade infantil, o papel das políticas contra-

ceptivas, a legalização do aborto, o papel das políticas sociais de família, as mudanças nas leis do divórcio, o processo de individualização e secularização da sociedade, as transformações nos valores individuais, sociais e culturais, a importância da fecundidade no quadro das dinâmicas globais da população e dos sistemas de saúde e de protecção social, o papel das interrupções na carreira contributiva, a protecção legal das mulheres no mercado de trabalho, os regimes institucionais de apoio às famílias (Brewster & Rindfuss, 2000; Doepke, 2005; Björklund, 2006; Ananat et al. 2007; Gauthier, 2007; Feyrer et al. 2008; Bongaarts & Sobotka, 2012; Bellido et al., 2014, 2016; Bravo & Coelho, 2019, 2020; Bravo & Herce, 2020; Bravo, 2021a,b).

Do ponto de vista teórico, a literatura sugere que não é consensual o impacto dos ciclos económicos nas decisões de fecundidade. Com efeito, se nuns casos os resultados empíricos apontam para um comportamento pró-cíclico da fecundidade (as crises económicas aumentam em termos relativos o custo de mais um filho, i.e., o efeito-rendimento domina), noutros sugere-se um comportamento contra-cíclico da fecundidade (o custo de oportunidade para as mulheres, principais cuidadores dos filhos, é menor num contexto de recessão e de desemprego, sobretudo se estas pertencerem a grupos socioeconómicos mais desfavorecidos, aumentando a propensão à maternidade) (Becker & Barro, 1988; Sobotka et al. 2011; Kearney & Levine, 2014; Chatterjee & Vogl, 2016; Bellido et al., 2014, 2016, 2019). Em alguns estudos conclui-se que a relação entre a fecundidade e os ciclos económicos é considerada negligenciável atendendo ao longo intervalo de tempo entre a decisão de conceber um filho, a concepção e o nascimento das crianças (Becker, 1960).

Se é verdade que a literatura científica aponta, em muitos casos, para a existência de uma relação entre as decisões de fecundidade e o ciclo económico, ela é praticamente omissa quanto à questão de saber se a fecundidade é um indicador avançado, coincidente ou desfasado da actividade económica. A excepção é o estudo recente de Buckles et al. (2021) que, usando microdados sobre mais de 100 milhões de nascimentos nos Estados Unidos da América, concluem que a taxa de crescimento das concepções começa a diminuir vários trimestres antes do início das recessões económicas, sugerindo que o comportamento da fecundidade é prospectivo e sensível a mudanças nas expectativas de curto prazo sobre a evolução da economia.

SE É VERDADE QUE A LITERATURA CIENTÍFICA APONTA, EM MUITOS CASOS, PARA A EXISTÊNCIA DE UMA RELAÇÃO ENTRE AS DECISÕES DE FECUNDIDADE E O CICLO ECONÓMICO, ELA É PRATICAMENTE OMISSA QUANTO À QUESTÃO DE SABER SE A FECUNDIDADE É UM INDICADOR AVANÇADO, COINCIDENTE OU DESFASADO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

² Artigo escrito de acordo com a antiga ortografia.

Neste artigo investigamos o poder preditivo dos indicadores de fecundidade para sinalizar pontos de inflexão na tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal. Em particular, analisamos se e em que medida as decisões de fecundidade constituem indicadores avançados, coincidentes ou retardados do ciclo económico, e qual o nível de desfasamento entre as séries temporais, ou seja, se as decisões de fecundidade traduzem mudanças de curto prazo ou de longo prazo nas condições e expectativas sobre a evolução da economia. Em termos metodológicos, é efectuada uma análise estatística das séries temporais trimestrais do número concepções e do PIB no período temporal entre 2000 e 2020, avaliando a sua estacionariedade e integração, e são utilizados modelos vectoriais autoregressivos para testar a existência de relações de causalidade instantânea e de Granger, para avaliar o poder preditivo dos valores desfasados das decisões de fecundidade na previsão do PIB e para projectar as variáveis.

Os resultados empíricos do estudo confirmam a existência de uma relação de causalidade de Granger entre a fecundidade e a taxa de crescimento do PIB trimestral e sugerem que as decisões de fecundidade são um indicador avançado do ciclo económico, antecipando em três trimestres os pontos de inflexão na actividade económica. Em relação ao carácter pró-cíclico ou contra-cíclico da relação entre a fecundidade e a criação de riqueza, os resultados obtidos neste estudo sugerem que a fecundidade apresenta um comportamento pró-cíclico, acompanhando com antecipação a tendência de crescimento do PIB. Os resultados indicam ainda que o valor dos multiplicadores de curto e de longo prazo são significativos.

A estrutura do que resta do artigo é a seguinte. Na Secção 2 é detalhada a metodologia e os dados usados. Na secção 3 são apresentados e analisados os resultados empíricos do estudo. A Secção 4 apresenta de forma sumária as principais conclusões da investigação.

2. METODOLOGIA E DADOS

2.1 DADOS

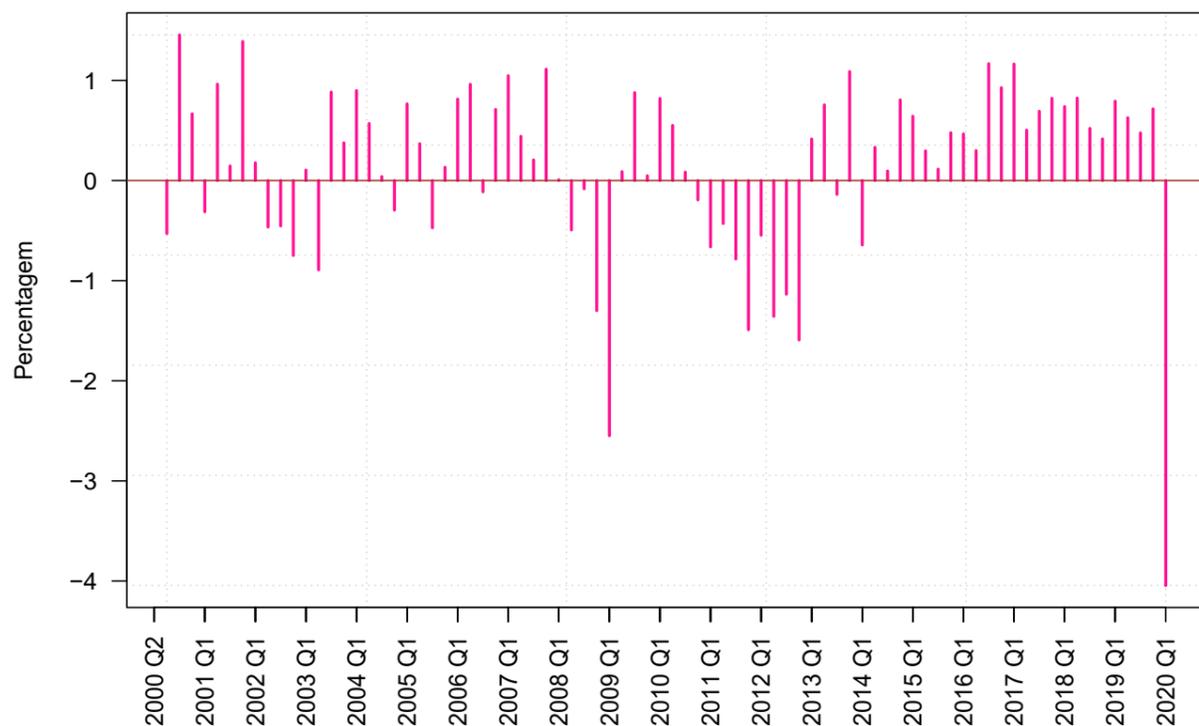
As bases de dados usadas neste estudo compreendem a informação estatística sobre as séries históricas do número de nados-vivos e de fetos mortos registados entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2020, desagregadas por mês e sexo, as séries históricas das interrupções voluntárias da gravidez desagregadas por motivo da interrupção, as séries temporais trimestrais do Produto Interno Bruto a preços de mercado (dados encadeados em volume, Base 2016) relativas ao mesmo período, e as séries temporais mensais da taxa de desemprego ajustada dos efeitos da sazonalidade da população activa com idade compreendida entre os 15 e os 74 anos, desagregada por sexo, referente ao período entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2020. As fontes dos dados são o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Banco de Portugal (BdP) e a Direcção Geral da Saúde (DGS).

Para medir a dinâmica do ciclo económico utilizamos duas variáveis: (i) a taxa de crescimento do PIBpm real trimestral; (ii) a taxa de desemprego ajustada dos efeitos da sazonalidade da população activa com idade compreendida entre os 15 e os 74 anos. A opção pela utilização de informação mais frequente intra-anual contrasta com a maioria dos estudos efectuados internacionalmente sobre o carácter pró-cíclico ou contra-cíclico da fecundidade, que se baseiam normalmente em dados anuais e não têm em conta os efeitos das variações intra-anuais no ciclo económico nas decisões de fecundidade.

Para quantificar a dinâmica das decisões de fecundidade é construída uma variável referente ao número de concepções (fecundações) desejadas por mês, calculada considerando o número de nados-vivos, o período normal de gestação da gravidez, o número de fetos mortos e o número de interrupções voluntárias da gravidez (IVG) reportadas (exceptuando as efectuadas por opção da mulher até às 10 semanas e as gravidezes resultantes de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual por se considerarem concepções indesejadas). Esta variável apresenta, por definição, um desfasamento natural face ao número observado de nados-vivos e face ao momento em que se toma a decisão de conceber um filho, que é por definição uma decisão com grande alcance prospectivo.

A Figura 1 representa a taxa de crescimento em cadeia do PIBpm real trimestral no período entre o 1º trimestre de 2000 e 1º trimestre de 2020.

Figura 1: Taxa de crescimento do PIBpm real trimestral, Portugal, 2000-2020
Taxa de crescimento trimestral do PIBpm



Fonte: Cálculos próprios com base nas séries temporais do PIBpm (dados encadeados em volume, Base 2016).

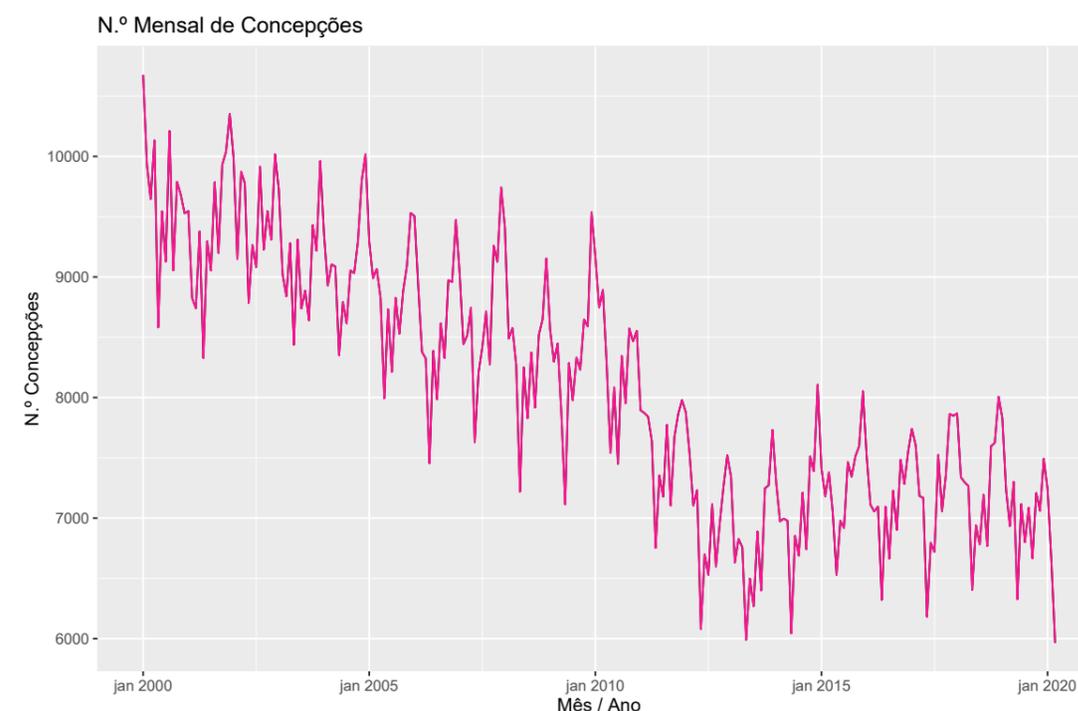
AS PRINCIPAIS CONTRACÇÕES DA ACTIVIDADE ECONÓMICA VERIFICADAS NESTE PERÍODO REFEREM-SE AO PERÍODO ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2002 E O 1º TRIMESTRE DE 2003, E AO PERÍODO ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2008 E O 1º TRIMESTRE DE 2009, QUE COINCIDIU COM O ECLODIR DA CRISE FINANCEIRA E ECONÓMICA MUNDIAL

Nela se podem observar, de forma clara, os ciclos económicos clássicos verificados nas últimas duas décadas em Portugal, alternando expansão e contracção da actividade económica, assim como de forma menos tangível os ciclos de crescimento referentes a períodos alternados de aceleração e de desaceleração do crescimento. As principais contracções da actividade económica verificadas neste período referem-se ao período entre o 1º trimestre de 2002 e o 1º trimestre de 2003, ao período entre o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2009, que coincidiu com o eclodir da crise financeira e económica mundial despoletada pelos problemas verificados no mercado de crédito hipotecário de alto risco (subprime) nos Estados Unidos da América, ao período compreendido entre o 3º trimestre de 2010 e o último trimestre de 2012, que percorre o período da crise da dívida soberana na União Europeia e parte do período relativo ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro assinado com a “Troika” (Comissão Europeia, BCE e FMI) e, por fim, o período relativo ao início da recessão económica provocada pela pandemia da COVID-19. Nela se

assinala igualmente o período de recuperação da actividade económica registado após o fim do programa de ajustamento da Troika e dos problemas no mercado de dívida pública.

A Figura 2 reporta a evolução da estimativa do número mensal de concepções nas últimas duas décadas. Nela se observa uma importante tendência decrescente nas decisões de fecundidade em Portugal, que aprofunda os baixos indicadores de fecundidade e natalidade no país, com uma redução de aproximadamente 40% nos últimos 20 anos e alguma estabilização desde 2012.

Figura 2: Estimativa do número mensal de concepções, Portugal, 2000-2020



Fonte: Cálculos próprios com base nas séries temporais do número de nados-vivos, de fetos mortos e de IVG.

Assinala-se igualmente a marcada sazonalidade na fecundidade, persistente e robusta mesmo num cenário de tendência decrescente no número de concepções, com picos de concepções nos meses de Janeiro, Maio, Agosto e Setembro. O fenómeno da sazonalidade é, aliás, comum noutros fenómenos demográficos, por exemplo, no número de casamentos ou na mortalidade (Bravo & El Mekkaoui de Freitas, 2018; Ashofteh & Bravo, 2021; Bravo & Nunes, 2021).

2.2. METODOLOGIA

2.2.1 ANÁLISE DA ESTACIONARIEDADE E INTEGRAÇÃO DAS SÉRIES

A maior parte dos testes estatísticos usados na avaliação de relações de causalidade pressupõe a estacionariedade das séries temporais. Neste sentido, a primeira etapa na análise consiste em verificar a estacionariedade e a integração das séries temporais do PIB real trimestral, do número de concepções e da taxa de desemprego e a eventual necessidade de efectuar transformações às variáveis (e.g., aplicar diferenças ou diferenças sazonais). Recordamos que as séries temporais são consideradas estacionárias quando todas as características do comportamento do processo estocástico se mantêm no tempo, em particular quando a sua média e variância são constantes e quando a covariância entre dois valores da série é função apenas da distância temporal que as separa e não do momento cronológico em que as variáveis são observadas. Para analisar a estacionariedade e integração das séries recorreremos aos testes de raízes unitárias Augmented Dickey-Fuller (ADF) e Phillips-Perron (PP), em conjunto com a análise das funções de autocorrelação e autocorrelação parcial e com o teste de Portmanteau (também conhecido por Ljung-Box Q test).

Seja $\{Y_t, t \in W\}$ um processo estocástico gaussiano estacionário (em covariância ou de segunda ordem ou em sentido fraco) com média μ e função de auto-covariância (FACV) para o lag h definida por $\gamma_h = E[(Y_t - \mu)(Y_{t-h} - \mu)]$ finita e constante. Os coeficientes de autocorrelação de uma série de valores são definidos por:

$$\rho_h = \frac{\gamma_h}{\gamma_0}, \quad h = 1, 2, \dots, k, \quad (1)$$

onde γ_h denota a FACV desfasada h períodos e γ_0 representa a variância da série. Nos testes empíricos substitui-se a equação (1), válida para a população, pela sua equivalente amostral numa amostra de dimensão m . A hipótese nula do teste $H_0: \rho_h = 0 (h = 1, \dots, k)$ é contrastada com a alternativa $H_1: \rho_h \neq 0$ usando um teste de Wald. O teste à hipótese nula de que todos os coeficientes de autocorrelação até ao lag k são nulos $H_0: \rho_h = 0 \forall h (h = 1, \dots, k)$ é feito com base no teste de Portmanteau e na estatística de teste Q_k

$$Q_k = m(m+2) \sum_{h=1}^k \frac{\gamma_h^2}{m-h} \sim \chi_S^2, \quad h = 1, 2, \dots, k, \quad (2)$$

que segue aproximadamente uma distribuição de Chi-quadrado.

Para verificar, quer a existência de raízes unitárias, quer a ordem de integração das séries temporais, são realizados os testes ADF e PP (Dickey & Fuller, 1979, 1981, 1984, 1987; Phillips & Perron, 1988). No caso do teste ADF, para cada uma das séries foram testadas três especificações diferentes relativas à parte determinística do modelo, a saber:

$$\Delta y_t = \beta_1 + \beta_2 t + \pi y_{t-1} + \sum_{h=1}^k \gamma_h \Delta y_{t-h} + u_{1t}, \quad (3)$$

$$\Delta y_t = \beta_1 + \pi y_{t-1} + \sum_{h=1}^k \gamma_h \Delta y_{t-h} + u_{2t}, \quad (4)$$

$$\Delta y_t = \pi y_{t-1} + \sum_{h=1}^k \gamma_h \Delta y_{t-h} + u_{3t}, \quad (5)$$

Os testes de PP diferenciam-se dos testes ADF por assentarem numa estrutura não paramétrica, por acomodarem uma estrutura de dependência mais fraca e por admitirem heterogeneidade do termo erro do processo estocástico. São efectuados testes para as variáveis em níveis e em primeiras diferenças, e para a taxa de crescimento do PIB real trimestral e para a taxa de crescimento homólogo do número de concepções. Para detectar a presença de raízes unitárias sazonais (seasonal unit root tests), foi usado o denominado HEGY test (Hylleberg et al., 1990). Na aplicação dos testes, a selecção do nível óptimo do lag assentou no critério de Akaike (AIC).

2.2.2. MODEL VECTORIAL AUTOREGRESSIVO (VAR)

Para analisar as relações de interdependência entre as variáveis e para avaliar o impacto de choques estocásticos incidindo sobre uma variável do sistema no equilíbrio global recorreremos a modelos vectoriais autoregressivos (modelos VAR). Seja $r_t = (r_{1t}, r_{2t}, \dots, r_{kt})'$ uma série temporal multivariada composta por k componentes num determinado momento t . Um processo VAR de ordem p , $\text{VAR}(p)$, $p > 0$ pode ser especificado mediante

$$r_t = \Phi_0 + \Phi_1 r_{t-1} + \dots + \Phi_p r_{t-p} + e_t \quad (6)$$

onde Φ_0 denota um vector de dimensão k , Φ_j são matrizes de dimensão $k \times k$ ($j = 1, \dots, p$) e e_t é um processo estocástico ruído branco constituído por vectores aleatórios i.i.d. com média nula e matriz de covariância Σ_e . No caso particular de um modelo $\text{VAR}(2)$ com duas variáveis aleatórias, i.e., de um sistema de duas

equações simultâneas, o modelo pode ser representado de forma matricial compacta da seguinte forma

$$r_t = \Phi_0 + \Phi_1 r_{t-1} + \Phi_2 r_{t-2} + \dots + \Phi_p r_{t-p} + e_t \quad (7)$$

com

$$r_t = \begin{bmatrix} x_t \\ y_t \end{bmatrix}, \Phi_0 = \begin{bmatrix} a_{10} \\ a_{20} \end{bmatrix}, \Phi_i = \begin{bmatrix} a_{i,11} & a_{i,12} \\ a_{i,21} & a_{i,22} \end{bmatrix} \quad i = 1, \dots, p, e_t = \begin{bmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{bmatrix} \quad (8)$$

onde se assume que os erros não estão correlacionados entre si. Os modelos são estimados através do método de máxima verossimilhança. A determinação da ordem óptima do modelo é feita, assumindo que e_t segue uma distribuição Normal multivariada, com recurso aos critérios de Akaike (AIC), Hannan-Quinn (HQ), de Schwartz (SC), e ao erro final de previsão (FPE) (Lütkepohl, 2006). Estes critérios são definidos por

$$AIC(p) = \log \det(\tilde{\Sigma}_u(p)) + \frac{2}{T} pK^2, \quad (9)$$

$$HQ(p) = \log \det(\tilde{\Sigma}_u(p)) + \frac{2 \log(\log(T))}{T} pK^2, \quad (10)$$

$$SC(p) = \log \det(\tilde{\Sigma}_u(p)) + \frac{\log(T)}{T} pK^2, \quad (11)$$

$$FPE(p) = \left(\frac{T+p^*}{T-p^*} \right)^K \det(\tilde{\Sigma}_u(p)). \quad (12)$$

onde $\tilde{\Sigma}_u(p)$ denota a estimativa da matriz de variâncias-covariâncias para o modelo de ordem p , e p^* é o número de parâmetros em cada equação. O diagnóstico e validação do modelo estimado são feitos verificando se todos os parâmetros são estatisticamente significativos, confirmando se os resíduos não apresentam autocorrelação ou heterocedasticidade e se se comportam como um ruído branco, e testando ainda a existência de quebras estruturais.

2.2.3. TESTES DE CAUSALIDADE DE GRANGER

Para avaliar a existência de relações de causalidade – ou de causa-efeito – entre a fecundidade e os indicadores de ciclo económico socorremo-nos dos testes de causalidade de Granger (1969). Dadas duas séries temporais X e Y , o teste de causalidade de Granger visa determinar se os valores passados (desfasados) de X_{t-h} contribuem para ajudar a prever (determinar) os valores de Y independentemente dos valores passados de Y_{t-h} , ou vice-versa. O teste não pretende avaliar a existência de relações de causa-efeito no sentido literal, i.e., de endogeneidade, limitando-se a oferecer evidência estatística sobre a existência de correlação entre as variações passadas de uma variável e a outra variável, i.e., sobre a existência de precedências temporais. Os seus resultados

permitem concluir sobre a existência de relações de causalidade unidireccional, de feedback ou de causalidade bidireccional ou ainda de independência, no sentido de Granger ou instantânea (contemporânea).

No caso particular de um modelo com apenas duas variáveis e iguais níveis de desfasamento, o modelo a estimar é o seguinte

$$X_t = \alpha_0 + \sum_{h=1}^s \eta_h X_{t-h} + \sum_{j=1}^s \xi_j Y_{t-j} + \epsilon_{1t}, \quad (13)$$

$$Y_t = \beta_0 + \sum_{h=1}^g \kappa_h X_{t-h} + \sum_{j=1}^g \upsilon_j Y_{t-j} + \epsilon_{2t}, \quad (14)$$

onde ϵ_{1t} e ϵ_{2t} se assumem não correlacionados. A confirmação da hipótese nula $H_0: \sum_{j=1}^s \xi_j = 0$ e $\sum_{h=1}^g \kappa_h = 0$ valida a existência de uma relação de causalidade unidireccional de Y para X . A confirmação da hipótese nula $H_0: \sum_{h=1}^g \kappa_h = 0$ e $\sum_{j=1}^s \xi_j = 0$ valida a existência de uma relação de causalidade unidireccional de X para Y . Se o conjunto das estimativas dos parâmetros η e ξ for estatisticamente diferente de zero valida-se a existência de causalidade bidireccional entre as variáveis. No caso último das estimativas dos parâmetros η e ξ não se revelarem estatisticamente diferentes de zero, conclui-se pela independência das variáveis.

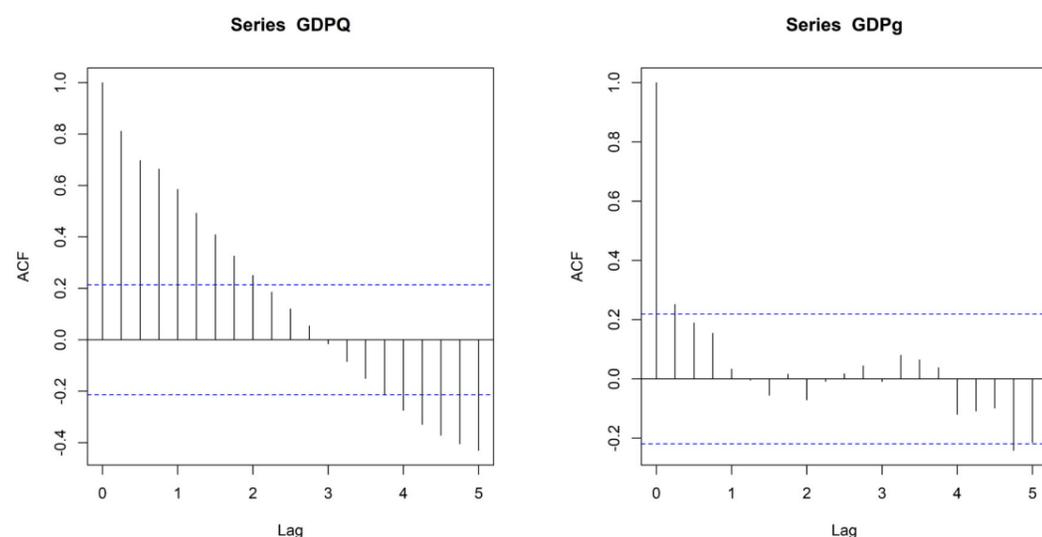
No caso de se confirmar a existência de relações de causalidade de Granger entre as variáveis é possível estimar uma função impulso-resposta (*impulse-response function*) evidenciando os efeitos de choques nas variáveis no equilíbrio do sistema de equações. Estas funções permitem, por exemplo, calcular a direcção e a magnitude do efeito induzido por um choque marginal numa das variáveis registado no período t sobre si mesma e sobre as demais variáveis em períodos subsequentes. As estimativas dos modelos e a análise inferencial dos resultados foram efectuadas com recurso a uma rotina informática especialmente construída usando o software estatístico R.

3. RESULTADOS EMPÍRICOS

3.1. ESTACIONARIEDADE E INTEGRAÇÃO DAS SÉRIES

Apresentamos nesta secção uma síntese dos resultados da análise à estacionariedade e integração das séries temporais do PIB e do número de concepções.³ Em todos os casos a análise partiu dos valores em níveis, aplicando-se sempre que estatisticamente justificado o operador de diferenças simples ou sazonal. A Figura 3 representa as estimativas dos coeficientes de autocorrelação total (ACF) da série temporal do PIBpm real trimestral em níveis (painel da esquerda, GDPQ) e da série temporal da taxa de crescimento trimestral do PIB (painel da direita, GDPg), juntamente com os respectivos limites dos intervalos de confiança a 95%. Como se observa, a série do PIB real trimestral é claramente não estacionária ou integrada, uma hipótese confirmada pela aplicação do teste de Portmanteau. Pelo contrário, as estimativas dos coeficientes de autocorrelação total para a série da taxa de crescimento trimestral do PIB sugerem que a série é estacionária ou não integrada.

Figura 3: Correlograma das funções de autocorrelação do PIB real trimestral



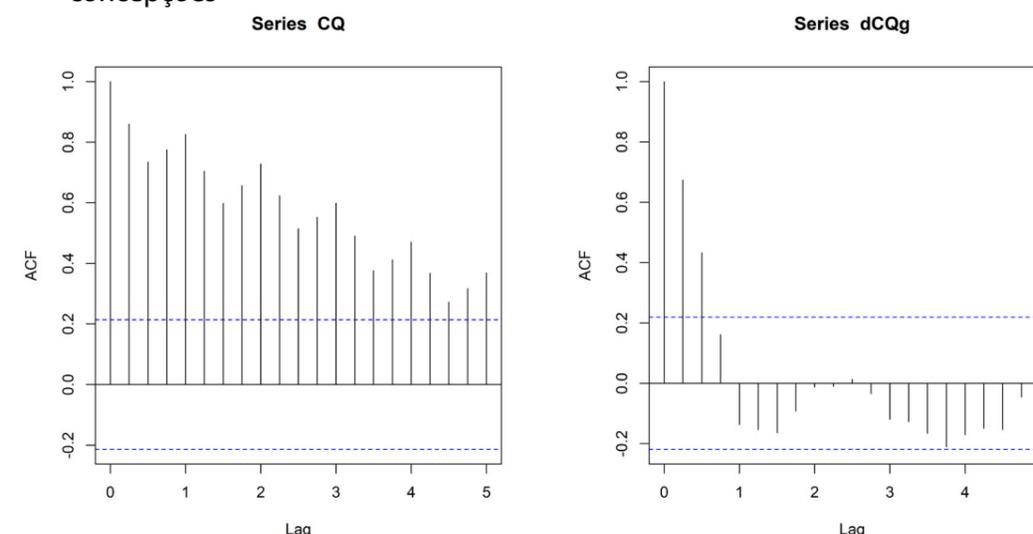
Fonte: Cálculos próprios.

A Figura 4 representa as estimativas dos coeficientes de autocorrelação total da série temporal trimestral do número de concepções, valores em níveis (painel da esquerda, CQ), e da série temporal da taxa de crescimento trimestral homóloga das concepções (painel da direita, dCQg), juntamente com os respectivos limites dos intervalos de confiança a 95%. A série temporal trimestral do número de concepções é claramente não estacionária e evidencia forte sazonalidade, uma hipótese confirmada pela aplicação

³ Por razões de espaço, não apresentamos neste estudo os resultados empíricos dos testes usando a taxa de desemprego como indicador do ciclo económico.

dos testes de raízes unitárias sazonais de Hylleberg, Engle, Granger and Yoo (HEGY) (Hylleberg et al., 1990). Pelo contrário, as estimativas ACF da taxa de crescimento trimestral homóloga do número de concepções indicam a estacionariedade da série, um resultado cuja confirmação será feita através dos testes de raízes unitárias.

Figura 4: Correlograma das funções de autocorrelação do número trimestral de concepções



Fonte: Cálculos próprios.

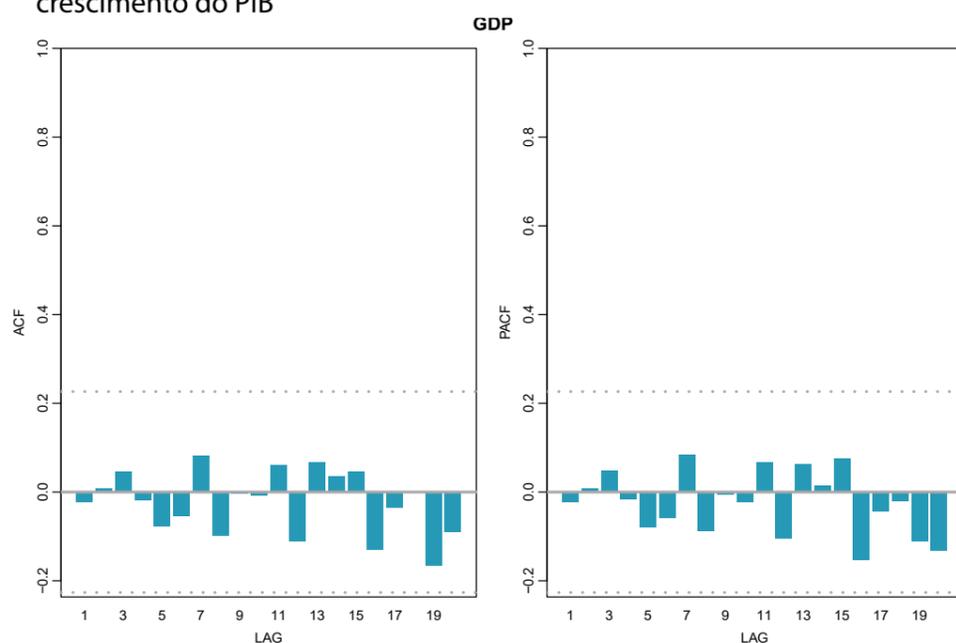
Os Quadros 1 e 2 resumem os principais resultados da aplicação dos testes ADF à existência de raízes unitárias e séries integradas nas séries temporais da taxa de crescimento real trimestral do PIB e da taxa de crescimento trimestral homóloga do número de concepções, respectivamente. Relativamente à variável escolhida para representar o ciclo económico, os testes ADF permitem concluir, para um nível de significância de 5%: (i) no modelo com tendência temporal e drift, pela rejeição da existência de uma raiz unitária e pela não rejeição da hipótese nula de ausência de tendência temporal e de drift; (ii) no modelo apenas com drift, conclui-se pela rejeição da hipótese nula da existência de uma raiz unitária e de uma componente determinística na série; (iii) no modelo sem drift (equação 5), pela rejeição da hipótese nula da existência de uma raiz unitária, pelo que a série é considerada estacionária e sem tendência.

Relativamente à taxa de crescimento homóloga trimestral do número de concepções, os testes ADF permitem concluir, para um nível de significância de 5%: (i) no modelo com tendência temporal e drift, pela não rejeição da hipótese nula de existência de uma raiz unitária, e pela ausência de drift e de tendência temporal no modelo; (ii) no modelo apenas com drift, pela rejeição da hipóte-

se nula da existência de uma raiz unitária e de uma componente determinística na série; (iii) no modelo sem drift (equação 5), pela rejeição da hipótese nula da existência de uma raiz unitária, pelo que a série é considerada estacionária e sem tendência.⁴

A Figura 5 representa a ACF e a PACF dos resíduos da estimação do teste ADF para a taxa de crescimento do PIB, sinalizando a ausência de autocorrelação nos resíduos da regressão.

Figura 5: ACF e PACF dos resíduos da estimação do teste ADF para a taxa de crescimento do PIB



Fonte: Cálculos próprios.

Quadro 1: Taxa de Crescimento Real Trimestral do PIB: ADF Unit Root Test

Modelo com tendência e drift (Equação 3)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
β_1	8.222e-04	1.979e-03	0.415	0.679059
β_2	-1.042e-05	4.303e-05	-0.242	0.809283
π	-5.370e-01	1.534e-01	-3.502	0.000787 ***
γ_1	-1.404e-01	1.395e-01	-1.007	0.317226
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_3	-3.5017	-4.04	-3.45	-3.15
ϕ_2	4.3958	6.50	4.88	4.16
ϕ_3	6.3721	8.73	6.49	5.47

Modelo com drift (Equação 4)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
β_1	0.0004092	0.0009989	0.410	0.683237
π	-0.5417314	0.1511423	-3.584	0.000599 ***
γ_1	-0.1379279	0.1382050	-0.998	0.321491
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_2	-3.5842	-3.51	-2.89	-2.58
ϕ_1	6.6479	6.70	4.71	3.86

Modelo sem componente determinística (Equação 5)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
π	-0.5236	0.1437	-3.643	0.00049 ***
γ_1	-0.1461	0.1360	-1.074	0.28624
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_1	-3.6433	-2.6	-1.95	-1.61

Fonte: Cálculos próprios. Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1.

4 Idêntico procedimento foi adoptado para a variável taxa de desemprego da população masculina e número mensal das concepções. Por razões de espaço, os resultados não são apresentados no texto.

Quadro 2: Taxa de Crescimento Homóloga Trimestral do N.º Concepções: ADF Unit Root Test

Modelo com tendência e drift (Equação 3)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
β_1	-5.412e-03	8.072e-03	-0.670	0.50465
β_2	-1.592e-05	1.657e-04	-0.096	0.92372
π	-3.067e-01	9.518e-02	-3.223	0.00189 **
γ_1	5.072e-02	1.190e-01	0.426	0.67125
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_2	-3.2229	-4.04	-3.45	-3.15
ϕ_2	3.6418	6.50	4.88	4.16
ϕ_3	5.4386	8.73	6.49	5.47

Modelo com drift (Equação 4)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
β_1	-0.006085	0.003975	-1.531	0.1300
π	-0.308424	0.092937	-3.319	0.0014 **
γ_1	0.051906	0.117609	0.441	0.6602
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_2	-3.3187	-3.51	-2.89	-2.58
ϕ_1	5.5311	6.70	4.71	3.86

Modelo sem componente determinística (Equação 5)

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
π	-0.25148	0.08592	-2.927	0.00451 **
γ_1	0.02553	0.11736	0.218	0.82835
Estatística de Teste		1%	5%	10%
τ_1	-2.927	-2.6	-1.95	-1.61

Fonte: Cálculos próprios. Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1.

3.2. ESTIMAÇÃO DO MODELO VAR(P)

O Quadro 3 sintetiza o valor dos critérios de selecção da ordem (lag) óptima do modelo VAR para diferentes níveis de desfaseamento $h \in [1,4]$. A análise do quadro permite verificar que os quatro critérios aconselham a escolha de um modelo VAR(1) para modelizar as equações simultâneas da taxa de crescimento real trimestral do PIB e da taxa de crescimento homóloga trimestral do número de concepções, valor que foi finalmente adoptado na respectiva estimação.

Quadro 3: Estimativa do nível óptimo da ordem do modelo VAR(p)

Critério	Lag			
	1	2	3	4
AIC(n)	-16.58022	-16.47316	-16.42654	-16.56518
HQ(n)	-16.50262	-16.34383	-16.24548	-16.33239
SC(n)	-16.38438	-16.14676	-15.96958	-15.97766
FPE(n)	6.30016E-08	7.01504E-08	7.35664E-08	6.41492E-08

Fonte: Cálculos próprios. Modelo VAR considerando as equações simultâneas das variáveis GDPg e dCQg.

Na sequência da análise anterior, considerou-se um modelo VAR(1) com constante e sem tendência temporal. Os resultados da estimação do modelo são apresentados no Quadro 4. A análise dos resultados permite verificar, em primeiro lugar, que a estimativa do coeficiente da taxa de variação homóloga trimestral no número de concepções (desfasado um período) na equação da taxa de variação do PIB real trimestral é positiva e estatisticamente significativa a um nível de significância de 5%, sugerindo que a aceleração ou desaceleração no indicador de fecundidade ajuda a explicar as variações na taxa de crescimento do PIB. Em segundo, constata-se que a estimativa do coeficiente da taxa de variação do PIB na equação de dCQg não é estatisticamente significativa, sugerindo numa primeira apreciação que as variações passadas do PIB trimestral não constituem um bom previsor das oscilações na fecundidade.

Os resultados dos testes de diagnóstico do modelo VAR(1) validam a ausência de autocorrelação nos resíduos do modelo. O valor da estatística do teste de Portmanteau (assimptótico) obtido foi de 37.314, donde decorre um p-value de 0.7518. As Figuras A1 e A2 em anexo complementam esta conclusão e sintetizam a análise dos resíduos da equação de GDPg e de dCQg do modelo VAR(1). Os resultados do teste do multiplicador de Lagrange multivariado (multivariate ARCH-LM test) para a hipótese nula de homocedasticidade nos resíduos permitem concluir pela ausência de heterogeneidade (estatística de teste: 112.96; df = 108; p-value = 0.3527). Por fim, o diagnóstico do modelo contra a existência de quebras de estrutura (teste CUSUM) nas séries temporais (Brown et al., 1975) permite concluir pela estabilidade do modelo (Figura 6).

Quadro 4: Resultados da estimação do modelo VAR

Endogenous variables: GDPg, dCQg
 Deterministic variables: const
 Sample size: 79
 Log Likelihood: 433.26
 Roots of the characteristic polynomial: 0.7274 0.1635

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
Const	0.001944	0.001109	1.753	0.0837.
$GDPg_{t-1}$	0.228837	0.137497	1.664	0.1002
$dCQg_{t-1}$	0.051975	0.024297	2.139	0.0356 *

Residual standard error: 0.008377 on 76 degrees of freedom
 Multiple R-Squared: 0.1403, Adjusted R-squared: 0.1177
 F-statistic: 6.204 on 2 and 76 DF, p-value: 0.003194

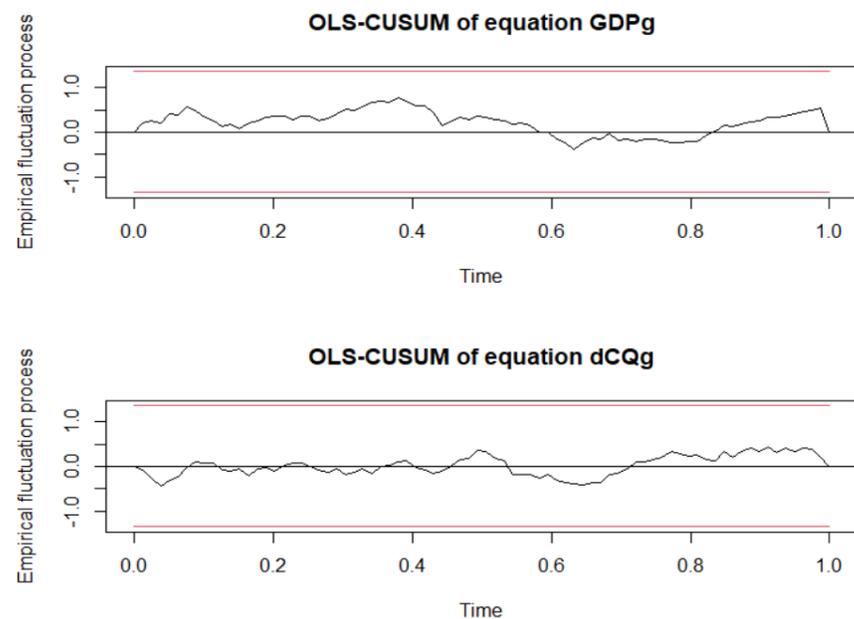
Estimation results for equation dCQg

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
Const	-0.008187	0.004217	-1.942	0.0559 .
$dCQg_{t-1}$	0.662044	0.092382	7.166	4.26e-10 ***
$GDPg_{t-1}$	0.626911	0.522794	1.199	0.2342

Residual standard error: 0.03185 on 76 degrees of freedom
 Multiple R-Squared: 0.4873, Adjusted R-squared: 0.4738
 F-statistic: 36.12 on 2 and 76 DF, p-value: 9.438e-12

Fonte: Cálculos próprios. Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1.

Figura 6: Modelo VAR(1): CUSUM Test



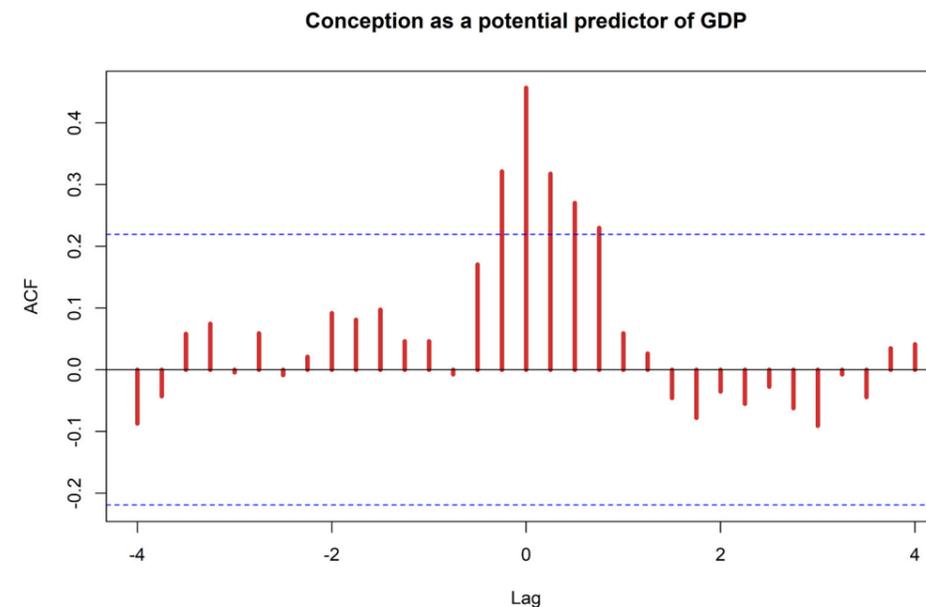
Fonte: Cálculos próprios.

3.3. RELAÇÕES DE CAUSALIDADE ENTRE O PIB E A FECUNDIDADE

Para apreciar as relações de causalidade (e.g., referent vs. response, leading vs. following) entre a fecundidade e os indicadores de ciclo económico, apresentamos abaixo as estimativas dos coeficientes de autocorrelação cruzada (Figura 7) e os resultados dos testes para a identificação de causalidade de Granger e de causalidade instantânea assentes no modelo VAR estimado. Relativamente aos coeficientes de autocorrelação cruzada, recordamos que quando um ou mais valores de X_{t+h} ($h < 0$) é predictor (antecipa, precede temporalmente) de Y_t diz-se que X explica (leads) Y . Dito de outra forma, X fornece com antelaboração informação sobre a trajetória futura de Y . Pelo contrário, quando um ou mais valores de X_{t+h} ($h > 0$) é predictor de Y_t diz-se que X sucede temporalmente a Y (X lags Y), i.e., X exhibe um comportamento avançado face à série de referência. Valores significativos dos coeficientes para $h = 0$ sugerem um comportamento coincidente com a série de referência.

A análise da função de autocorrelação cruzada na Figura 7 permite concluir que os coeficientes estatisticamente mais significativos se situam em torno (imediatamente antes e depois) da observação contemporânea, ou seja, sugerem a existência de causalidade (correlação) contemporânea e potenciais relações de causalidade bidireccional.

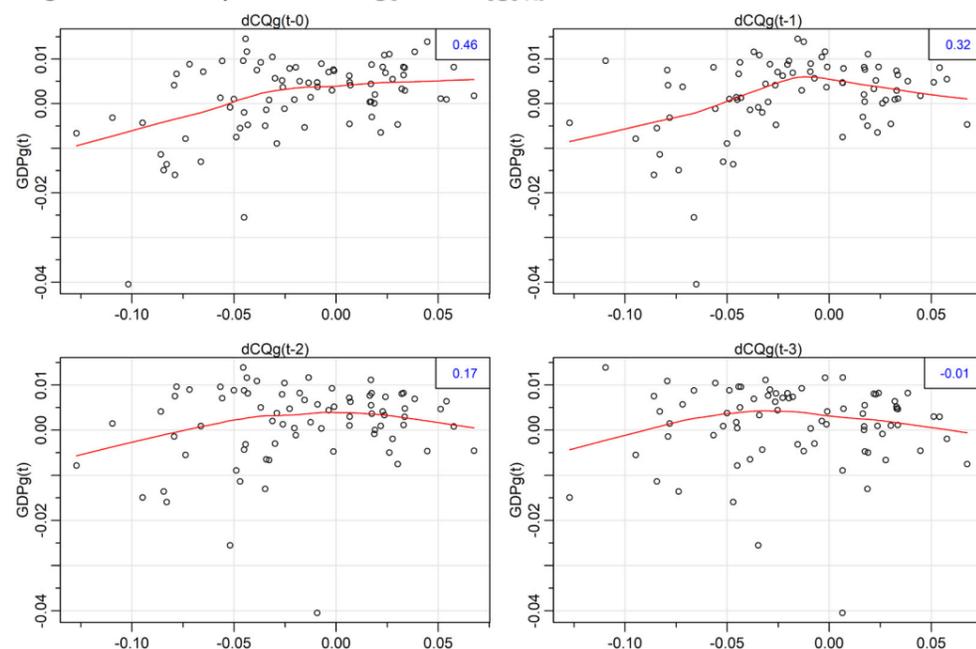
Figura 7: Coeficientes de autocorrelação cruzada entre o PIB e o N.º de Concepções



Fonte: Cálculos próprios. Nota: São usadas as séries temporais estacionárias da taxa de crescimento real trimestral do PIB (GDPg) e da taxa de crescimento homólogo trimestral do número de concepções (dCQg).

A Figura 8 detalha a distribuição dos valores das séries temporais desfasadas de $dCQg$ e do valor contemporâneo da taxa de crescimento do PIB. Observa-se a existência de uma relação positiva entre a taxa de crescimento do PIB e os valores de $dCQg$ contemporâneos e precedentes temporalmente, ou seja, as oscilações no indicador de fecundidade antecipam em dois a três trimestres as mudanças na tendência de crescimento do PIB.

Figura 8: Scatterplots de $GDPg_t$ vs $dCQg_{t+h}$



Fonte: Cálculos próprios.

O Quadro 5 sintetiza os principais resultados dos testes de causalidade de Granger e de causalidade instantânea entre a taxa de crescimento real trimestral do PIB e a taxa de crescimento homóloga trimestral no número de concepções. No que respeita à hipótese nula de ausência de causalidade de Granger entre o indicador de fecundidade e a taxa de crescimento do PIB, a estatística de teste (4.576) e o respectivo p-value (0.03402) permitem concluir pela sua rejeição a um nível de significância de 5%. Dito de outro modo, os resultados dos testes estatísticos confirmam a existência de causalidade de Granger entre as variações na fecundidade e as oscilações no ciclo económico. O mesmo resultado é obtido, ainda com maior significância estatística, nos testes de causalidade instantânea entre a taxa de crescimento do número de concepções e a dinâmica do PIB (F-test: 7.4011; p-value: 0.006519). Estes resultados, obtidos usando informação trimestral agregada e não microdados, são consistentes com os obtidos por Buckles et al. (2021) para os Estados Unidos da América.

Quadro 5: Testes de Causalidade de Granger e Causalidade Instantânea

Hipótese nula H_0	F-Test	p-value
dCQg do not Granger-cause GDPg	4.576	0.03402
No instantaneous causality between: dCQg and GDPg	7.4011	0.006519
GDPg do not Granger-cause dCQg	1.438	0.2323
No instantaneous causality between: GDPg and dCQg	7.4011	0.006519

Fonte: Cálculos próprios.

No que respeita à hipótese nula inversa de ausência de causalidade de Granger entre a taxa de crescimento real trimestral do PIB e o indicador de fecundidade, os resultados do teste não nos permitem rejeitar essa hipótese para um nível de significância de 10% (F-test: 1.438; p-value: 0.2323), ou seja, não confirmam a existência de causalidade de Granger bidireccional entre os indicadores económico e de fecundidade. Mantém-se, contudo, a já referida relação de causalidade instantânea (contemporânea).

O Quadro 6 sintetiza os resultados da estimação de um modelo ARMAX autoregressivo com desfasamento dinâmico finito (distributed lag model), completando o leque de métodos utilizados neste estudo para analisar a dinâmica do indicador de fecundidade face à série de referência da taxa de crescimento trimestral do PIB. Foram testados modelos com diferentes níveis de desfasamento até 12 períodos, apresentando-se apenas o modelo com melhor ajuste.

Os resultados da estimação confirmam que os valores desfasados da taxa de crescimento do número de concepções explicam a dinâmica da taxa de crescimento do PIB com um lag de até três trimestres, i.e., sugerem que as decisões de fecundidade são um indicador avançado do ciclo económico. Em relação ao carácter pró-cíclico ou contra-cíclico da relação entre a fecundidade e a criação de riqueza, o sinal das estimativas dos coeficientes sugere que a fecundidade tem um comportamento pró-cíclico, acompanhando com antecipação a evolução do PIB. As estimativas dos coeficientes apresentadas no Quadro 6 sugerem que em cenários de expansão económica, as decisões de fecundidade antecipam e acompanham de forma pró-cíclica e com relativamente pouco atraso – até três trimestres na taxa de crescimento homóloga do número de concepções – o crescimento do PIB, e que o valor dos multiplicadores de curto e de longo prazo são significativos. A Figura 9 completa a análise apresentando, a título ilustrativo, as funções de impulso e resposta para um choque na taxa de crescimento trimestral do número de concepções.

Quadro 6: Resultados da estimação do modelo ARMAX com desfasamento dinâmico finito

Regression equation: $GDPg_t = const + GDPg_{t-1} + \sum_{h=1}^3 \beta_h dCQg_{t-h}$

Coefficients	Estimate	Std. Error	t-value	p-value
Const	0.001255	0.001127	1.114	0.2690
$GDPg_{t-1}$	0.250555	0.140234	1.787	0.0782 .
$dCQg_{t-1}$	0.065123	0.031658	2.057	0.0433 *
$dCQg_{t-2}$	0.013724	0.037091	0.370	0.7125
$dCQg_{t-3}$	0.051254	0.030419	1.685	0.0963 .

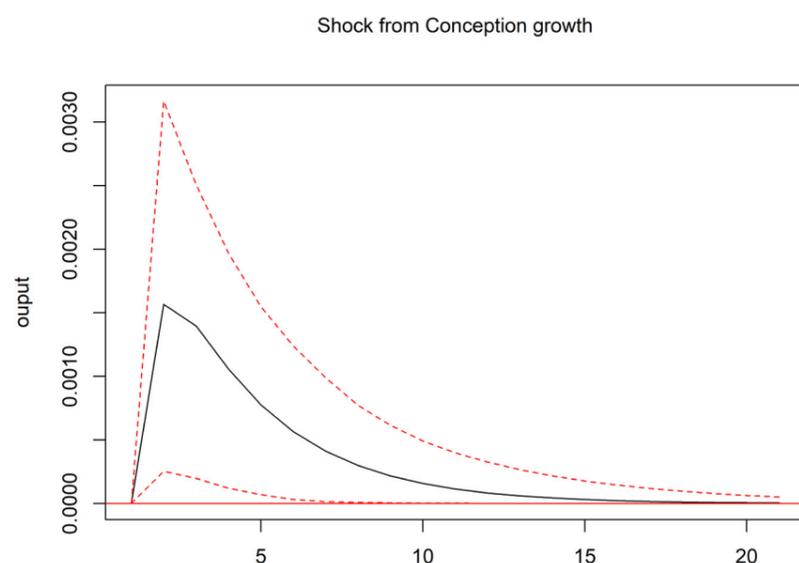
Residual standard error: 0.008225 on 72 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.1885, Adjusted R-squared: 0.1434

F-statistic: 4.182 on 4 and 72 DF, p-value: 0.00422 Sample size: 80

Fonte: Cálculos próprios.

Figura 9: Funções de Impulso e Resposta do PIB em relação a um choque de fecundidade



Fonte: Cálculos próprios.

CONCLUSÃO

Este artigo analisa de forma exploratória a relação entre os ciclos económicos e o comportamento da fecundidade em Portugal usando informação estatística trimestral referente ao período entre 2000 e 2020. O estudo investiga se e em que medida as decisões de fecundidade constituem indicadores avançados, coincidentes ou retardados do ciclo económico, e qual o período de antecipação desses ciclos sinalizado pela dinâmica da fecundidade.

Os resultados empíricos obtidos confirmam a existência de uma relação de causalidade de Granger entre a fecundidade e a taxa de crescimento do PIB real trimestral e sugerem que as decisões de fecundidade são um indicador avançado dos ciclos económicos em Portugal, antecipando em três trimestres os pontos de inflexão na actividade económica. As decisões de fecundidade apresentam um comportamento pró-cíclico em relação à dinâmica da actividade económica, antecipando as trajectórias do PIB. Os resultados da estimação do modelo ARMAX com desfasamento dinâmico finito sugerem que o valor dos multiplicadores de curto e de longo prazo em resultados de choques na fecundidade são relevantes. Estes resultados, obtidos usando informação trimestral agregada, são consistentes com os obtidos recentemente por Buckles et al. (2021) para os Estados Unidos da América, onde se usou informação estatística a um nível micro. Investigações futuras considerando outras variáveis económicas e um período temporal mais alargado devem ser efectuadas para confirmar ou rejeitar a robustez destas conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ananat, E., Gruber, J., & Levine, P. (2007). Abortion legalization and life-cycle fertility. *Journal of Human Resources*, 42, 375–397.
- Ashofteh, A. & Bravo, J. M. (2021). Life Table Forecasting in COVID-19 Times: An Ensemble Learning Approach. *Proceedings of CISTI'2021 - 16th Iberian Conference on Information Systems and Technologies*, in press.
- Ayuso, M., Bravo, J. M. & Holzmann, R. (2021a). Getting Life Expectancy Estimates Right for Pension Policy: Period versus Cohort Approach. *Journal of Pension Economics and Finance*, 20(2), 212–231.
- Ayuso, M., Bravo, J. M., Holzmann, R. & Palmer, E. (2021b). Automatic indexation of the pension age to life expectancy: When policy design matters. *Risks*, 9(5), 96. <https://doi.org/10.3390/risks9050096>
- Becker, G. & Barro, R. (1988). A Reformulation of the Economic Theory of Fertility. *Quarterly Journal of Economics* 103, 1-25.
- Becker, G. (1960). An Economic Analysis of Fertility. In *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Columbia University Press.
- Bellido, H., & Marcén, M. (2014). Divorce laws and fertility. *Labour Economics*, 27, 56–70.
- Bellido, H., & Marcén, M. (2019). Fertility and the business cycle: the European case. *Review of Economics of the Household* 17, 1289–1319.
- Bellido, H., & Marcén, M., & Molina, J. (2016). The Effect of Culture on Fertility Behavior of US Teen Mothers, *Feminist Economics*, 22:3, 101-126.
- Björklund, A. (2006). Does family policy affect fertility? *Journal of Population Economics*, 19, 3–24.
- Bongaarts, J., & Sobotka, T. (2012). A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38, 83–120.
- Bravo, J. M. (2019). Funding for Longer Lives: Retirement Wallet and Risk-Sharing Annuities. *Ekonomiaz*, 96(2), 268–291.
- Bravo, J. M. (2020). Longevity-Linked Life Annuities: A Bayesian Model Ensemble Pricing Approach. *CAPSI 2020 Proceedings*. 29. <https://aisel.aisnet.org/capsi2020/29> (Atas da 20ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação 2020)
- Bravo, J. M. (2021a). Pricing Participating Longevity-Linked Life Annuities: A Bayesian Model Ensemble approach. *European Actuarial Journal*, <https://doi.org/10.1007/s13385-021-00279-w>.
- Bravo, J. M. (2021b). The Demographics of Defense and Security in Japan. In Á. Rocha et al. (eds.), *Developments and Advances in Defense and Security: Proceedings of MICRADS 2021 (The 2021*

Multidisciplinary International Conference of Research Applied to Defense and Security) Springer Smart Innovation, Systems and Technologies, in press.

Bravo, J. M., & Ayuso, M. (2020). Previsões de mortalidade e de esperança de vida mediante combinação Bayesiana de modelos: Uma aplicação à população portuguesa. *RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, E40, 128–144 (Dec 2020).

Bravo, J. M., & Ayuso, M. (2021). Forecasting the retirement age: A Bayesian Model Ensemble Approach. In Á. Rocha et al. (Eds.), *Trends and Applications in Information Systems and Technologies, WorldCIST 2021, AISC 1365*, pp. 1–13, Springer Nature, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-72657-7_12

Bravo, J. M. & Coelho, E. (2019). Forecasting Subnational Demographic Data using Seasonal Time Series Methods. *Atas da Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação 2019 (CAPSI 2019 Proceedings, 24)*.

Bravo J. M., & Coelho E. (2020). Modelling Monthly Births and Deaths Using Seasonal Forecasting Methods as an Input for Population Estimates. In: Skiadas C., Skiadas C. (eds) *Demography of Population Health, Aging and Health Expenditures. The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis*, vol 50. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-44695-6_14.

Bravo, J. M., & El Mekkaoui de Freitas, N. (2018). Valuation of longevity-linked life annuities. *Insurance: Mathematics and Economics*, 78, 212–229.

Bravo, J. M., & Herce, J. A. (2020). Career Breaks, Broken Pensions? Long-run Effects of Early and Late-career Unemployment Spells on Pension Entitlements. *Journal of Pension Economics and Finance* 1–27. <https://doi.org/10.1017/S1474747220000189>.

Bravo, J. M., & Nunes, J. P. V. (2021). Pricing Longevity Derivatives via Fourier Transforms. *Insurance: Mathematics and Economics*, 96, 81-97.

Bravo, J. M., Ayuso, M., Holzmann, R. & Palmer, E. (2021a). Addressing the Life Expectancy Gap in Pension Policy. *Insurance: Mathematics and Economics*, 99, 200-221 <https://doi.org/10.1016/j.ins-matheco.2021.03.025>.

Bravo, J. M., Ayuso, M., Holzmann, R. & Palmer, E. (2021b). Intergenerational actuarial fairness when longevity increases: amending the retirement age. Preprint to submit to *Scandinavian Actuarial Journal*.

Brewster, K., & Rindfuss, R. (2000). Fertility and women's employment in industrialized nations. *Annual review of sociology*, 26, 271–296.

Brown, R. L., Durbin, J. & Evans, J. M. (1975). Techniques for testing the constancy of regression relationships over time. *Journal of the Royal Statistical Society, B* 37:149–163.

Buckles, K., Hungerman, D., & Lugauer, S. (2018). Is fertility a leading economic indicator? *The Economic Journal*, 131(634), 541–565.

Dickey, D. A. and Fuller, W. A. (1979). Distributions of the estimators for autoregressive time series with a unit root. *Journal of the American Statistical Association*, 74, 427–431.

Dickey, D. A. and Fuller, W. A. (1981). Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. *Econometrica*, 49, 1057–1072.

Dickey, D. A. and Pantula, S. G. (1987). Determining the order of differencing in autoregressive process. *Journal of Business & Economic Statistics*, 5(4), 455–461.

Dickey, D. A., Hasza, D. P. and Fuller, W. A. (1984). Testing for unit roots in seasonal time series. *Journal of the American Statistical Association*, 5, 355–367.

Doepke, M. (2005). Child mortality and fertility decline: does the barro-becker model fit the facts? *Journal of Population Economics*, 18, 337–366.

Gauthier, A. (2007). The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. *Population Research and Policy Review*, 26, 323–346.

Granger, C. W. J. (1969). Investigating Causal Relations by Econometric Models and Cross-Spectral Methods. *Econometrica*, 37(3): 424–438.

Gyomai, G. & Guidetti, E. (2012). OECD System of Composite Leading Indicators. Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD Publications).

Hylleberg, S., Engle, R., Granger, C. and Yoo, B. (1990). Seasonal integration and cointegration. *Journal of Econometrics* 44(1): 215–238.

Kearney, M. S., & Levine, P. B. (2014). Income Inequality and Early Nonmarital Childbearing. *Journal of Human Resources* 49(1), 1–31.

Lütkepohl, H. (2006). *New Introduction to Multiple Time Series Analysis*, Springer, New York.

OECD. (2008). *Handbook on constructing composite indicators: Methodology and user guide*. Paris: OECD Publishing.

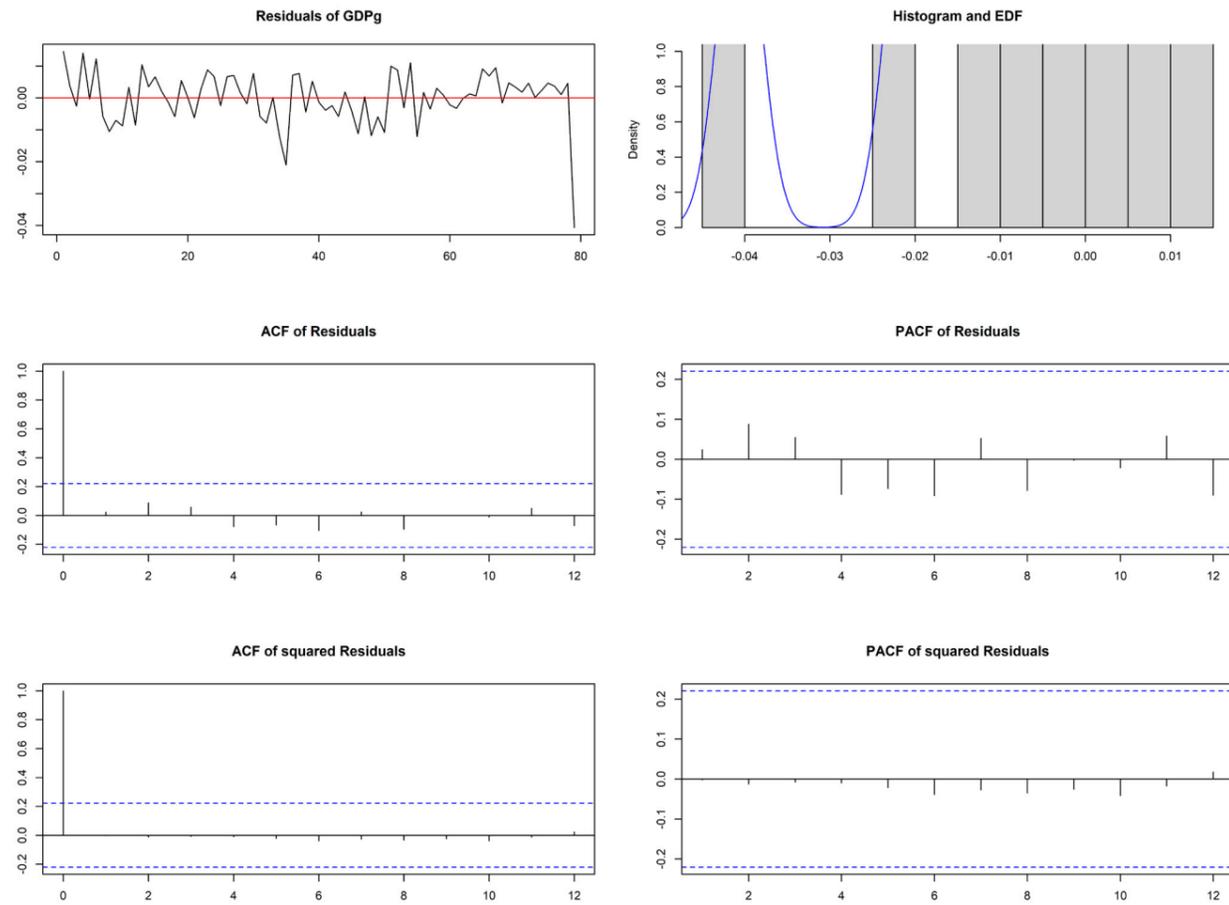
Phillips, P. C. B. and Perron, P. (1988). Testing for a unit root in time series regression. *Biometrika* 75(2), 335–346.

Sobotka, T., Skirbekk, V., & Philipov, D. (2011). Economic recession and fertility in the developed world. *Population and Development Review*, 37, 267–306.

ANEXO A

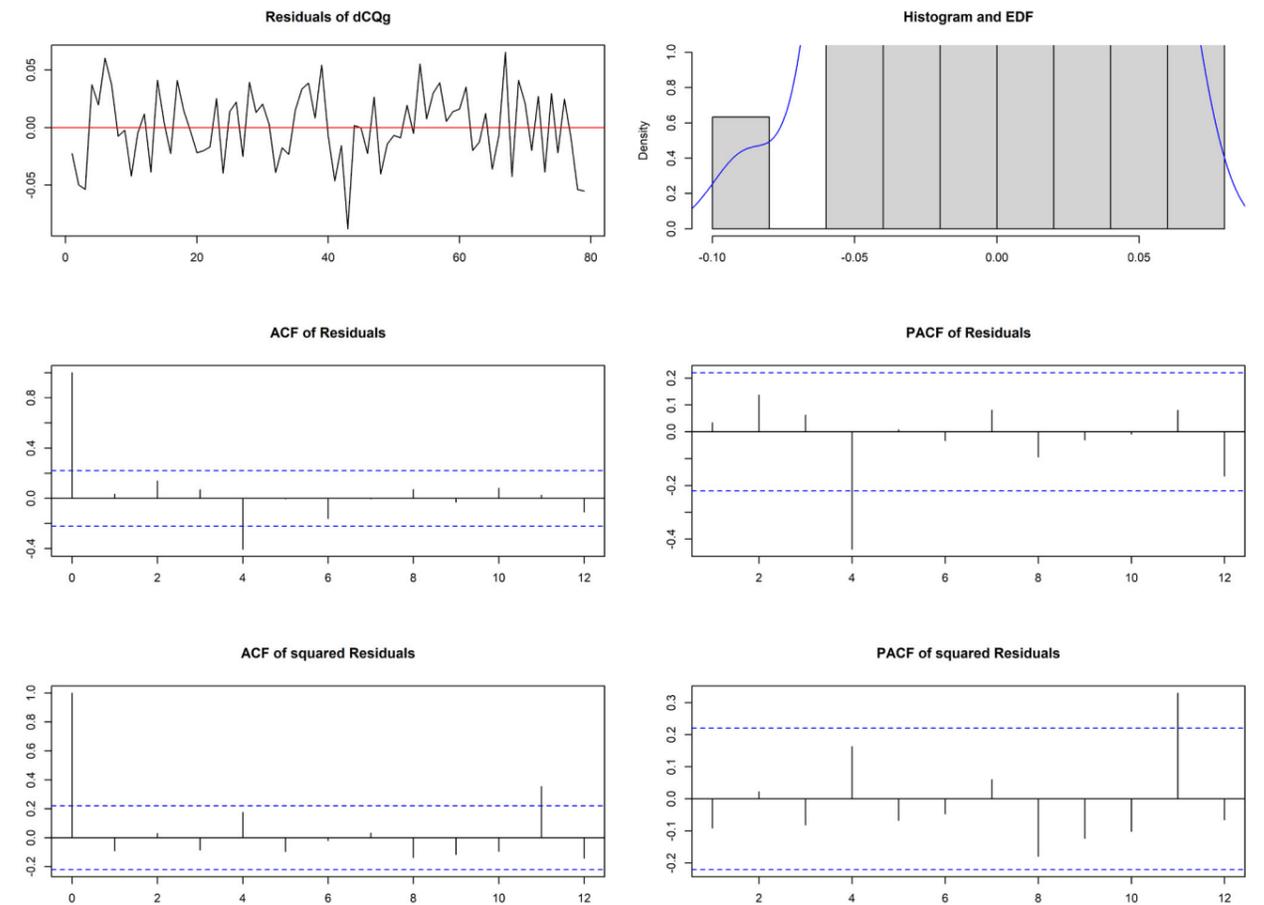
RESULTADOS COMPLEMENTARES

Figura A1: Análise dos resíduos da equação de GDPg do modelo VAR(1)



Fonte: Cálculos próprios.

Figura A2: Análise dos resíduos da equação de dCQg do modelo VAR(1)



Fonte: Cálculos próprios.

**WORKING
TOGETHER FOR A
GREEN
AND
COMPETITIVE
EUROPE**

O Inquérito à Fecundidade realizado em 2019 pelo Instituto Nacional de Estatística foi financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants 2014-2021), no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género.

Através do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia.

Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do EEE estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants.

Os EEA Grants têm como objetivos reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais entre estes três países e os países beneficiários.

Para o período 2014-2021, foi acordada uma contribuição total de 2,8 mil milhões de euros para 15 países beneficiários. Portugal beneficiará de uma verba de 102,7 milhões de euros.

Saiba mais em: www.eeagrants.gov.pt

SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
SOBRE IGUALDAD  DE GÉNERO

